



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNA JATOBÁ VIEIRA DE OLIVEIRA

É DA REDE QUE SE FAZ O PONTO OU DO PONTO QUE SE FAZ A REDE?

Recife

2019

BRUNA JATOBÁ VIEIRA DE OLIVEIRA

É DA REDE QUE SE FAZ O PONTO OU DO PONTO QUE SE FAZ A REDE?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cristina Fernandes

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

O48e Oliveira, Bruna Jatobá Vieira de.
É da rede que se faz o ponto ou do ponto que se faz a rede? / Bruna
Jatobá Vieira de Oliveira. – 2019.
147 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Fernandes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento regional. 3. Indicações geográficas. 4.
Artesãs – Alagoas. 5. Bordado. .I. Fernandes, Ana Cristina. II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-076)

BRUNA JATOBÁ VIEIRA DE OLIVEIRA

É DA REDE QUE SE FAZ O PONTO OU DO PONTO QUE SE FAZ A REDE?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em geografia.

Aprovada em: 25/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora – Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo André Niederle (Examinador Externo)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Esse trabalho é dedicado aos alagoanos que, assim como eu, ainda buscam o habitar poeticamente a calunga que é nossa terra natal.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por estarem ao meu lado nessa jornada de autodescoberta;

Ao amor da minha vida, Bia;

À minha família, em especial minha tia e amiga Gléce;

Aos amigos que Recife me deu: Mário, Adriano, Hugo, Fabi, Douglas, Jorge, Mateus (meu jardineiro), Natalie (a amizade do ônibus), Felipe, Monique, Malu. Vocês fizeram desse lugar minha casa;

Aos meus amigos que também deixaram a terra natal: Fábio, Mariá, Isinha, Emerson e Danilo (que não deixaram ainda) e Bia (minha Tânia Bacelar);

Aos meus amigos de sempre: Bruna, Yuri, Carlinha, Amanda, Arthur;

Aos amigos da faculdade, especialmente Karinny pelo carinho nos momentos de enfrentar os monstros e Caio pelas caronas para o campus;

À minha psicanalista e à minha psiquiatra por terem sido quase que coorientadoras dessa pesquisa que foi também um fazer as pazes com os monstros internos;

Aos amigos da zoeira: Mari, Laura, Tatinho, Kadu, Cléber, Gustavo, Maica, Fernanda, Gilson, Binha e Gaio (por serem também sofrendores da academia);

Aos meus amigos distantes que mais estão presentes: Augusta (minha orientadora sobre como é ser cientista) e Janne;

Aos javaporquistas que me ajudaram na reta final;

À minha orientadora/amiga/musa, Ana Cristina;

A CAPES por ter financiado essa pesquisa;

E finalmente,

Ao Marcos Ehrardt, professor de direito que tive, que ao me dizer que eu não seria aprovada na OAB, nem que levava a sério meus estudos, alimentou um ódio cuja vingança é meu título de mestra (e aprovada de primeira na OAB).

RESUMO

As indicações geográficas vêm sendo vistas como instrumentos de desenvolvimento regional em todo o mundo, especialmente pela experiência vivenciada no continente europeu. Apesar de sua relevância em um mercado que exige cada vez mais de qualidade e rastreabilidade, ainda é um instrumento estrangeiro no Brasil e por sua vez, não significa desenvolvimento econômico a partir de um possível reconhecimento. Um produto com capacidade de recebimento de tal signo distintivo é decorrente de uma vivência territorial e com isso, da vida de diversos produtores e de suas relações com atores territoriais. Para um desenvolvimento econômico, outros aspectos devem ser considerados como sociais e ambientais e nisso os indivíduos territoriais precisam estar ativos e terem discernimento do que desejam para o construir de seu habitar e conseqüentemente, do produto que produzem. O processo de reconhecimento do instrumento não garante sucesso e para sustentar o mínimo de vantagem à população, ou mesmo possibilidade de desenvolvimento regional, deve adequar-se à realidade local. A partir do estudo de caso do bordado filé na Região das Lagoas em Alagoas, analisamos a indicação geográfica sob a perspectiva de território, sua construção e a importância da identidade e pertencimento territorial para os atores locais.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Território. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

Geographical indications are a sign of intellectual property and are seen as instruments for territorial development since its use in Europe. Despite its relevance in a market where quality and origin became important aspects for consumers, it is still a foreign instrument in Brazil. Furthermore, its use doesn't bring economic development as it is believed by some. A product with potential to get this kind of protection is a result of a territory and its livelihood between producers and other territorial actors. For an economic development, other aspects must be considered, as social and environmental ones. For that reason, territorial actors must be active and have their wishes clear to build their habitat, and consequently, the product they produce. The process of recognition of geographical indications doesn't guarantee success and to sustain the minimum of advantages to the population, or even the possibility of regional development, it must respect the local reality. From a study case of *bordado filé* from Região das Lagoas at the state of Alagoas, we analyzed geographical indications from the territory perspective, its construction and the importance of territorial identity and belonging to local actors.

Keywords: Geographical Indication. Territory. Territorial development.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 -	O que são as Indicações Geográficas? (EUROPEAN COMMISSION, 2012, p.8)	23
Figura 2 -	Esquema de representação de um território (Raffestin, 1993, p. 146).....	49
Figura 3-	Rede do bordado Filé (Foto da autora)	52
Figura 4-	Tabela sobre o sistema territorial de Raffestin (1993, p. 152).....	53
Figura 5-	Jasmim coberto e descoberto (Fonte: Caderno de instruções do Filé)	54
Figura 6-	Imagem do Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba. Fonte: Google Maps...	81
Figura 7-	Tear e rede. Foto da autora.	96
Figura 8-	Distribuição do sistema produtivo do filé. Fonte: UFAL.	98
Figura 9-	Mapa da região delimitada para a Indicação de Procedência Região das Lagoas. Fonte: UFAL	112
Figura 10-	Aula de filé pelo projeto Ponto de Cultura. Foto da autora.	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPIC	Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
AMUR	Associação das mulheres rendeiras de Marechal Deodoro
CACER	Conselho de Associação dos Cafeicultores do Cerrado
CELMM	Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG	Indicação Geográfica
INAO	Institut national de l'origine et de la qualité
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INBORDAL	Instituto Bordado Filé de Alagoas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PLEC	Projeto de Levantamento Ecológico Cultural da Região das Lagoas Mundaú-Manguaba
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SCAA	Specialty Coffee Association of America
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PELO PÃO E PELOS PRODUTORES DE VINHO!.....	17
2.1	A origem.....	18
2.2	A institucionalização das indicações geográficas, seu uso como instrumento de desenvolvimento regional e benefícios.....	23
2.3	Critérios para indicações geográficas.....	27
2.4	As indicações geográficas no mundo e uma nova revolta francesa.....	31
2.4.1	Os casos estrangeiros	32
2.4.2	“Leite pasteurizado não é leite!”	34
2.5	“Alegria se conserva em champanha; cachaça só consola desgraça, quando consola.”	39
3	A IDENTIDADE TERRITORIAL E AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	48
3.1	O território, a rede e o habitar	48
3.2	Os atores, o ser ator e o ser espectador	59
3.3	“O fim para ser útil precisa ser inconcluso”	76
4	É DA REDE QUE SE FAZ O PONTO OU DO PONTO QUE SE FAZ A REDE?	79
4.1	O tear.....	79
4.2	A rede	95
4.3	Bordado.....	109
4.4	A goma.....	126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UM ARREMATE.....	139
	REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

O artesanato é uma forma de manifestação da cultura de um lugar. Através de um produto, pode-se ver a materialização de uma paisagem vivenciada por aquele artesão. É a territorialidade de uma comunidade traduzida em uma tela, uma arte em palha ou nas linhas de um bordado, no entremeado de redes. O cenário global, entretanto, tem ameaçado esse tipo de trabalho-arte-vivência diante da produção de bens padronizados e no fomento de uma sociedade mais individualizada, em que o próprio artesanato vem perdendo seu caráter único.

Face essa conjuntura, a indicação geográfica vem sendo um instrumento da propriedade industrial com objetivo de proteger comunidades produtoras e seus produtos da onda homogeneizante do comércio, seja a nível global ou nacional. Observados benefícios em outros setores, além do que originou o selo de origem, o dispositivo também vem sendo visto como meio de desenvolvimento regional, ao valorizar toda uma cadeia produtiva cujo resultado não é apenas comercial, mas da própria vivência do território, social, cultural e ambiental.

Assim, a Região das Lagoas, o complexo estuarino lagunar Mundaú-Manguaba localizado em Alagoas, e sua riqueza cultural, focalizada no bordado filé, teve reconhecida a indicação de procedência pela unicidade do produto e o potencial de desenvolvimento regional através não apenas da atividade comercial do artesanato, mas do turismo, da pesca e da gastronomia local.

Apesar do reconhecimento da indicação geográfica nesse caso ter sido dada a um produto de artesanato, a origem do dispositivo em questão foi em produtos agrícolas, como no caso da França, o vinho. Diante das falsificações da bebida, a população vinicultora exigiu do governo meios de proteção do produto, que por sua vez, garantiria a própria subsistência do produtor. É interessante observar que a diferença entre ambos os casos não está somente no produto em discussão, mas na própria paisagem e no território de ambos os países.

O dispositivo, importado da Europa, encontrou em terras brasileiras uma realidade bem diferente da que costumava atuar. A região do estuarino, que escolhemos como objeto de estudo, está em um dos estados mais pobres do Brasil, apresentando altos índices de analfabetismo, violência e com uma população relegada há décadas pelo poder público e pela

própria sociedade civil. É uma realidade destoante do território originário das indicações geográficas, pois aqui, nos deparamos com uma comunidade abaixo da linha da pobreza, cujos direitos básicos como saúde e educação estão longe de serem garantidos. A precariedade de direitos afeta a autonomia dos indivíduos locais que se veem compelidos a se submeterem a condições injustas para sua sobrevivência.

Ao apreciar tal dissemelhança, constatamos dois caracteres cuja observância é basilar na construção de uma sociedade mais inclusiva: o ser agente e o ser paciente. Diante das condições de vida dos indivíduos em ambos os territórios em análise, vemos que os franceses, ao estarem vivendo em uma conjuntura que garante liberdades individuais, como comer ou estudar, possuem a possibilidade de serem agentes no território. Por sua vez, no nosso local de estudo, o bordado filé e a pesca (ao que se trata de um complexo estuarino lagunar) eram as únicas fontes de renda e mesmo de sobrevivência de toda uma região. Dessa forma, é árduo conseguir ser ator quando há pressa de vender o bordado para comprar o pão.

Apesar de a Europa proteger produtos de procedência agrícola e estarmos aqui falando de um artesanato, a essência dessa proteção é a mesma: o território; o habitar do indivíduo, do produtor, em um lugar onde vivencia suas experiências, onde constrói seu habitat e que resultou em uma materialização dessa territorialidade. Assim, as condições de vida encontradas na região a ser delimitada para proteção da indicação geográfica são de extrema relevância para observar e analisar a maneira como tal dispositivo pode ajudar a comunidade produtora e auxiliar no desenvolvimento regional, como proposto pela União Europeia através de políticas públicas que se utilizavam desse instrumento de propriedade industrial; e que foi implantada no Brasil, principalmente depois do Acordo sobre os aspectos de Propriedade Intelectuais relacionadas ao comércio em 1995, também visando-a como meio de desenvolvimento de comunidades produtoras.

Em uma região com grandes problemas sociais como a Região das Lagoas, reconhecer um dispositivo de propriedade intelectual não pode ser visto como uma política pública de desenvolvimento regional no momento em que a comunidade local ainda luta pela sua própria sobrevivência; pela reterritorialização (ou seja, pelo retomar o território diante das ameaças externas e/ou internas) que sofre face às modificações paisagísticas, sociais e ambientais: desde a poluição da lagoa, a presença da cana-de-açúcar, a expansão da zona urbana e da especulação imobiliária.

O ser agente é vital para a ação de reterritorializar um território, que apesar de ser deles e serem parte constitutiva de tal, podem ver afetada sua autonomia de habitar diante das limitações decorrentes da não garantia de direitos básicos. Se estamos tratando de uma comunidade relegada pela própria sociedade alagoana, vemos relações dissimétricas, internas e externas, que podem afetar a manutenção de um dispositivo que visa a proteção, não apenas de um produto, mas de seu território, já que aquele decorre deste.

Iniciamos essa pesquisa depois de concluir o trabalho de conclusão de curso sobre indicações geográficas e o comparativo das legislações e experiências brasileiras e europeias no curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas. No período de conclusão, o bordado filé de Alagoas estava no processo de reconhecimento e nos vimos atuando quando oferecemos oficinas explicando o que era esse dispositivo de propriedade intelectual e seus possíveis benefícios às artesãs do Instituto Bordado Filé de Alagoas a convite do SEBRAE-AL e da Universidade Federal de Alagoas em 2014.

Maravilhados pela possibilidade de ser um instrumento de desenvolvimento a uma região que sofreu e continua sofrendo com o abandono estatal, que vem sendo agredida com a especulação imobiliária de condomínios de luxo e da poluição da lagoa pela cultura da cana-de-açúcar e pelo polo cloroquímico da BRASKEM, continuamos essa pesquisa, porém sob a ótica da geografia, especialmente do conceito de território. E foi através das leituras da formação territorial a partir do espaço e das relações de poder entre indivíduos, que vimos que a indicação geográfica poderia não ser de fato um meio de desenvolvimento condizente com a região em apreço.

Além disso, sendo alagoana, também víamos a relevância do sentimento de territorialidade pelo indivíduo, de pertencimento, para a composição de um verdadeiro habitar, consoante com a essência do indivíduo, já que é em casa que temos a liberdade de sermos nós mesmos. O território deveria ser refúgio do indivíduo, onde ele pode se despir e ser a si mesmo. Só quem é, a si mesmo, no mundo habita, ao ter a autonomia de se ver como indivíduo. Entretanto, Graciliano Ramos, Lêdo Ivo e Jorge de Lima, romancistas alagoanos, são provas de que o território de Alagoas não assegura essa liberdade para seus filhos. Utilizamos da literatura, dos romances desses escritores, para traduzir a angústia, como bem diz o título da obra de Graciliano Ramos, que era Alagoas, que eivava a liberdade de ser de alguns dos nossos conterrâneos.

No processo de pesquisa, acometidos por um quadro de depressão, foram nas sessões de psicanálise que a partilha do sentimento de não pertencimento ou repulsa, (comprovada pelas idas ao hospital quando ia para Maceió visitar a família) retratado pelos romancistas alagoanos, proporcionou a interpretação do habitar sugerido por Heidegger, tanto nas relações internas como dos indivíduos externos. A construção do indivíduo se dá a partir da solidão: a construção do ser em sua essência, o entender-se, para que assim possa se relacionar ao exterior. Porém, no eivar da liberdade dessa solidão de ser em sua essência, Alagoas passa a ser um objeto não participante do ser que vos escreve e que, ao buscar entender a angústia decorrente disso, consegue ver de forma mais profunda a relação de pertencimento de um indivíduo para com um território.

No processo de reconhecimento do Bordado Filé de Alagoas, presenciamos uma certa verticalidade de ações, ao que foi o SEBRAE-AL quem iniciou e sugeriu a busca de tal instrumento para a região em questão. É relevante trazer que um dos pilares da indicação geográfica é o associativismo, por necessitar de um órgão regulador que conheça o produto, para manter o controle de qualidade; além é claro, de estarmos falando de um território, de uma comunidade, e para um desenvolvimento que proporcione a inclusão de todos e a construção de relações mais igualitárias, o espaço público deve ser ativo. Todavia, a história da Região das Lagoas é marcada pela dificuldade de cooperativismo e pela existência de relações dissimétricas entre os municípios que fazem parte do complexo estuarino.

Destarte, nos questionamos se o processo de reconhecimento da indicação geográfica do Bordado Filé de Alagoas considerou a realidade local, de forma que ele fosse inclusivo para todos os atores territoriais e dessa forma, garantisse, ou melhor, proporcionasse um desenvolvimento mais holístico, como desejado pelas instituições participantes.

Assim, nosso objetivo era verificar se o processo de reconhecimento considera a realidade local para um desenvolvimento inclusivo regional. Analisar a autonomia dos atores locais era fundamental para ver a ocorrência ou não da verticalização do poder; se os indivíduos apresentavam um perfil agente ou paciente de ações externas, sejam políticas públicas do estado ou projetos de outras instituições. Dessa forma, saber se o desenvolvimento era inclusivo nos fez verificar quais os agentes (estado, universidade, iniciativa privada) envolvidos e seu grau de participação, não apenas no processo de reconhecimento, mas na vivência do território em si.

O Instituto Bordado Filé de Alagoas, responsável pelo selo de indicação de procedência, foi criado em 2009 e o reconhecimento ocorreu em 2015. Isto posto, podíamos esperar que já tivessem sido presenciados benefícios às artesãs em quase dez anos de atividade. E não apenas a elas, mas para a comunidade como um todo.

Ao que estamos falando de um território, de um produto resultante dessa territorialidade e de um dispositivo de propriedade industrial que visa protegê-los, propomos na presente dissertação a análise da origem da indicação geográfica no intuito de contextualizar a possível importância do seu uso por comunidades produtoras, especialmente na França e trazendo alguns outros exemplos estrangeiros e brasileiros. Assim, o primeiro capítulo contextualizará o instrumento, para que possamos adentrar à nossa interpretação do que deve ser analisado, para alicerçar uma possível indicação geográfica.

Passamos, portanto, à nossa fundamentação teórica que pretende embasar o que acreditamos ser necessário para que a indicação geográfica não seja mero instrumento mercadológico, mas também uma proteção ao indivíduo produtor, face ao individualismo presente nas relações comerciais e sociais no mundo contemporâneo. Hannah Arendt será constante referência para entender como o indivíduo tem sua essência e forma de se ver e pôr no mundo alterada face ao esmorecimento do espaço público, palco de participação ativa para um desenvolvimento inclusivo.

Na individualização contemporânea diante da imersão do âmbito social à visão comercial e empresarial, vemos a ameaça à pluralidade e à individualidade, elementos chave da construção de uma sociedade mais igualitária e que proporciona o respeito ao produto que deveria ser materialidade de uma vivência territorial e não um produto final de uma cadeia de bens padronizados em um mercado globalista, além do respeito ao indivíduo produtor e não mero produtor, funcionário de um território. Na condição em que um território passa a ser visto como uma empresa, a indicação geográfica perde sua essência.

Por fim, trazemos o estudo de caso da Região das Lagoas, feito a partir da leitura de livros de estudiosos alagoanos, da literatura de Jorge de Lima e Lêdo Ivo e de entrevistas realizadas no município de Marechal Deodoro e do bairro Pontal da Barra em Maceió, principais pontos de produção do bordado. Acompanhamos reuniões do Instituto Bordado Filé de Alagoas entre março e maio de 2018 na Ilha de Santa Rita, localizada em Marechal Deodoro e entre agosto e outubro do mesmo ano realizamos entrevistas com artesãs,

pescadores, funcionários do SEBRAE-AL, servidores do estado de Alagoas e professores da Universidade Federal de Alagoas que atuaram no processo de reconhecimento da indicação geográfica e ainda acompanham a região.

2 PELO PÃO E PELOS PRODUTORES DE VINHO!

"Remember gentlemen, it's not just France we are fighting for, it's Champagne!" - Winston Churchill

A capa do jornal francês *Aujourd'hui* em France do dia 9 de julho de 2018 chocou não só a França, mas apreciadores de vinho no resto do mundo: 10 milhões de garrafas de vinho rosé espanhol foram vendidas como vinho francês. A investigação realizada pela Direção-Geral para Concorrência, Consumo e Repressão de Fraudes, subordinada ao Ministério da Economia da França, constatou a 'fraude do século' por irregularidades como etiquetas enganosas e falsificação da origem do vinho. De acordo com o jornal RFI: "Enquanto o litro de rosé francês custa de € 0,75 a € 0,90 na compra do produtor, o litro do rosé espanhol varia de € 0,34 a € 0,40. A garrafa com o selo de certificação IGP (abreviação de "indicação geográfica protegida") costuma ser vendida a partir de € 3 ou € 4." (MOYSÉS, 2018).

O viticultor e presidente de uma das cooperativas da região afetada, Ludovic Roux enfatiza a importância das indicações geográficas para os produtores, não apenas pelo retorno econômico ao produtor, mas pela valorização do produtor e do produto, mesmo em tempos de crise, e pela garantia de boa qualidade do vinho ao consumidor e por isso reforça a observação que o comprador do vinho deve ter à embalagem (LEBELLE, PELLOLI, 2018), garantindo que este comprará um vinho de qualidade além de valorizar o produto nacional.

Nosso capítulo se inicia com a declaração de amor de Winston Churchill pelo vinho francês quando a Grã-Bretanha invadiu a França para expulsar os nazistas na segunda guerra mundial. A bebida é coisa séria e está intrínseca à cultura francesa. A usurpação da fama dos vinhos franceses já é histórica na comercialização da bebida no mundo e a desavença entre França e Espanha não é recente. Por conta do baixo valor da mão de obra espanhola e um certo favorecimento geográfico para maiores plantações de videiras, o vinho espanhol sai por um preço menor, pondo em risco o vinho francês no mercado. Em 2016, a ira dos viticultores franceses da região de Languedoc-Roussillon pela concorrência desleal com os vinhos do vizinho tomou conta das pistas: 50 mil litros de vinho tinto espanhol foram derramados dos caminhões-tanque que estavam sendo transportados para venda em solo francês (CHESNAIS, 2016). Em 2015, dos 46 milhões de litros de vinho produzidos na França, apenas 3% não

tinham indicação geográfica (DUPIN, 2016). Os vinhos espanhóis que acordaram a ira dos produtores franceses não possuíam tal selo de origem, o que significa que não tinham nenhuma garantia de que seguem as rigorosas normas de produção vinícola que fazem os vinhos franceses serem tão valorizados e apreciados, além de assegurar o retorno econômico justo ao trabalho dos vinicultores franceses.

Mas então, o que são as indicações geográficas e por que elas são tão importantes para esses produtores?

2.1 A origem

Qui forge l'outil? Qui taille la pierre?
 Qui file et tisse le lin?
 Qui pétrit le pain? Qui brasse la bière?
 Qui presse l'huile et le vin?
 Et qui donc dispose, abuse et trafique
 De l'œuvre et du créateur?
 Et qui donc se fait un sort magnifique
 Aux dépens du producteur?

Ouvrier, prends la machine, prends la terre, paysan! – CH. Keller

De acordo com Alberto Francisco Ribeiro de Almeida, as indicações geográficas foram os primeiros tipos de sinais distintivos no comércio (ALMEIDA, 2008). Os consumidores já relacionavam a origem de certos produtos com suas características e qualidades. Para a construção das pirâmides no Egito Antigo, já era observada a origem dos tijolos e pedras que apresentavam maior durabilidade; o preço do vinho de Thasos na Grécia era maior que o de outros vinhos. Na Idade Média, a linha produzida na cidade de Osnabruck em Westphalia era 20% mais cara que a de outras cidades (MANTROV, 2008).

A preocupação com a origem dos produtores em relação às suas características era tamanha, que leis chegaram a ser produzidas na Roma Antiga a fim de combater fraudes comerciais, a *Lex Cornelia Falsis* (*Lex Cornelia Testamentaria*). Produtos que até hoje possuem renome no comércio internacional iniciaram seus sistemas de proteção desde o século 13, como o queijo *Parmigiano Reggiano* e o *Comté* (MANTROV, 2008). É interessante apontar uma forma de organização que pode ter sido de grande relevância na evolução das indicações geográficas, como meio de associação de produtores na busca por proteção de seus produtos já considerados de renome por consumidores:

In addition, guild signs which were exploited in the Middle Ages, also pointed out the geographical origin of goods. Guild signs pointed out the geographical origin of goods in such a way that they connected a particular producer from a particular geographical place with a particular association of producers, i.e. a guild, which operated in that place and controlled the quality of goods designed by a guild sign for which it was responsible. (...) Notwithstanding this character of guild signs, there is an arbitrary opinion that guild signs were typical means of pointing to a geographical place of products because the function of guild signs was to distinguish the goods of members of a particular guild but not their geographical origin. At the same time, this opinion is partially true as the guild signs covered a particular geographical place in which members of a particular guild carried out their activities. Therefore, although the function of the guild signs was to carry out standards set out by a particular guild, i.e. an association of producers of respective goods, guild signs distinguished the activity of guild members in a specific geographical place. (MANTROV, 2008, pags. 62-63)

É significativo observar a *guild* como uma associação de produtores, ao que um produto com indicação geográfica está intimamente ligado a um lugar, tanto nas características geográficas naturais como na vivência das pessoas que ali habitam. Com efeito, o saber fazer dos produtores e a forma como eles lidam com o espaço no qual habitam é que faz o produto ser meritório de uma proteção, que não se esgota nele mesmo, mas em todo o território em diversos aspectos: social, cultural, histórico, econômico, ambiental ou até mesmo político (MANTROV, 2008).

E isso nos leva a uma das maiores revoltas sociais da França e que fortaleceu a criação de leis de proteção à origem de produtos na Europa por conta de contrafações: a revolta dos viticultores de Languedoc. Em 1863, a região de Languedoc no sul da França recebeu um convidado indesejado: a praga da filoxera. Na importação de videiras americanas, a praga se alastrou na região de Languedoc devastando a produção de vinhos. O ápice da crise ocorreu em 1885. Os efeitos foram devastadores: no departamento de Hérault, por exemplo, as plantações caíram de 222.000 hectares em 1872 para menos de 90.000 em 1881 (GEORGE, 2018).

Por outro lado, a Argélia, colônia francesa, estava a pleno vapor na produção de vinhos. Em dez anos, ela aumentou a produção de 338.000 hectolitros em 1878 para 22.762.000 (GEORGE, 2018). Diante da grande demanda de vinho na França, os comerciantes passaram a agir de forma ilícita: vinhos de baixa qualidade, provenientes do país africano eram vendidos sob a rotulagem de vinhos franceses renomados (ROVAMO, 2006). Chegou a tal ponto que em 1880 foi publicado um livro *L'art de faire le vin avec raisins secs* por Joseph Audibert, onde ele explicava como fazer vinho com passas e água quente. O mercado chegou a ter “vinhos” produzidos com glicerina, ácido sulfúrico e algo para colorir, ou apenas passas e açúcar (GEORGE, 2018).

A crise do vinho não se limitou à esfera econômica, mas também social. Diante da contínua produção de vinho pelas altas demandas do mercado, a região de Languedoc, afetada ainda pela crise da filoxera, saiu altamente prejudicada. Iniciou-se um movimento na região contra os falsificadores de vinho e de pedidos ao governo por medidas de segurança dos produtores que estavam sendo lesados mercantilmente pelos vinhos mais baratos (GEORGE, 2018). De acordo com Laura Levine Frader, “this massive popular movement, sometimes called the largest peasant uprising since 1789, had profoundly divisive effect on the agricultural labor movement in the Aude” (FRADER, 1991, p. 140).

Os viticultores começaram a se reunir em grupos, formando sindicatos na luta pela proteção de seus produtos e de seu trabalho. O movimento foi se fortalecendo e crescendo. A população se contagiou com a causa: homens e mulheres tomavam as ruas com bandeiras e gritos de guerra; vilas inteiras viajavam para os pontos onde seriam realizados os protestos. Diante de uma depressão no mercado do vinho, não eram apenas os pequenos vinicultores que iam às ruas, mas grandes proprietários de terra também (FRADER, 1991). No livro *Histoire de mouvements sociaux en France*, Rémy Pech traz que mesmo com as mortes e violências ocorridas na revolta de 1907, a república mais uma vez se uniu em solidariedade aos produtores de vinho e até hoje esse sentimento permanece na classe agrária viticultora francesa (PECH, 2014). Esse sentimento encadeia uma identidade territorial, a qual os franceses defendem o que é deles e quem produz, e faz com que sua história se perpetue nas garrafas. No documentário *Somm: dentro da garrafa*, fica clara a importância do vinho na sociedade europeia, a ponto de afirmarem que “a história do vinho é a história da Europa” (WISE, 2015). São vinhedos com mais de 200 anos de história, cujos produtores são da 13ª, 16ª geração da família. A exemplo, podemos citar a Maison Trimbach, família viticultora desde 1626, localizada na região de Alsácia. Mesmo tendo sobrevivido a duas guerras mundiais, a produção de vinho continua, e de acordo com um dos membros da família, Jean Trimbach, “as pessoas vem e vão, mas o vinhedo permanece” (WISE, 2015). Disso, podemos ver que a luta pela proteção do vinho e dos produtores no mercado não se limita apenas às vendas, mas a sua própria história.

Assim, o governo criou leis que reforçaram a proteção aos vinicultores, controlando a plantação e cultivo; estabelecendo regimes de controle de qualidade; demarcando as áreas de produção; classificando as variedades de uvas; especificações de métodos dentre outros critérios que até hoje estão em vigor e que iniciaram o que entendemos hoje como indicações geográficas (GANGJEE, 2012). Para Rémy Pech, até hoje persistem os valores, a memória

popular e a valorização dos vinicultores influenciada pela revolta de 1907. Esse movimento cultivou sua própria representação (PECH, 2014) e identidade a ponto das reivindicações de proteção de seus vinhos se repetirem na história, como vimos em 2016 e 2018.

Diante disso, revela-se o zelo e respeito que os franceses têm pelo lugar: o *terroir*. Para LEYNSE (2006), há uma construção de identidade com o território através da gastronomia, que engloba não apenas a comida, mas a história, a vida das pessoas. Ela denomina “situated eaters” (LEYNSE, 2006). O alimento é resultado, um símbolo da sociedade e da cultura, e é elemento essencial nos processos econômicos e sociais de produção, distribuição e consumo (WILSON, 2006). Numa globalização que acarreta um sentimento (e ação) de desterritorialidade na homogeneização das formas de se expressar, de se vestir, de se alimentar, uma proteção como a indicação geográfica pode ser reflexo de uma valorização e salvaguarda de uma herança cultural, uma forma de resistência.

De acordo com Wilson, muitas vezes a comida serve como principal motivo das narrativas de descoberta de si mesmo e de identidade territorial (WILSON, 2006). A comida e a bebida estão intrínsecas à sensação de pertencimento e de ser, que vem a ser a base de uma identidade social (WILSON, 2006). Ao trabalhar a interdisciplinaridade entre a cultura, a história e a política europeias, Wendy Leynse verificou o que ela denominou “ingestible topography”: o consumo visceral e metafórico de uma paisagem pelo indivíduo (LEYNSE, 2006).

Ela observou grupos de crianças saírem das salas de aula para desenvolver o senso de lugar estando diretamente nos espaços: vendo a produção de alimentos, vendo a história nos locais onde ocorreram, conversando com produtores e construindo memórias nesses lugares. Esse processo, que ela denomina “situated eaters”, ou seja, consumidores que têm noção de que não se alimentam apenas do produto, mas do local onde o produto é feito, auxilia na construção da identidade territorial (LEYNSE, 2006). É notável a observância do conceito de lugar para o entendimento dessa identidade, e consequentemente, o peso que se tem nos âmbitos sociais, culturais e econômicos:

The anthropological literature on ‘place’ defines the concept as the intersection of topography and culture. Studying ‘place’ elucidates a dynamic relationship between persons and their environment. Meanings ascribed to, and understood through, place are fluid, shaped by the confluence of time, events, and persons: by historical events and traditions of practice, by topography and ecology, by social networks and political economy. In these ways, people shape and are shaped by the places they experience. They ascribe meanings to a space and, simultaneously, experience life through the lens of the place as they understand it to be. Furthermore, through the multiple layers of meaning associated with any given locale, places – and

discourse on place – can be used strategically for a host of political, economic, social, and cultural purposes. (LEYNSE, 2006, p. 131)

Observando a paisagem e o território, as crianças podiam estudar geografia, ecologia, produção de alimentos, economia, topografia, demografia e dessa forma, “comiam” a vivência de todos esses pontos. Do que se diz “você é o que você come”, desenvolve-se também o “você é onde você come” (LEYNSE, 2006).

Na citação acima, Leynse traz a primordialidade do lugar na experiência: um lugar moldado pelo tempo, pelos eventos e pelas pessoas. A relevância da vivência vista, sentida, pelas lentes proporcionadas pelo lugar como ele deve ser entendido, pois, como traz a autora, as pessoas moldam e são moldadas pelo lugar que elas experienciam. Essa relação é substancial na construção de uma identidade territorial que traduz uma urgência de proteção do que aquele território proporciona, sejam as próprias pessoas, alimentos, cultura e afins. Heidegger nos traz que “a relação entre homem e espaço nada mais é do que um habitar pensado de maneira essencial” (HEIDEGGER, 1997, p. 137). Os lugares são construções dessas relações e relacionamentos entre homens e espaço. Conseguiremos ver a essência das coisas a partir da construção delas diante dessas relações supracitadas.

Os franceses vêm desenvolvendo essa preocupação com a origem do alimento diante de casos como o da vaca louca na década de 90 e o demasiado uso de pesticidas. Mais uma vez isso traz reflexos da memória de revoluções como a de 1907: de valorizar os produtos locais e lutar por produtos naturais e de qualidade. Esse ato de defesa não se limita à agricultura ou a uma ação política, econômica. É um estilo de vida; de estreitar os laços entre consumidor e produtor, de saber a origem do alimento, pois esta é parte essencial de uma identidade nacional. O ser cidadão engloba esse exercício e dever para com seus produtos e produtores nacionais, de valorizar e lutar pela herança cultural e agrícola.

É notório que formas de proteção, como as indicações geográficas, proporcionam uma maior atenção à fama dos produtos, a ponto de atar a qualidade de certas bebidas e alimentos ao local, como Champagne, o queijo Parmegiano-Reggiano e até de produtos como o relógio suíço. Essa cadeia não é apenas do produtor para o consumidor, mas de todos os atores que fazem parte de determinado território, sejam moradores, comerciantes, hoteleiros ou chefes de cozinha. Dessa forma, o dispositivo não vem a ser um selo de origem de produção, mas um selo de origem de vivência de uma comunidade; um selo de origem da história do produto que chega às nossas mesas.

Dessa forma não podemos ver as indicações geográficas como meros instrumentos de propriedade intelectual ou meramente econômicos, mas reflexo de uma identidade e vivência territorial, sentida e propagada através de um produto. Assim, o processo de reconhecimento desse instituto não envolve apenas relações comerciais e econômicas, mas sociais e culturais.

2.2 A institucionalização das indicações geográficas, seu uso como instrumento de desenvolvimento regional e benefícios

Diante de revoltas com a de Languedoc em 1907 e a exigência da população francesa em um sistema de proteção melhor para seus produtos, em 1919, o governo francês aprovou uma lei que seria a base para o sistema das indicações geográficas que conhecemos hoje. Entretanto, outros países, como a Itália (EUROPEAN COMMISSION, 2012), também já possuíam sistemas de proteção. Três acordos internacionais chamam a atenção por se preocuparem com as falsificações de produtos e resguardo de pequenos produtores: a Convenção da União de Paris, o acordo de Madrid e o acordo de Lisboa. Este último foi o primeiro diploma internacional a reconhecer a indicação geográfica como um instituto autônomo da propriedade intelectual, e não apenas como um ponto a ser observado na repressão às falsas indicações de procedência (JATOBÁ, 2015). Assim, a Comissão Europeia caracteriza as indicações geográficas como:

<i>GIs are ...</i>	<i>Comments for agricultural, fisheries, and foodstuff product</i>
... indications	names of places compound names other names and non-geographical names are possible logo, graphic or visual representation
... which identify a good ...	the indication must be understood by the consumer to describe a specific product
... as originating ...	the indication must show the consumer that the product has a particular origin
... in the territory of a country or region or locality	in a geographical place

... where a given	
... quality of the good	specific chemical composition (sugar level, acidity, ingredients), physical attributes (size, shape, colour, texture, appearance ...), microbiological, organoleptic, etc.
... or reputation of the good	the public knows of the specific product originating in that place (agronomic literature, newspapers, books, consumer survey ...)
... or other characteristic of the good	other characteristics possible – such as traditional or indigenous knowledge.
... is essentially attributable to its origin.	the quality or reputation must be due to its origin. There is a link between the product and its original place of production. the "essentially attributable" link can be due to environmental factors and/or the traditions or skills or know-how of the local/indigenous population. The link to origin must be demonstrated or justified

Figura 1 O que são as Indicações Geográficas? (EUROPEAN COMMISSION, 2012, p.8)

A regulamentação europeia prevê dois tipos de proteção: Indicação Geográfica Protegida e Denominação de Origem Protegida. A diferença entre as duas é que esta tem sua qualidade como resultado mais intrínseco da geografia natural e a outra ainda depende de uma maior relação com a intervenção humana (JATOBÁ, 2015). Ainda há de se notificar que no mundo existem outras formas de nomenclatura como apelação de origem, denominação de origem controlada, dentre outras. Porém, é uma discussão que, no presente trabalho, não trará grande significado, ao que estamos analisando a essência do dispositivo.

Perante a importância do uso das indicações geográficas pelos produtores rurais, a União Europeia viu suas relevâncias no desenvolvimento econômico e social de regiões até então não prósperas no continente. Na década de 70, a Europa já promovia as indicações geográficas como forma de regulamentar o mercado (CHEVER, 2015), entretanto, foi na década seguinte que o instituto se tornou ponto significativo no Pacto Agrícola Comum, incluído em políticas públicas que impulsionassem o desenvolvimento regional.

One of these new policies was the move from quantity to quality proposed by the Commission in its communication in 1988. By protecting geographical origin of agri-products and foodstuffs, the Commission intended to bring the surpluses under control. GI protection was seen as a means to encourage producers to diversify production and to concentrate on quality. In addition, it would help to promote products and to obtain higher prices. (ROVAMO, 2006, p. 15)

Por conseguinte, as indicações geográficas se tornaram dispositivo relevante nas políticas públicas de desenvolvimento rural na União Europeia. No processo de reconhecimento, a organização responsável pela representação do território produtor entra

com um pedido a nível nacional, que sendo aprovado, segue a nível da Comissão Europeia que possui regulamentos específicos para vinhos e bebidas espirituosas e alimentos. Desde 2014, a comissão vem debatendo sobre a possibilidade de ampliar essa proteção para produtos não-agrícolas como Český křišťál (cristal da Boémia), Marmo di Carrara (mármore) ou Meissner Porzellan (porcelana) (COMISSÃO EUROPEIA, 2014), mas ainda estão em fase de debate junto à comunidade e produtores.

Atualmente, não há mais fronteiras para o mercado. Podemos facilmente comer o fast-food americano na esquina de casa; usar o jeans de uma marca renomada. A homogeneização do consumo afeta a cultura, põe em risco vivências sociais de gerações e quebra a experiência territorial que Leynse nos traz com os “situated eaters” e a visão da essência das coisas citada por Heidegger. As indicações geográficas podem ser um meio de resistência face a esse individualismo que desterritorializa indivíduos. Em um mercado agressivo, pequenos produtores podem encontrar dificuldades para sobreviver nessa produção de larga escala, mesmo tendo produtos de melhor qualidade. De acordo com documento da Comunidade Europeia, as indicações geográficas podem facilitar o controle no marketing dos próprios produtos, combater as falsificações e assegurar uma valorização de preço por ter uma procedência de origem e qualidade garantida (EUROPEAN COMMISSION, 2012). Até mesmo, se bem estruturada, com a participação de todo território, pode proporcionar mais voz a comunidades até então marginalizadas, e proteger seus recursos e cultura face a globalização e apropriação estrangeira (GIOVANNUCCI *et al*, 2009).

Da experiência europeia, a comissão pode elencar alguns benefícios observados no continente:

- Maintaining and/or increasing local revenues and local employment in the different stages of the production process (production, processing, distribution).
- Securing jobs in production and associated activities so that local people to stay and live in the production area.
- Preserving the environment and biodiversity, insofar as it is linked to the product.
- Maintaining traditional farming with its potential positive contributions to the landscape, favourable habitats for biodiversity and soil preservation.
- Maintaining traditional processing systems and recipes.
- Keeping alive local traditions and local culture related to the product.
- Promoting the region as a whole through a ‘regional brand’, contributing to tourism and gastronomy. (EUROPEAN COMMISSION, 2012, p.25)

Nas contribuições para a comunidade local, a Comissão Europeia também elenca a preservação de expressões culturais; a promoção da autoestima dos atores locais pela

valorização do produto e do papel de cada um dos atores da cadeia produtiva. Em alguns casos, observou-se o empoderamento financeiro de mulheres, trazendo um grande impacto social (EUROPEAN COMMISSION, 2012).

GIs may be attractive. This is precisely because indigenous collectivities have made political gains in self-governance using arguments about the cultural significance of their territories in constituting them as a people with specific responsibilities to manage environmental goods in accordance with principles of customary law. They are thus well poised to effectively use this rhetoric, taking advantage of the economic and political opportunities that GI protections afford. To the extent that indigenous collective rights have been forged in a human rights context, many indigenous peoples have a long history of forging rights-based collective institutions based upon participatory principles that avoid entrenching or producing new inequalities. (Coombe, Ives, & Huizenga, 2014, p. 12)

Como vimos, a identidade territorial é ponto chave para o desenvolvimento da ideia de um processo de reconhecimento:

GIs can particularly help to build social equity via self-esteem and can increase valuation of local products, services and land. Cultural recognition in the marketplace facilitates the transmission of traditional and artisanal skills that are valued forms of cultural communication. GIs are an effective way for rural development to promote cultural identity even in remote areas or when cultural identity is not embodied in just a product but rather encompasses shared assets such as history and architecture that can be valued via tourism and characteristic art and crafts. (GIOVANNUCCI *et al*, 2009, p. 36)

Observamos que diante do reconhecimento de uma indicação geográfica, a preservação do meio ambiente e conservação da biodiversidade serão pontos a serem cuidados. Já são notáveis os impactos do aquecimento global em regiões produtivas. Na Colômbia, por exemplo, na região de Risaralda, conhecida pela cafeicultura, os produtores já sofrem com o aumento de enchentes, seca e invasão de insetos que afetam as plantações (EISE, WHITE, 2018). É cada vez mais preocupante entre biólogos o risco de extinção das abelhas pelo uso contínuo de pesticidas. De acordo com o International Trade Centre um dos objetivos de muitas regiões que buscam a proteção das indicações geográficas é também de intensificar os cuidados com o meio ambiente. A exemplo, fazendas próximas da região de Comté que não seguiam o controle da indicação geográfica usavam de 40-50% mais herbicidas e fertilizantes sintéticos por hectare do que as fazendas que seguiam as exigências do selo de origem local (GIOVANNUCCI *et al*, 2009).

No que se refere aos benefícios econômicos, a Europa pode nos oferecer bons resultados. Em 2010, produtos reconhecidos ofereceram um retorno lucrativo de 54.3 milhões de euros (CHEVER, 2015). Um produto agrícola com selo de origem, da mesma categoria, pode chegar a custar 1,55 vezes mais que um sem selo (CHEVER, 2015). Dessa forma, as

indicações geográficas podem ser vistas como instrumentos relevantes em políticas públicas que visam o desenvolvimento territorial, não apenas no aspecto econômico, mas de cuidado nos âmbitos sociais e ambientais.

2.3 Critérios para indicações geográficas

A Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas elencou os “nós” da “rede” que construiria uma cadeia holística e que poderia garantir êxito no reconhecimento de uma indicação geográfica: governança, competitividade, qualidade e origem, redes, marketing, diversidade e alianças (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, n.d.). Mas qual a importância da presença de todos esses pontos para garantir a manutenção desse dispositivo?

[...] too often they ignore the fact that a geographical indication only serves to identify and protect a product with special characteristics and thus enhance its marketing; but it is certainly not a miracle means in itself, which can add quality to the traditional product, or create a market demand for it out of nothing. In fact, what has enabled some typical local products to conquer the markets has primarily been the tireless collective value-adding strategy developed within economic operators' associations. Geographical indications have certainly contributed to the success of these local products but can hardly be held ultimately responsible for it. Too often, geographical indications are ascribed benefits that have nothing to do with the legal instrument itself, but rather with the collective projects that strive for differentiation that helped obtain it, and which then continue over time. Where the incomes of different autonomous economic operators depend on the market reputation of one and the same traditional product of regional origin, partnership collaboration between the producers concerned, joint standardization of product quality, monitoring of compliance with agreed production procedures and collective marketing are all key factors for success. For this reason, starting a project by applying for a geographical indication when the necessary organizational and productive “infrastructure” is not yet in place can sometimes be equivalent to building a house from the roof down. Although—continuing with the metaphor—at the end of the construction process, the roof can acquire more, or less, importance. (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, p. 2)

O sucesso do uso das indicações geográficas não pode meramente ser visto como resultado do uso do dispositivo em si, pois há um território vivo antes do reconhecimento desse instrumento de propriedade intelectual. A experiência territorial citada por Leynse e a construção das relações que formam esse território como vimos brevemente com Heidegger (e que serão trabalhadas mais profundamente no próximo capítulo) são essenciais na busca por um sistema de desenvolvimento territorial mais inclusivo e sincronizado com os aspectos citados anteriormente como o econômico, social e ambiental, por exemplo.

A fim de entender, a partir da experiência europeia que institucionalizou as indicações geográficas e que difundiu ao mundo como meio de proteção de produtos locais, destrincharemos os “nós” propostos pela UNIDO, citando exemplos que evidenciam a relevância de cada um deles. Em se tratando de um território, ou seja, de indivíduos que constroem relações de poder (como veremos no próximo capítulo), a cooperação entre os participantes é estratégia fundamental para manutenção e bom funcionamento do dispositivo que se pretende reconhecer. Os atores locais, sejam privados e/ou públicos, devem atuar de forma inclusiva, na qual todos terão suas vozes ouvidas para que o processo tenha ampla participação e mais chances de se manter futuramente. Um engajamento que possa trazer uma eficiência coletiva (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, n.d.). Assim, a **governança** é ponto chave para iniciar o processo.

Three different levels of governance favour the territory, the sector or the firms. The first level, territorial governance, gives priority to local producers attempting to safeguard and enhance the area. Local firms and institutions often make both formal and informal agreements to encourage this. At the second level, sector governance, priority is given to those involved in the supply chain, and organizational structures and institutions from the same sector make both formal and informal agreements. The third level, corporate governance, only gives priority to a few links of the supply chain – and often a single company negotiates with institutions (ALBISU, ARFINI, GIACOMINI, p. 29).

A **competitividade** que as Nações Unidas elencam não se limita à competitividade usual do comércio internacional, mas de trazer melhorias à cadeia produtiva, seja melhorando a qualidade, otimizando o uso de recursos ou aumentando a produtividade e capacidade de produção (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, n.d.).

Qualidade e origem são as bandeiras das indicações geográficas. Assegurar a origem e a qualidade do produto são chaves para conquistar o mercado e estreitar as relações com o fim da cadeia: os consumidores. Melhorar a rastreabilidade e garantir a segurança alimentar são ações que vem merecendo maior atenção pelos indivíduos diante do demasiado uso de pesticidas e do cuidado com questões sociais dos trabalhadores e famílias agricultoras, ao ponto de consumidores estarem dispostos a pagar um pouco mais (CEI, DEFRANCESCO, & STEFANI, 2018) por um produto de procedência sustentável. Esse tipo de ação reduz a exposição da cadeia produtiva a mudanças de preços no mercado convencional, além de reduzir o setor informal dos pequenos produtores (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, 2010).

Firstly, handicraft production methods, which are generally used to produce typical products, usually bring greater rates of employment and greater job security, as they involve extensive production systems that revalue local and

native knowledge and capabilities. The maintenance of jobs also has repercussions for demographic development in agrarian areas; the availability of employment opportunities prevents rural exodus. Secondly, traditional products also have the potential to act as flagships for their region of origin, thus increasing visibility of previously marginalized areas. In fact, these products can help encourage rural tourism, by promoting gastronomic tours for example (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, 2010, p.21)

Aliás, isso traz, mais uma vez, o mérito de que as indicações geográficas não podem ser vistas como mero dispositivo econômico. Protege-se aqui um território e uma territorialidade; uma forma de defesa de áreas marginalizadas que podem se utilizar do selo de origem como forma de resistir em uma sociedade que põe em risco a pluralidade de experiências e vivências. Um exemplo disso é a experiência que algumas regiões produtoras já possuem com o turismo baseado na vivência da produção de queijos e vinhos, por exemplo. As pessoas não só se alimentam da comida em si, mas da vivência que aquela produção, aquele território, proporciona.

O fortalecimento de **redes** como associações ou cooperativas, por exemplo, que representam a indicação geográfica é de fundamental importância para o funcionamento e êxito no uso do dispositivo. Alianças com outros atores só poderão ser formalizadas se há boa comunicação entre os participantes das organizações e com o próprio território. Isso reduz custos de transações, melhora a rastreabilidade, assegura a regularidade e qualidade dos produtos às demandas do mercado, melhora a redistribuição de riscos e lucros da cadeia produtiva, além de empoderar os atores mais fracos da cadeia (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, 2010).

Another effect usually ascribed to GIs is business stabilization, because of the ability of GI products to better resist the price falls observed during market shocks, as in the case of food shortages. Moreover, the capacity to assure a basic remuneration in periods of crisis acts as a cushion for firms and helps them to pass through market crisis and thus increases their survival rate with respect to non-GI firm. (CEI *et al.*, 2018, p. 12)

O **marketing** é a vitrine do produto. Melhora o acesso ao mercado através de suas embalagens e apresentação; promove o território que origina a experiência; promove exportação, reduzindo a dependência apenas do mercado local e expande as oportunidades de emprego (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, 2010).

Um outro ponto importante do marketing é promover um produto no âmbito local para que seus próprios residentes possam conhecer mais do seu valor específico, o porquê de valorizar aquele produto exclusivo (DONNER, FORT, VELLEMA, 2017). Como já citamos, há uma corrente comercial de homogeneização desterritorializante que deve ser desafiada a

fim de que o conhecimento tradicional e a própria territorialidade não se percam, mantendo-se assim, a pluralidade.

A **diversidade** é outro ponto citado pela UNIDO. Diversidade e inovação promovem a cadeia produtiva, proporcionando uma maior visibilidade e melhor posicionamento, além de ampliarem aos indivíduos maiores benefícios na cadeia produtiva. **Alianças** podem garantir o que se chama de “cesta de bens”, que seria o beneficiamento de todo o território, fortalecendo parcerias com outros setores da sociedade. Diante de experiências passadas, podemos citar a vinda de um outro tipo de dispositivo que enriquece o aparelho da indicação geográfica e fortalece a cooperação entre atores: o place branding.

Collective place brands are strategies to jointly valorize and promote baskets of local (food) products and services, based on a distinctive territorial identity. Hence, they link regional identity, endogenous assets and various local actors (often from the food and tourism sectors). Place branding can be defined as “the practice of applying brand strategy and other marketing techniques and disciplines to the economic, social, political and cultural development of cities, regions and countries”. While in academic literature, a lot of attention has been given to nation and city branding; the regional scale has been rather neglected. Moreover, research has focused either on institutional place brands or on GIs, but little is known about the collective type of place branding which is based on public-private interaction and cross-sector synergies; and even less about its potential for territorial development (DONNER, FORT, VELLEMA, 2017, p. 180)

Como citado anteriormente, é imprescindível a observância desses pontos antes da mobilização para buscar o dispositivo aqui debatido. A indicação geográfica poderá trazer benefícios diante de uma estratégia bem estruturada face ao comprometimento, coordenação e performance do território em jogo, mas não criará esses benefícios (UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION, 2010); ela não proporcionará os benefícios, mas poderá proporcioná-las.

Diante das experiências, o International Trade Centre afirma que se mal planejado e mal gerenciado, as indicações geográficas podem causar prejuízos a produtores e consumidores (GIOVANNUCCI *et al*, 2009). Se não for construído um perfil de trabalho colaborativo entre os atores locais, propondo um ambiente inclusivo, conflitos nas tomadas de decisão podem afetar o resto da cadeia.

As indicações geográficas não podem ser vistas como ponte direta para o sucesso. Os participantes do processo, na busca pelo reconhecimento, devem estar conscientes de que são muitos os fatores a serem considerados para atingir resultados positivos, para que o dispositivo seja um instrumento de fortalecimento do desenvolvimento regional. De acordo com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, existem alguns

princípios que devem ser respeitados para a devida sustentabilidade das Indicações Geográficas:

- Representativeness in the management board of all categories of firms involved in the GI value chain and of all types of actors within each category (for example artisan and industrial processors, small-scale and large-scale farmers). If a category is insufficiently represented, it might not respect the rules or may act self-interestedly.
- Transparency and democracy in the decision-making processes, taking into account the effective participation of each actor in the economic activity of the GI system.
- Equitable financial contribution of each member to the GI organization, on the basis of correspondence between costs and benefits. It is good practice to differentiate the membership fee (unique and not too expensive) and the payment for services (that should be proportionate). In some situations solidarity principles could apply, asking more from bigger stakeholders in order to support smaller ones taking part in the GI organization.
- Participation of the local public administration in the GI organization allows greater coordination with public policies.
- Promotion of communication and networking as important dimensions of the local GI production system organization. (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2010, p. 100-101)

Vemos que há algo em comum nesses princípios citados pela FAO: a participação ativa e inclusiva de todos os atores do território a partir de uma maior cooperação entre eles, para que se proporcione um desenvolvimento sustentável que não seja unicamente baseado em um instrumento de propriedade intelectual, mas na valorização da proteção da vivência e construção de um território.

2.4 As indicações geográficas no mundo e uma nova revolta francesa

É notório que no âmbito internacional, já se discutia a repressão a falsificações de produtos desde o século 19, como bem representa a Convenção da União de Paris e o Acordo de Madrid. Entretanto, foi com o advento do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) que o debate acerca das indicações geográficas se consolidou.

O Acordo supracitado foi o resultado de uma série de debates na chamada Rodada Uruguai no Acordo Geral de Tarifas e Trocas em 1994. Diversos países já vinham discutindo a possibilidade de disciplinar os direitos de propriedade intelectual diante da expansão do comércio mundial, principalmente de produtos protegidos por patentes, marcas, segredos e direitos do autor (ALMEIDA, 2008).

Nosso objetivo não é adentrar no mérito do dispositivo internacional, mas é relevante observar a influência que ele teve em países da América Latina como o Brasil, que apesar de já ter as indicações geográficas como objeto de leis nacionais, veio regulamentar de fato esse instrumento com a lei n. 9.279 de 1996 (JATOBÁ, 2015), e assim, nosso primeiro reconhecimento ocorreu em 2002 com o Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul.

Pretendemos tratar do Brasil com mais atenção no próximo tópico, então, antes de voltar para o nosso país, conhecer experiências de outros países não europeus pode corroborar com os critérios propostos pela UNIDO no tópico acima. Além disso, nos últimos anos, a França, país que colocou as indicações geográficas no mapa tem sofrido certos embates que podem pôr em risco a ideia que temos da utilidade e importância que esse instrumento de fortalecimento de desenvolvimento regional, como ainda se acredita, tenha, pelo menos nas formas como é aplicado atualmente.

2.4.1 Os casos estrangeiros

O uso das indicações geográficas já tem bons resultados em alguns países não-europeus. É o caso do café da Colômbia. No final da década de 50, o café colombiano sofria com as flutuações de preço e uma queda na balança comercial. Até que a Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia investiu na conscientização do público nacional sobre a origem do café que sempre estava à mesa. Como uma forma de tentar aproximar o público da bebida e relacioná-la a uma identidade nacional, a Federação trouxe o perfil humano do colombiano no slogan que hoje é famoso em todo o mundo: Juan Valdez. Em 2005, o ‘Café de Colombia’ teve seu reconhecimento nacional de indicação geográfica e em 2007 foi o primeiro produto não-europeu a ter o selo de origem pela Comissão Europeia (WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION, 2002).

O sucesso na empreitada da Colômbia foi tamanho, que outras regiões produtoras colombianas chamaram a atenção da Federação diante do seu potencial econômico e cultural. Em 2011, duas regiões cafeicultoras foram reconhecidas: Nariño e Cauca (WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION, 2002). De acordo com o International Trade Centre, a região de Nariño já apresentava um diferencial comercial pelo perfil do café desde a década de 80; assim, já era de interesse da Federação Nacional distinguir essa qualidade superior no mercado e defender a origem do grão de possíveis abusos, ao que

indústrias já apresentavam influências no local (GIOVANNUCCI *et al*, 2009). A fim de proteger os produtores locais, a indicação geográfica foi reconhecida:

Farmers producing Nariño receive a significant premium that has ranged between 10% and 50% more for their coffee when compared with similar quality coffees from other areas. Once the rules for the Nariño origin are established, Nariño coffee growers will cease to face unfair competition from other growers, traders or roasters that incorrectly describe their coffees as “Nariño”. Thus, bona fide Nariño growers could feasibly get sustained higher premiums of 40% more than the average Colombian price, once these rules are established and implemented. Another economic advantage of this popular GI, is that most of its sales are via long-term contracts at a fixed price and so the volatility is considerably reduced. This consistent demand may be one of the more valuable contributions of a notable GI.

[...] The formal recognition and the standards of the GI provide powerful support and consequently superior remuneration for Nariño coffees. These incentives not only help to ensure consistency and quality along the supply chain but also help distribute the benefits more equitably so that producers can benefit. In areas without quality incentives, it is easy for certain origins to be blended away or disappear and the product becomes once again a basic undifferentiated commodity. Standards and controls ensure consistent levels of quality and to reduce the likelihood of fraud or the substitution of other lesser coffees so as to maintain the reputation of the GI. (GIOVENNUCCI *et al*, 2009, p. 200-201)

O México nos traz dois casos envolvendo uma das bebidas mais famosas do mundo: a Tequila. Essa bebida é feita com uma espécie da planta agave: a agave azul (agave tequilana). Diante do prestígio da bebida mexicana no mercado internacional, muitas empresas estrangeiras já estavam presentes no território protegido demarcado, assim, estas tiveram grande influência no processo de institucionalização da indicação geográfica. Presenciou-se uma grande industrialização no processo produtivo, o que marginalizou ainda mais os pequenos produtores (COOMBE, IVES, HUIZENGA, 2014), que se tornaram mera mão de obra (SANTILLI, 2012). O que era uma bebida cultural local, produzida pela vivência dos mexicanos, virou um produto manipulado por mexicanos e produzidos pelo grande capital. Diante da grande presença da indústria, o processo foi verticalizado, principalmente na homogeneização produtiva e cultural do produto e nas questões sanitárias. Assim, os pequenos produtores que ainda se aventuravam a produzir suas próprias tequilas mantinham suas produções e vendas clandestinamente (SANTILLI, 2012).

Além disso, como a tequila exige a utilização somente da agave azul, outras espécies da planta foram desaparecendo para a produção em massa da espécie em questão, com ajuda de meios genéticos para dinamizar o plantio. Isso acarretou uma perda severa na diversidade de espécies e variedades da planta, além de ter resultado em plantios mais suscetíveis às doenças e pragas pelas modificações genéticas. Não demorou para que o impacto viesse a ser

social: os sistemas tradicionais de agricultura foram sumindo e grandes monoculturas da agave azul surgiram na região dita “protegida” (SANTILLI, 2012).

O mesmo se repetiu com a produção do mezcal, outra bebida mexicana que até algumas décadas atrás, era considerada bebida de ‘pobre’ no país (GIOVANNUCCI *et al*, 2009). Ela também é produzida com agave, mas feita com qualquer outra espécie da planta. O mezcal não tem a mesma atenção que a tequila no mercado internacional, mas também faz parte da cultura mexicana, e nos últimos anos, tem-se investido em sua valorização e popularidade. Comparada a tequila, o mezcal tem uma pequena escala de produção, a qual ainda conta com a presença de pequenas famílias (majoritariamente no quadro de extrema pobreza), apesar do aumento de sua industrialização seguindo os padrões já vistos anteriormente com a tequila (GIOVANNUCCI *et al*, 2009).

Após o reconhecimento da bebida, muitas famílias produtoras não conseguiram seguir os padrões exigidos para o uso da indicação geográfica. Existem benefícios, porém estão concentrados nas mãos de poucas indústrias e muitos produtores pequenos estão sendo forçados à migração (COOMBE, IVES, HUIZENGA, 2014). Além disso, o mezcal é produzido em 26 estados mexicanos, entretanto, a região demarcada para ter a proteção conta apenas com 7 estados, desrespeitando assim a cultura produtiva de regiões tradicionais. Os demais estados não podem usar o nome de mezcal em suas produções, apenas agave destilada. É óbvio que apesar de se tratar da mesma bebida, com o mesmo peso cultural e histórico, a que não leva o nome tradicional de mezcal poderá sofrer uma desvantagem comercial (GIOVANNUCCI *et al*, 2009).

Perante esses dois casos, vemos que a indicação geográfica não é uma equação que pode ser aplicada da mesma forma em todos os lugares. Dos pontos elencados pela UNIDO, que citamos anteriormente, cada um deve ser analisado e interpretado diante da realidade de cada território, com participação ativa de todos os atores, de maneira inclusiva e horizontal.

2.4.2 “Leite pasteurizado não é leite!”

Em 2015, o jornal inglês The Independent noticiou que cerca de cinquenta queijos franceses entraram em extinção. O motivo seria o endurecimento das regulamentações sanitárias na produção do laticínio (LICHFIELD, 2015). A tradição francesa de produzir queijo, e o que também influencia na qualidade e no sabor que conquista o mundo, usa o *lait*

cru, ou o leite cru não pasteurizado. De acordo com o jornal, apenas 10% dos queijos consumidos na França são feitos com leite cru e esse consumo tem caído cerca de 4% por ano (LICHFIELD, 2015).

Os produtores e críticos gastronômicos afirmam que há uma grande ameaça com as regulamentações nacionais e da Comissão Europeia sobre segurança alimentar, mas não são apenas elas: as grandes companhias de laticínio estão colocando em risco as famílias produtoras que há séculos colocam na boca de milhares de pessoas um pouco da história da França (LICHFIELD, 2015).

Um produtor alega que a indústria do lobby faz com que as regulamentações se tornem mais rígidas, marginalizando os pequenos produtores e acabando com a identidade do queijo francês feito com leite cru, ao que as indústrias precisam pasteurizar o leite para produções em massa e para exportar. Diante da grande produção por parte da indústria, o produto fica mais barato, o que põe em risco a subsistência dos pequenos produtores por necessitarem de um maior tempo para o preparo do queijo artesanal, por cobrar um valor mais alto (e justo) pelo produto (LICHFIELD, 2015).

As indicações geográficas poderiam proteger esse produto com a origem controlada, pelo que já vimos na história francesa. Mas esse pode ser exatamente o problema. De acordo com Véronique Richez-Lerouge, presidente da Associação de queijos com terroir, as grandes indústrias estão conseguindo impor a mudança das regras do INAO (Institut National de L'Origine et de la Qualité) para que os queijos feitos com leite pasteurizado também possam ter o selo de origem. Se uma pessoa quiser o queijo francês tradicional não pode mais confiar no selo de indicação geográfica, mas no selo que informe que aquele queijo foi produzido com leite cru (LICHFIELD, 2015).

Queijos como o *Camembert de Normandie* podem simplesmente sumir de vez da gastronomia, como afirma o jornal BBC. Além da ameaça no próprio país diante do lobby das indústrias e das regulamentações sanitárias, seu nome vem sendo usado em queijos ao redor do mundo, mesmo sendo feito fora da região delimitada e protegida. E um exemplo foi o queijo camembert de Quebec ter ganho o campeonato mundial de queijo de 2018 (MONACO, 2018). As indústrias de laticínios da Normandia já colocam em seus rótulos a expressão “Fabricado na Normandia” o que já induz o consumidor à confusão, já que o industrial não é feito com leite cru, não seguindo, portanto, a tradição (MONACO, 2018).

A situação francesa foi analisada por pesquisadores de institutos relacionados à indicação geográfica no país. A pesquisa foca no já citado Instituto Nacional Francês de Qualidade e Origem (INAO em francês). É notório que na história do dispositivo na Europa, especialmente na França, o Estado tenha sempre estado junto aos agricultores na busca por essa proteção, tanto para o desenvolvimento local como para proteger a herança cultural. De acordo com a pesquisa, o INAO vem se enfraquecendo diante de sucessivas mudanças pela presença de atores privados, além de se observar uma atuação que se preocupa mais com qualidade e homogeneização do produto do que sua própria origem (MARIE-VIVIEN, BÉRARD, BOUTONNET, & CASABIANCA, 2017).

Em 2006, uma regulamentação da União Europeia permitiu que os órgãos de certificação, aqueles que iriam verificar se o produto estava seguindo os critérios para receber o selo, fossem de esfera privada, depois de reclamações acerca da imparcialidade de órgãos como o INAO e com o intuito de reduzir gastos públicos. Na reforma francesa, além dos produtores e do INAO, houve a implementação de terceiros privados (MARIE-VIVIEN, BÉRARD, BOUTONNET, & CASABIANCA, 2017).

Diante dessa decisão, a atuação do INAO foi diminuindo, colocando mais responsabilidade nas mãos dos próprios produtores no controle de qualidade dos produtos. O instituto passava a ir menos vezes e a controlar menos as regiões produtoras (MARIE-VIVIEN, BÉRARD, BOUTONNET, & CASABIANCA, 2017). Entretanto, os conflitos se iniciaram:

[...] the 2006 reform places a new obligation on producers, who have to join an Organization for the Defense and Management of the PDO/PGI. This organization, which is hereafter referred to as Producers' Organization, shall have fair representation of all kinds of operators (producers and processors) who contribute to the elaboration of the product's typicity and shall be approved by INAO. Such producers' groups existed before 2006, but there was no obligation to join them [...] and some GI producers refuse to be members (and hence to pay for) other activities undertaken by the Producers' Organization such as providing technical advice, or support for marketing. There have also been reports of PDOs in which several producers' associations were in conflict. (MARIE-VIVIEN, BÉRARD, BOUTONNET, & CASABIANCA, 2017, p. 5)

Diante da diminuição da atuação do INAO, observaram-se pontos negativos como a padronização dos produtos; os terceiros privados que participavam do processo de certificação tinham um perfil industrial, o que afeta o aspecto artesanal das indicações geográficas. Além disso, o processo de controle de qualidade não é simples, o que desencorajou muitos produtores a fazerem parte dos grupos de controle. E na busca de grupos privados para essa atividade, quando uma cadeia produtiva era pequena, não era viável financeiramente manter

esse controle sem ajuda das autoridades locais e isso justifica a questão do queijo que vimos acima (MARIE-VIVIEN, BÉRARD, BOUTONNET, & CASABIANCA, 2017).

Apesar da existência das regulamentações da Comissão Europeia, ainda existem divergências entre as leis dos países europeus que podem causar certos conflitos. A corte constitucional alemã, por exemplo, nega os direitos absolutos da indicação geográfica, como um direito territorial, mas apenas como um instrumento de integridade comercial que deve ser protegido (THIEDIG & SYLVANDER, 2000).

De acordo com alguns economistas, a indicação geográfica pode ser apenas um instrumento para criar monopólios:

Even if this seems to be an etymological contradiction, the existence of monopolies consisting of a group of firms was argued by OLSON (1962): “The concept of industry in pure competition, which is everywhere acknowledged, is based on assumptions that are perfectly parallel to those required for the concept of industry in monopolistic competition, which is often denied.” We accept firms to show collective action, but generally deny it to agricultural producers. [...] GUTENBERG deduced the existence of “Preislagen” from purchase observations. They are responsible for the breaks in the price-sales curve and form a monopolistic gap within full market competition. GUTENBERG reasons that producers try to form a “Firmenmarkt” in order to tie consumers to their products. The binding capability, which he calls aquisitional potential, depends on rational and irrational aspects. All modern marketing attempts to enlarge this aquisitional potential by gaining a unique position within the market segmentation. To keep it simple, marketing for mass markets has reduced this to the term unique selling proposition (USP). (THIEDIG & SYLVANDER, 2000, p. 7)

Seriam assim as indicações geográficas um bem público ou um bem privado? Um bem público que se torna privado para que os produtores possam concorrer no mercado neoliberal e que com ajuda desse distintivo da propriedade industrial, tem aval de entrar no clube de produtores elitizados com capacidade de competir com indústrias?

If use of a private good is shared, it has changed its degree of publicity (depending on rivalry and excludability) and becomes a club good. If a public good, like a view of a sunset, changes its degree of publicity by excluding others, e.g. at some particular scenic places you might have to pay a fee for being able to enjoy that view, thus a pure public good has become a club good.[...] Every firm can be considered as a club, even a country might be regarded as a club. At the poles of a club good the private good could be defined as a club good with one member (thus the membership optimum condition can be dropped) and a pure public good is a club good with the whole population as members (hence, the membership condition can be dropped as well, because no exclusion is possible or done) (THIEDIG & SYLVANDER, 2000, p. 10).

A partir dessa observação dos economistas, deduzimos que toda empresa é um clube, e até um país pode ser considerado como um. Entretanto, vemos esferas diferentes, no caso a privada ou a pública, entre esses clubes e os bens que deles podem surgir. Como podemos

cobrar a existência de uma maior taxa de exclusividade de um bem que se origina da vivência de um território, logo, de diversos atores e não de uma empresa limitada à um edifício, por exemplo?

Thiedig e Sylvander citam algumas peculiaridades que fariam das indicações geográficas o convite para entrar no clubinho: voluntarismo, compartilhar, exclusividade, mecanismo de exclusão, decisão dupla e suboptimal equilíbrio de Nash (THIEDIG & SYLVANDER, 2000). Não poderemos destrinchar cada uma desses pontos ao que não tratamos a fundo no âmbito da ciência econômica, mas podemos trazer algumas considerações que justificam a hipótese dos economistas e que se relacionam com o que viemos discutindo no presente trabalho.

A decisão de buscar o reconhecimento é **voluntária**. Entretanto, uma vez que se reconhece e se delimita a área produtora, todos os produtores ali são membros da indicação geográfica, mesmo que não tenham optado pelo reconhecimento. Consequentemente, o produtor estará sujeito a pagar pelos controles de qualidade (caso queira usar o selo) ou sujeito a correr os riscos que aquele reconhecimento possa resultar na região delimitada.

On the other hand, all compulsory members share the benefits. Any member might leave the club by abandoning the use of the name. But the exit is not without disadvantages as it can be shown in the case of the PGI “Nürnberger Lebkuchen”. The benefit of selling ginger bread with a PGI increases with the extent of export. Exporters are in general larger producers. They have supported the application as a PGI and thus benefit the most from the protection. Local handicraft producers, although having founded the reputation of the indication, are now involuntary members of the PGI club. Inspection costs have to be paid and the private inspection body is not likely to charge small bakers less when they claim to take only low profit in using the geographical name. A small baker has three options: to leave the club by abandoning the use of the indication, to pay the inspection fee or to be a free-rider. (THIEDIG & SYLVANDER, 2000, p. 11)

A **exclusividade** vem da possibilidade de apenas os indivíduos presentes na região delimitada poderem se utilizar do dispositivo, até mesmo os membros compulsórios. Estar na região e seguir o código de prática para a qualidade do produto é uma exclusividade, mas poucos podem dispor dessa proteção (THIEDIG & SYLVANDER, 2000). Existem também controvérsias sobre as dificuldades de **inovação** nos produtos com proteção diante das regras que comprovam sua origem e herança cultural. Ao se tratar de uma propriedade industrial, as indicações geográficas possuem uma certa liberdade de inovar diante do mercado, entretanto, isso pode pôr em risco uma tradição se não for realizada com cuidado e participação de toda a comunidade.

Assim, concluímos que o que parecia um bom instrumento de desenvolvimento regional e valorização da cultura local pode na verdade abrir margem para ocorrer o contrário. Em 1996, o Brasil se tornou signatário do ADPIC e começou a usar as indicações geográficas diante dos bons resultados na comunidade europeia. Mas será que dá para usar a colônia francesa em um país tropical como o nosso? Por isso deixamos para tratar da nossa experiência ao final desse capítulo.

2.5 “Alegria se conserva em champanha; cachaça só consola desgraça, quando consola.”

Pode me faltar tudo na vida
Arroz, feijão e pão
Pode me faltar manteiga
E tudo mais não faz falta não

Pode me faltar o amor
(Disto eu até acho graça)
Só não quero que me falte
A danada da cachaça

Cachaça não é água – Marchinha de Carnaval

Foi o que disse Jorge Amado no livro *Tereza Batista Cansada de Guerra*. Tereza não conseguiu aprender a gostar da cachaça e Mestre Gereba, outra personagem do livro, dissera: “Bebidinha mais ruim é cachaça, quem toma isso não presta” (AMADO, 1972). Apesar do Mestre Gereba e de Tereza não se afeiçoarem da pinga, não dá para negar: a cachaça é a bebida brasileira. Os personagens de Jorge Amado não seguiam a paixão de seu criador. E de tanto valorizar a caninha, tem cachaça que leva o nome de uma de suas mais famosas personagens, Gabriela. E é com essa cachaça que o drink Jorge Amado é feito.

E a história da cachaça segue a literatura do baiano: saborosa, sensual, prazerosa, sonora e religiosa. Diz-se que a bebida era destinada aos escravos e apesar de ter caído no gosto popular do brasileiro, sempre esteve atrelada a ideia de bebida de pobre. Não espanta a palavra cachaceiro ter como significado no dicionário Priberam de Língua Portuguesa como “soberbo, arrogante”. Utilizada como adjetivo pejorativo, a palavra tem como origem epistemológica a nossa bebida.

Entretanto, a cachaça do pobre da esquina foi tomando proporção que conquista o mercado internacional, chegando a prateleiras estrangeiras como bebida de luxo, tornando-se um produto importante na exportação brasileira. Assim como o vinho francês, nossa bebida começou a sofrer com a contrafação no comércio. Até revolta tivemos! A Revolta da

Cachaça, entre 1660 e 1661, ocorreu por conta dos impostos excessivos da Coroa Portuguesa aos fabricantes de aguardente.

No intuito de proteger e valorizar nossa bebida, o até então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva decreta cachaça como bebida genuinamente brasileira (Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009). Tomado como chacota por ser “cachaceiro”, alguns brasileiros debocham da decisão do presidente, sem tomar conta de que diante dessa decisão, a exportação da bebida aumentou em 12,62% no comércio com os Estados Unidos (JATOBÁ, 2015). A pinga, aos poucos, vai se tornando orgulho de bebida nacional, chegando a ter garrafas no valor de R\$ 1500,00.

Do que já que discutimos acerca da origem e instituição das indicações geográficas, a cachaça seria a bebida ideal como primeiro produto com selo de origem no Brasil. Assim como o vinho francês é a história daquele terroir engarrafada, a cachaça é nossa história. Mas não foi bem isso que aconteceu.

O Brasil já debatia acerca das indicações geográficas sendo signatário da Convenção da União de Paris, por exemplo, além de tratar, mesmo que de forma genérica, sobre a proteção de signos distintivos na própria Constituição Federal de 1988. Entretanto, foi em 1996, depois do ADPIC, que o Brasil viu a necessidade de institucionalizar as indicações geográficas na Lei de Propriedade Intelectual (Lei n. 9.279/1996).

Mas foi em 2002 que ocorreu o primeiro reconhecimento do signo distintivo em um produto brasileiro: o vinho do Vale dos Vinhedos. Sim, apesar da nossa prévia defesa pela bendita marvada, a cachaça só veio a ter o selo de indicação geográfica em 2007 com a cachaça de Paraty, e em 2012 com a de Salinas.

Considera-se que o caso do Vale dos Vinhedos é um dos de maior sucesso no Brasil. Acredita-se que a região vivenciou o que se chama de cesta de bens: a indicação geográfica protegia um produto específico (o vinho), porém outros setores da sociedade e da economia saíram beneficiados: viu-se um aumento significativo no turismo, na gastronomia local e até em investimentos imobiliários (CALLIARI et al., 2007).

Entretanto, o processo de reconhecimento do Vale dos Vinhedos merece alguns destaques que podem nos trazer questionamentos sobre se o dispositivo foi um instrumento territorializante para os indivíduos como um todo daquele local ou se foi apenas uma forma de adequar aquele produto ao mercado internacional.

A proposição inicial partiu da Embrapa Uva e Vinho. Em busca de alternativas para retomar a competitividade no mercado, **as vinícolas apostaram em um conceito que estava sendo proposto pela instituição** [em negrito pela autora] (TONIETTO, 2005).

Assim, a Embrapa passou a coordenar e articular em torno de si um amplo conjunto de atores e organizações [...], constituindo uma espécie de “ponte” por meio da qual circulam recursos e informações elementares para a constituição dos projetos: angaria recursos financeiros (CNPq, Fapergs, Finep) para o desenvolvimento dos estudos técnicos; articula um corpo de técnicos e especialistas para realizá-los (UCS, UFRGS, IFRS); integra as associações de produtores em torno de um projeto comum de valorização e regionalização da produção vitivinícola; intermedia os contatos entre os atores locais e as organizações envolvidas com este tipo de certificação em nível nacional (MAPA, INPI, Sebrae) e internacional (OIV) e, por meio de uma fina sinergia de ações com o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), faz com que o tema adentre na pauta das entidades setoriais (UVIBRA, Fecovinho, Sindivinho etc.) e da própria Câmara Setorial do Vinho, órgão colegiado consultivo do Ministério da Agricultura. (NIEDERLE & VITROLLES, 2009, p. 19-20)

É interessante que a rede tenha tido uma participação ampla de atores: universidades, organizações internacionais, dentre outras. Mas tem um ponto que nos chama a atenção: o conceito proposto pela EMBRAPA. É certo que o conceito pode ter sido debatido entre os produtores interessados em buscar uma forma de retomar a competitividade no mercado, como é comentado, porém, observamos uma certa verticalidade em que dá margem para uma imposição que pode resultar em exclusão de alguns produtores, exatamente pela falta de participação ativa no processo de reconhecimento.

E foi isso que aconteceu na região do Cerrado Mineiro. De acordo com Daniel Dutra, foi na década de 90 que o governo de Minas Gerais começou a se preocupar com a qualidade do café que estava sendo produzido no estado e criou políticas públicas que, junto a outros setores da sociedade, iriam melhorar a qualidade do café não apenas para o mercado nacional, mas internacional, já que o Brasil sempre esteve no ranking de maiores produtores e exportadores de café (DUTRA, 2009).

Neste panorama surgiu o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café, ou Certicafé, programa do governo de Minas Gerais para a valorização da origem do café produzido no estado, instituído por meio de Decreto, em 1996. Antes da publicação desse decreto, o IMA publicou, em 1995, a Portaria 165, delimitando as quatro grandes regiões produtoras de café de Minas Gerais sujeitas à certificação de origem, baseada em estudos do extinto IBC e da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). [...]

Em dezembro de 1996, pelo Decreto 38.559, o governo de Minas Gerais criou o Certicafé (Minas Gerais, 1996). A certificação de origem do café ganha, então, status de programa oficial de governo, regulamentado por um decreto estadual. A partir deste decreto, outras entidades públicas e privadas, além do IMA, começaram a participar do programa. Sua administração fica a cargo de um conselho formado por representantes das diversas secretarias de estado, de órgãos da administração indireta do governo (Emater, IMA,

Epamig) e da iniciativa privada (cooperativas e federações) e, até mesmo, de cafeicultores das regiões delimitadas. (DUTRA, 2009, p. 72-75)

Porém, é relevante notar que alguns municípios mineiros não possuem sequer a tradição de produzir café e foram incluídos nessas áreas delimitadas pelo governo, o que atropela um dos requisitos básicos que discutimos acerca da identidade territorial dos atores locais com o que se está buscando ser valorizado e protegido (DUTRA, 2009). A partir do momento em que o Estado delimita um território sem averiguar as relações de poder (e derivadas destas) dentro do mesmo, ele cria resistências que podem gerar conflitos difíceis de enfrentar. Para Dutra: “o programa foi implantado “de cima para baixo”, sem levar em consideração a necessidade de uma articulação com a sociedade local e suas representações (associações, cooperativas).” (DUTRA, 2009, p. 77).

É notável atentar que em 1994, o CACCER (Conselho de Associação dos Cafeicultores do Cerrado) foi que reivindicou ao estado a demarcação oficial da região produtora, e isso inspirou na criação do Certificafé. Entretanto, ao observar que o programa público não considerou a delimitação territorial, fica claro que o objetivo não era a valorização do território, mas certificação do produto apenas (DUTRA, 2009), o que contradiz o que defendemos: o respeito aos limites da identidade territorial e ações dos atores locais com o objetivo comum de valorizar o que é deles. Os projetos de governo não deram certo, mas a mobilização dos produtores do Cerrado Mineiro sim.

O cerrado mineiro não pode ser considerado uma região com tradição na cafeicultura. A qualidade do café da região do cerrado mineiro foi percebida a partir de 1991, quando os cafés da região começaram a ser premiados no concurso anual “Prêmio Brasil de Qualidade do Café para Espresso”, organizado pela torrefadora italiana Illycafé. Foi a partir deste evento que os cafeicultores da região e suas lideranças obtiveram a prova da superioridade do café da região. Este fato foi bastante utilizado como recurso de marketing para promover o café do cerrado. A partir daí, a região do cerrado mineiro ganhou cada vez mais destaque na produção de cafés com qualidade superior, devido às peculiaridades de suas condições de clima e solo (Saes et al., 1997).

Este panorama fez com que houvesse um movimento pioneiro por parte de cafeicultores da região. Por iniciativa da recém-empossada diretoria da Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (Acarpa), a estratégia foi traçada, levando em consideração a valorização da qualidade do café da região. A aceitação desta estratégia não foi fácil, a princípio, mas, gradativamente, as barreiras foram vencidas e os que desconfiavam da iniciativa engrossaram o coro dos defensores da ideia; associações de cafeicultores foram criadas especificamente para aderir a esse modelo (Saes et al., 1997). Estas associações perceberam que os elos a montante da cadeia produtiva do café estavam se apropriando da quase-renda decorrente da qualidade do produto da região e decidiram se articular e se unir em torno do ideal da construção de uma organização que protegesse a especificidade do ativo produzido na região e internalizando a renda gerada em decorrência desta especificidade (DUTRA, 2009, p. 101-102)

O Cerrado Mineiro continuou a se mobilizar até que conseguiu a primeira indicação geográfica em 2005. O CACCER é referência em boas práticas agrícolas, não apenas em âmbito nacional, mas internacional. Destacam-se suas normas em respeito ao meio ambiente e responsabilidade social e trabalhistas, por exemplo.

Porém, infelizmente, temos casos que não seguem os mesmos pontos positivos para o desenvolvimento regional como temos observado no Cerrado Mineiro ou no Vale dos Vinhedos. Em 2009, o Vale do São Francisco teve indicação geográfica referente a produção de mangas e uvas finas reconhecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial à União das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas Finas de Mesa e Mangas. Entretanto, de acordo com Raimunda Sousa, o processo foi extremamente excludente (SOUSA, 2017).

A região não era produtora de tais cultivos até a forte presença de produtores capitalizados com interesse no mercado estrangeiro. É notório ver que as regras para obter o selo de origem são rigorosas e não fazem parte da história local, no que produtores precisam dispor de capital para que estejam amparados de forma que possam se utilizar o selo. Além disso, a agricultura irrigada para tal cultivo necessita de uso intensivo de tecnologia, o que dificulta o acesso de um pequeno produtor a esse tipo de mercado (SOUSA, 2017).

Antes do investimento dos produtores capitalizados, os produtores locais, familiares, camponeses e ribeirinhos, produziam agricultura de chuva e de beira-rio, com cultivo de feijão, mandioca, milho, melancia dentre outros. Face a expansão do cultivo de uva e manga, observou-se a desapropriação de terra, o que consequentemente fez desaparecer o feijão e o milho da mesa da população do sertão e resultou em maior desemprego no campo (SANTOS, 2017).

Diante dessas experiências, observamos que as instituições responsáveis pela mediação (ou imposição?) das indicações geográficas no Brasil as veem como uma equação perfeita que pode ser utilizada em qualquer território, sob qualquer circunstância e realidade. E isso nos mostra uma fragilidade na estrutura institucional das indicações geográficas no país.

O INPI é o agente responsável pela estruturação do dispositivo, criando regulamentos e diretrizes que regulam o reconhecimento de produtos com origem territorial diferenciada no país. Diante da aproximação com o comércio, ao que observamos que as indicações geográficas no Brasil só vieram a ser desenvolvidas a partir do ADPIC, e de inovação e capacidade competitiva (NIEDERLE, MASCARENHAS, & WILKINSON, 2017), o

SEBRAE é o instituto que mais atua na busca por territórios com potencial de reconhecimento do distintivo. Assim, mesmo que estejamos tratando de algo diretamente relacionado ao território e seus agentes, com raízes culturais e sociais, vemos a atuação do SEBRAE bastante presente, e com ela, a visão empresarial que as indicações geográficas podem assumir, como vimos no caso do Vale do São Francisco.

Como no Cerrado Mineiro, vimos que uma imposição de política “de cima para baixo” não traz a sustentabilidade necessária para a manutenção de uma rede como as indicações geográficas requisitam, a construção de uma rede entre diversos atores: os produtores, os habitantes não-produtores do território em questão, o Estado, organizações como universidades, empreendimentos privados, dentre outros que fortalecem e mantêm a troca de energia no território.

As indicações geográficas não são vistas como política pública no setor agrícola no Brasil como vimos no Pacto Agrícola Comum na Comunidade Europeia. O dispositivo mal é conhecido por pequenos produtores brasileiros. Mas isso não é nem de perto um dos problemas que podemos observar na experiência brasileira: a confusão de atuação entre as instituições estatais é inquietante.

A concessão de IG para as regiões mineiras do Serro e da Canastra consistiu no reconhecimento oficial pelo Estado – por meio de uma autarquia federal, o Inpi – de um produto considerado por esse mesmo Estado – nesse caso, por um Ministério, o Mapa – inconforme às normas setoriais de produção e comercialização. Essa contradição se tornou o estopim para uma importante discussão que opõe, notadamente, os porta-vozes do Fórum Técnico da Agricultura e aqueles do Fórum Alimentação e Patrimônio (com participação também ativa do Fórum Acadêmico Científico). Trata-se da pertinência de conceder o registro para um produto que não atende às normas setoriais. Por um lado, prevalece no Fórum Técnico da Agricultura a ideia de que os Regulamentos de Uso das IG somente podem prever métodos e técnicas respaldados pela legislação setorial e que o Inpi deve vetar o registro caso isso não seja cumprido. Por outro, os mediadores do Fórum Alimentação e Patrimônio sugerem que a IG não deve controlar ou forçar o cumprimento de normas e padrões que já são assegurados por outros dispositivos, como aqueles utilizados nos sistemas de inspeção sanitária. Dentre outras coisas, esses atores fundamentam seus discursos no descompasso entre a legislação vigente no Brasil e aquela em voga em outros países, em particular na União Europeia, onde os queijos artesanais, por exemplo, não apenas são amplamente reconhecidos e comercializados (inclusive exportados para o mercado brasileiro), como constituem um dos principais focos de registro de IG.

[...] Mesmo com menor incumbência legal para atuar na promoção e regulação das IG – comparativamente ao modelo europeu – a presença do Estado brasileiro revela-se mais importante do que pode parecer à primeira vista, principalmente se compreendemos que a construção de uma IG não pode ser vista como um processo isolado. Para que os projetos se constituam, geralmente envolve-se um enorme aparato de políticas públicas, seja de suporte direto aos produtores (crédito, assistência técnica), seja de apoio à criação de associações (cursos e capacitações), ou ainda nas ações de

pesquisa que colaboram à construção nas normas e padrões (com particular destaque ao trabalho desempenhado pela Embrapa, empresas estaduais de pesquisa agropecuária e universidades). Nesse sentido, e tendo em vista que as IG agroalimentares concentram a ampla maioria dos registros até agora concedidos, cabe destacar uma das principais singularidades do Estado brasileiro: a coexistência de dois “referenciais setoriais” (JOBERT e MULLER, 2987), os quais se institucionalizaram em dois ministérios para o mundo rural, cada qual com políticas e atribuições particulares, mas com inúmeras áreas de sobreposição (NIEDERLE, MASCARENHAS, & WILKINSON, 2017, p. 95-96)

As indicações geográficas podem estar sendo utilizadas por órgãos do governo como instrumento de desenvolvimento regional sem observar que, primeiro, temos que desenvolver os indivíduos para que possam enxergar o que está nas suas próprias mãos: riqueza. Uma riqueza que não deve ser vista apenas por outros, mas que eles mesmos, os atores locais, possam ver com seus próprios olhos sua capacidade.

A construção da identidade e sua consequente valorização é de fundamental importância para um país que quer crescer, se ver crescer e ver seus produtos, que por sua vez não são o carro-chefe do seu talento, mas seu talento e sua existência são o carro-chefe do mostrar a nossa riqueza ao mundo, sem precisar de aval de indicação geográfica ou de estrangeiro para saber que somos, existimos e fazemos o Brasil, com auxílio de um produto.

O queijo da Serra da Canastra em Minas Gerais, até pouco tempo, não poderia ser vendido fora do estado mineiro pela proibição da legislação local na venda de queijo de leite cru produzido no estado. Foi necessário esconder e levar ilegalmente um pedaço da nossa identidade brasileira na mala para mostrar que brasileiros sabem sim fazer queijo, no Concurso Mundial de Queijo na França, levando medalhas de ouro e super ouro. É realmente necessário o ato rebelde e clandestino de esconder um queijo na mala para ver a marginalização dos nossos produtores artesanais?

E estamos falando do final do processo, o reconhecimento da indicação geográfica por razões da qualidade e prestígio do produto. Mas e quando o produtor não tem condições de manter sua produção porque não consegue mais manter sua própria sobrevivência com a dificuldade de acesso a conhecimentos técnicos para suas práticas agrícolas? O Estado do Espírito Santo é um grande produtor do café tipo robusta, uma espécie cuja qualidade é geralmente tida como inferior ao tipo arábica, espécie mais complexa e saborosa, sendo a de maior valorização no comércio internacional. Isabella Raposeiras, uma das maiores especialistas em café do país, descobriu a existência de algumas fazendas capixabas produtoras de arábica cuja qualidade era surpreendente. Entretanto, a produção, predominantemente familiar, presenciava uma verdadeira dificuldade na manutenção do

negócio, vendendo uma saca de café por R\$ 350,00. Diante das dificuldades, o filho da família não tinha mais interesse em manter a tradição cafeicultora, iniciando estudos para se tornar policial. Depois do acompanhamento na produção do café junto a Raposeiras, com investimentos nos processos de produção como a secagem e torrefação, o grão produzido pela família chegou a custar R\$ 1.200,00 o lote, tendo uma avaliação incrível de mais de 89 pontos pelo protocolo da SCAA (Specialty Coffee Association of America), sendo a maior avaliação de um café brasileiro pelo Coffee Lab, considerada uma das maiores cafeterias do mundo (RAPOSEIRAS, 2015).

Como valorizar um produto quando toda a cadeia produtiva é esquecida e relegada há anos? E tende a piorar: a monocultura da soja e o lobby do agronegócio vem sendo uma ameaça não apenas para as famílias agricultoras, mas para a vida brasileira. Em 2017, sete membros de uma mesma família foram assassinados por grileiros no norte do país. O desmatamento do Cerrado vem pondo em extinção a biodiversidade brasileira e da sustentabilidade ambiental mundial, ao que o bioma é um hotspot¹ (D'ELIA, 2018).

O agronegócio vem excluindo o pequeno agricultor e as leis brasileiras, afrouxadas pelo lobby, aumentam a informalidade dos produtores, marginalizam (e matam) comunidades; na esfera ambiental, os pesticidas facilitam a presença de pragas nos espaços que as pequenas famílias produtoras ainda possuem, e põem em risco a biodiversidade nacional: nos primeiros três meses do ano de 2019, apicultores brasileiros encontram vinte milhões de abelhas mortas no Estado de Santa Catarina por conta do uso de um pesticida chamado Fipronil, o fungicida trifloxistrobina, e outro inseticida, o triflumuron (SPAUTZ, 2019). Muitas empresas do agronegócio utilizam de sementes geneticamente modificadas que por sua vez, só funcionam com pesticidas. Além da ameaça a fauna, é ameaça à semente crioula. São alarmantes, ainda, os relatos de doenças e suicídios atreladas ao uso de agrotóxico no sul do país (SPERB, 2016).

Como proteger um produto resultado de um território quando o território está em risco iminente de não mais existir? Em 1824, um pesquisador francês, Auguste de Saint Hilaire, veio ao Brasil para explorar a botânica e os costumes brasileiros. No seu livro *Plantas Usuais dos Brasileiros*, ele traz que:

Se fossem mais conhecidos, esses frutos seriam certamente procurados como especiaria, e poderiam dar lugar a um novo ramo do comércio; mas, infelizmente, os brasileiros se acostumaram a desdenhar todas as vantagens que a natureza lhes prodigou, e na destruição das florestas, que progride tão

¹ Áreas de elevada riqueza natural (biodiversidade) e que estão em risco, necessitando de urgente conservação.

rapidamente, a árvore que acabo de analisar não está sendo menos poupada do que tantas outras espécies preciosas, que acabarão, talvez, por desaparecer totalmente (SAINT-HILAIRE, 2009, p. 195)

Hilaire tinha razão de que poderíamos dar lugar a um ramo do comércio, e a busca pelas indicações geográficas aqui é prova disso. Entretanto, talvez não haja mais como iniciar o ramo quando o produto está à beira da extinção; quando o comerciante/produtor está ameaçado de morte por tentar plantar seu sustento, defender sua cultura, lutar pelos seus direitos básicos e por seu lugar no mundo. E por isso devemos nos perguntar: nossos produtores são habitantes ou mão de obra do nosso território?

3 A IDENTIDADE TERRITORIAL E AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Utilizadas como forma de proteção de produtos ligados ao território e com grande influência social e cultural, as indicações geográficas vêm sendo vistas como um tipo de marca reconhecida pelos órgãos competentes, mas garantida pelo espaço natural e pelos indivíduos ali inseridos: tanto os produtores, quanto os outros habitantes do território.

Mas antes da manufatura, antes do surgimento do produto, existe um mundo a ser explorado para entender as relações que se dão em determinada região para que dê razão ao reconhecimento de um instituto não-natural de tal local, mas que o protege. De quê? De quem? Afinal, o que podemos entender como indicação geográfica? No que tange sua proteção? O que deve refletir no que se refere ao território?

Esse capítulo trará discussões mais profundas acerca do que acreditamos ser a essência para uma interpretação das indicações geográficas: o que um território precisa reverberar para que esse instituto faça sentido; que não seja meramente um instrumento de mercado que tenta proteger o pequeno produtor face a um sistema hostil, mas mecanismo de resistência e voz ativa de um território.

3.1 O território, a rede e o habitar

Diante da história das indicações geográficas, podemos constatar um fato: elas estão essencialmente ligadas ao território. O produto protegido pode ser visto como o resultado de determinada territorialidade: uma consequência da vivência entre indivíduos e espaço; uma decorrência das relações de poder entre os participantes e o espaço que pode ser exteriorizada em um produto que possui uma carga histórica, cultural e social, que o faz ser único e digno de uma proteção que informe sua verdadeira origem, resguardando aqueles indivíduos e aquele espaço contra usurpação e até mesmo abusos econômicos e de seus recursos naturais por “estrangeiros”.

É inevitável, assim, analisarmos inicialmente os conceitos que envolvem esse signo distintivo que não pode ser entendido e visto apenas como um instrumento da propriedade industrial ao que seus requisitos vão muito além da letra fria da lei, mas no ressonar da vida de um território, se visto como um instrumento de desenvolvimento e garantia de uma sociedade saudável.

A fim de construir o que entendemos o que é (ou o que deveria ser) a indicação geográfica, destrincharemos os conceitos que interpretamos serem sua essência; que constitui o que deveria vir a ser um signo que condiz com a realidade e que protege não somente o resultado materializado de uma territorialidade, mas o território em si: os atores, as relações e o espaço; e além: não um mero objeto de mercado, mas uma vontade e reflexo dos agentes produtores e participantes do território na proteção do que é deles e do que os fazem ser.

Precisamos trazer à tona a pergunta: O que é território? Se pudéssemos resumir o território em uma equação, ele seria produto da soma entre espaço e as relações de poder entre os atores que decidem se “apossar” daquele espaço, projetando energia, informação e trabalho (RAFFESTIN, 1993). Raffestin traz que “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). São duas coisas vivas: o espaço e o indivíduo, ambos se constroem (ou se destroem) em uma relação constante, são mutáveis diante da forma como influenciam um ao outro. Assim, o autor traz:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse matéria prima. Preexistente a qualquer ação. (...) o território se apóia no espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (...) Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

O resultado dessa equação é uma miríade de possibilidades constante, ao que o território é dinâmico diante das construções dos indivíduos ali presentes, das relações entre si e da matéria prima, o espaço. Ao tomarmos como ponto de partida uma pessoa nesse campo de possibilidades (espaço), ela pode dar início a vários tipos de tessituras, articular-se com mais pontos formando redes, e assim, tecendo imagens territoriais diversas. Para principiarmos nossa análise do território como requisito para as indicações geográficas, trazemos essa imagem de A Geografia do Poder:

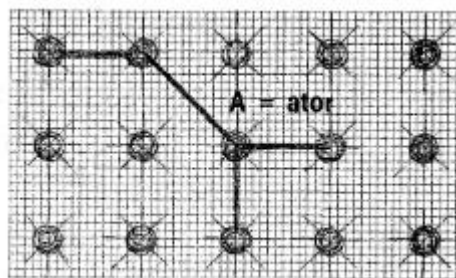


Figura 2. Esquema de representação de um território (Raffestin, 1993, p. 146)

Inserido em um espaço, um indivíduo pode se relacionar com outros pontos (outros indivíduos) diante de suas intenções e da realidade material, construindo uma teia de correspondência de energia, informações e de trabalho (RAFFESTIN, 1993). O indivíduo, que era um elemento do espaço, passa a ser um ator, que constrói, habita, modifica aquele lugar, tornando-o território, visto e vivido.

Raffestin nos traz que o espaço, quando representado, ou desenhado, deixa de ser espaço para se tornar território. É interessante trazer a filosofia de Heidegger que, mesmo não adotando os conceitos geográficos de espaço e território, nos traz uma ideia do que faz o indivíduo ser ator de um território e não de um espaço:

O espaço, porém, não é algo que se opõe ao homem. O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior. Não existem homens e, além deles, espaço. (...) Se agora – nós todos – lembrarmos em pensamento da antiga ponte de Heidelberg, esse levar o pensamento a um lugar não é meramente uma vivência das pessoas aqui presentes. Na verdade, pertence à essência desse nosso pensar sobre essa ponte o fato de o pensamento poder ter sobre si a distância relativa a esse lugar. A partir desse momento em que pensamos, estamos juntos daquela ponte lá e não junto a um conteúdo de representação armazenado em nossa consciência. (...) Os espaços abrem-se pelo fato de serem admitidos no habitar do homem. Os mortais são, isso significa: e, habitando têm sobre si espaços em razão de sua de-mora às coisas e aos lugares. (...) Quando começo a atravessar a sala em direção à saída, já estou lá na saída. Não me seria possível percorrer a sala se eu não fosse de tal modo que sou aquele que está lá. Nunca estou somente aqui como um corpo encapsulado, mas estou lá, ou seja, tendo sobre mim o espaço. É somente assim que posso percorrer um espaço. (HEIDEGGER, 1997, p. 137)

Interpretando o espaço de Heidegger como o território de Raffestin, trazemos que o território é essa composição do indivíduo com o espaço, essa construção material e mental do habitar, que por mais que o indivíduo se veja fisicamente fora do território, ele ainda possui sua essência, ao que é uma representação vivida na consciência. Heidegger traz que o habitar não é necessariamente o residir e, diante da leitura de Raffestin, acreditamos que um território nunca será estável, pois ele traz que “imaginar uma representação estável é imaginar a imobilidade, portanto a morte ou a entropia do ator” (RAFFESTIN, 1993, p.147). Dessa forma, vemos o território e o habitar como uma ação constante de construir. De acordo com Heidegger, construir significa originalmente habitar: “A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o Buan, o habitar. Ser homem diz: ser mortal sobre essa terra. Diz: habitar. A antiga palavra bauen (construir) diz que o homem é à medida que habita.” (HEIDEGGER, 1997, p. 127). Habitar significa cuidar de seu crescimento, edificar. Habitar é construir.

Como citamos, o território é uma miríade de possibilidades e vários pontos devem ser levados em conta nessa ação do construir, como o fato de que não existe somente um ator, já que Raffestin nos traz que um dos requisitos principais do território são as relações de poder: “O ator pode construir várias tessituras e articular todos os pontos (...) em redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 148). Mesmo que nessa malha dois atores possam ter objetivos congruentes na construção do território, serão vistas outras representações, outras consciências do habitar e de verem o mundo, por estarmos lidando com dois indivíduos plurais.

Diante disso, Raffestin nos traz axiomas que nos auxiliam a entender como se dá a construção do território (e em nossa interpretação, complementada pelo habitar de Heidegger):

1. Toda superfície é passível de ser “tecida em malhas”;
2. Esse sistema de malhas não é único;
3. Pode-se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície;
4. Esse caminho não é único;
5. Entre três pontos dessa superfície, pode-se estabelecer ao menos uma rede. (RAFFESTIN, 1993, p. 148)

O produto do estudo de caso do presente trabalho se assemelha muito a ideia que pretendemos construir na interpretação do que é território. Planejávamos tratar dele somente no capítulo 3, mas nos vimos antecipar a apresentação do bordado, pois acreditamos que será interessante para elucidar até mesmo o título da dissertação. Trazemos então nossa perspectiva de território fazendo alusão ao bordado filé de Alagoas, mas não limitando essa perspectiva ao artesanato.

O bordado filé se inicia com uma rede, que depois é posta em um tear, de modo que a rede esteja resistente para receber os pontos do bordado, cada quadriculado desse é firmado com um ponto (Veja imagem 4 abaixo). Vemos uma certa semelhança com a figura 3 feita por Raffestin. São vários os pontos que podemos interpretar como atores que constroem e habitam essa malha, relacionando-se entre si e formando o que estamos sugerindo como território. “Veremos que, de fato, o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios. Esses sistemas de malhas não são únicos; existem diferentes tipos, de acordo com a própria natureza das ações consideradas” (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

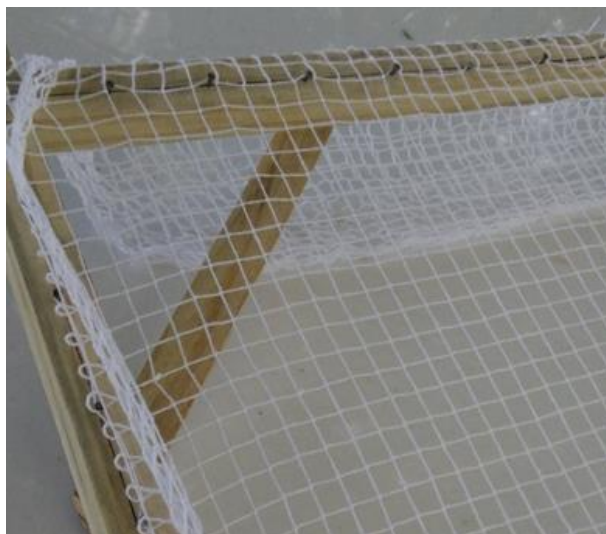


Figura 3. Rede do bordado Filé (Foto da autora)

Na construção de um território, presenciamos uma heterogeneidade, não apenas das características naturais, mas dos atores envolvidos. Tomando como exemplo a Região das Lagoas, o território a ser estudado em breve, vemos como atores as bordadeiras de filé, os pescadores (por ser uma região com considerada atividade pesqueira), o governo do Estado, as prefeituras dos municípios abrangidos pela região, os comerciantes, os turistas, dentre outros.

No reconhecimento das indicações geográficas, é necessária a delimitação da região produtora onde foi materializado o habitar. Não apenas pelas características naturais e geográficas, mas, claro, pela vivência dos atores locais, pois:

Não trata de uma axiomática fechada, bem ao contrário, e ainda mais porque os atores têm comportamentos que resultam das probabilidades. Enfim, também porque todo axioma é sustentado por uma psicossociologia e uma ideologia. Toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede. (RAFFESTIN, 1993, p. 149)

Da imagem da rede do bordado filé, vemos o que Raffestin traz como “produção territorial”, que nos introduz os conceitos de tessitura, nó e rede (conceitos que fazem parte dos axiomas anteriormente citados). Nenhuma sociedade consegue escapar da necessidade de organizar o campo operatório de ação (RAFFESTIN, 1993). O sistema de malhas, nós e redes que vemos constituir o território é concebido não apenas numa dinâmica espacial, mas temporal, psicológica, cultural, social e até econômica. As relações de poder se derivam das interações dos atores nessas dinâmicas. Por exemplo, podemos citar a relação do governo e dos moradores da região delimitada com as políticas públicas que o primeiro sugere e traz para a comunidade.

Combinando o bordado, objeto de nosso estudo de caso e a teoria de território de Raffestin, trazemos seu quadro que detalha o sistema territorial por se assemelhar a uma peça de bordado filé finalizada:

Quadro 1
O sistema territorial

Sistemas de objetivos e de ações Conhecimentos e práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Figura 4. Tabela sobre o sistema territorial de Raffestin (1993, p. 152)

Todos esses aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais fazem parte e constroem o território. O que observaremos em modificação é a forma das relações que serão presenciadas nesse construir, incorporando os objetivos e ações dos participantes e entre participantes. Para Raffestin, para “definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite” (RAFFESTIN, 1993, p. 153) e a tessitura trata essa necessidade. Essa tessitura territorial comporta níveis variados a depender das funções a serem realizadas.

A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. (...) a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. (...) área delimitada não é, necessariamente, a sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território. (RAFFESTIN, 1993, p. 154)

A partir disso, vemos por exemplo a ação que citamos do ator Estado para com os atores produtores. Ele atua em diversas malhas ao mesmo tempo e pode oferecer até mesmo risco para os produtores, por não ser atuante nem dominar tanto do território quanto estes (o caso que citamos do Cerrado Mineiro no capítulo anterior). As tessituras políticas serão institucionalizadas pelo Estado, enquanto que as econômicas são mais dinâmicas que aquelas por se adaptarem às mudanças de estruturas e conjunturas (RAFFESTIN, 1993). As tessituras sociais poderão sofrer alterações com mudanças na conjuntura econômica, como por exemplo, a diminuição do turismo em baixa estação afetando as relações domésticas em que a renda proveniente da mulher será perturbada, dando margem a necessidade de busca de outra fonte de renda. A tessitura cultural pode ser afetada diante da globalização que influencia na

valorização de produtos locais e artesanais, ao que a população fica suscetível à compra de produtos mais baratos, mesmo que de baixa qualidade, podendo pôr em risco até mesmo uma cultura secular.

Na organização territorial, veremos os chamados pontos, nodosidades ou marcos. Para Raffestin, é nesse conjunto de pontos que agrupam indivíduos, grupos e se elabora a existência, seja cidades, comunidades ou capitais. São lugares de poder e de intensa relação entre os atores, assegurando funções, influenciando-se entre si, controlando-se, permitindo-se, aproximando-se ou se distanciando. Essas relações, vistas como linhas, desenham tramas que nos apresentam redes, que podem assegurar comunicação entre seus participantes ou mesmo desenhar limites e fronteiras. De acordo com Raffestin “...são as redes que asseguram o controle do espaço e controle no espaço. (...) Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 156).

Vemos certas semelhanças entre a primeira imagem de Raffestin com o bordado filé que trabalhamos como estudo de caso. Vemos a heterogeneidade de pontos representando toda a gama de atores que participam do território, criando uma linda rede colorida e rica em detalhes. Essa construção é vivida e vívida, nos trazendo uma perspectiva mais real de um sentimento de habitar, de pertencer: a territorialidade.



Figura 5. Jasmim coberto e descoberto (Fonte: Caderno de instruções do Filé)

Define-se territorialidade, portanto, como o “conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Por isso o uso da palavra ator para o indivíduo inserido no espaço inicial. O território só existe a partir da ação, e a territorialidade é “resultado” invisível e presente em todos os participantes que envolve essa tridimensionalidade. É a capacidade de ser ator, de agir. Como traz Hannah Arendt “(...) uma

vida sem discurso e sem ação (...) é literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens” (ARENDT, 2014, p. 221). Discutiremos o ator com mais profundidade no próximo tópico, mas é importante trazer ao diálogo esse ‘ponto’ por ser o ser-essência da territorialidade. Seria assim, voltando a filosofia de Heidegger, a territorialidade, a ação de habitar?

A essência de construir é deixar-habitar. A plenitude de essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. *Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir.* (...) Habitar é, porém, o *traço essencial* do ser de acordo com o qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torne-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe a sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se *dignos de se questionar* e, assim, permanecerem *dignos de se pensar*.

O caminho do pensamento aqui ensaiado deve testemunhar, por outro lado, que o pensar, assim como o construir, pertence ao habitar, se bem que de modo diverso.

Construir e pensar são, cada um a seu modo, indispensáveis para o habitar. Ambos são, no entanto, insuficientes para o habitar se cada um se mantiver isolado, cuidando do que é seu ao invés de escutar um ao outro. Essa escuta só acontece se ambos, construir e pensar, pertencem ao habitar, permanecem em seus limites e sabem que tanto um como outro provém da obra de uma longa experiência e de um exercício incessante. (HEIDEGGER, 1997, p. 140)

Se um indivíduo constrói só, ele não é agente de um território, mas um ponto integrante de um espaço, não de um território, ao que para a existência desse, é necessária a relação de poder, de convivência, o unir de pontos, o tecer de redes. Se um indivíduo constrói sem que outro veja ou sinta ou presencie, será que há território? Será que há uma habitação? Raffestin nos traz que as relações se originam pela troca de energia, informações e trabalho (RAFFESTIN, 1993). Por sua vez, Hannah Arendt nos traz que “a atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano” (ARENDT, 2014, p. 26).

E é nisso a importância do uso do termo ator; para habitar é necessário pensar e para pensar, habitar. Se pensa e se sente o pertencer, resultado do habitar, do sentir-se parte, ser integrante ator, agente de construção. De acordo com Arendt, os elementos constitutivos do domínio público são a ação e o discurso (ARENDT, 2014). Vemos a semelhança com o construir e o pensar de Heidegger. Assim:

Toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na privacidade; para a excelência, por definição, é sempre requerida a presença de outros. (...) nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona um espaço adequado para o seu exercício. Nem a educação, nem a engenhosidade, nem o talento podem substituir os elementos constitutivos do domínio público, que fazem dele o local adequado para a excelência humana. (ARENDT, 2014, p. 60).

Concluímos, diante do que expomos, que a excelência humana só é adequada em um território onde os indivíduos inseridos são agentes atuantes. Observamos na citação acima, a problemática trazida por Thiedig e Sylvander sobre o clubinho que as indicações geográficas podem dar origem, pois ao estarmos tratando de um território, compreendemos a esfera pública e o comércio de um bem construído nessa esfera.

Para Raffestin, a territorialidade é constituída de relações, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade (RAFFESTIN, 1993). Atualmente, diante das relações globalizantes não apenas na dimensão econômica, mas social e cultural, vemos relações dissimétricas que afetam as relações internas e prejudicam os atores locais. E, diante dessas invasões externas, nas mais diversas dimensões, vemos que as indicações geográficas podem ser um meio de proteção da territorialidade, da identidade construída. Para Haesbaert, a identidade é resultado do perfil de uma região: a junção de valores, normas, representações; resumindo, da vivência dos atores locais; a imagem que estes têm de si mesmos. Mas a identidade não se limita a essa visão de si, mas também das relações sociais mantidas com outras regiões, com o mundo. Dessa forma, a identidade territorial é determinada ao exterior e **elaborada internamente** (HAESBAERT, 1988), num exercício constante face às relações internas e externas. E o sentimento de pertencimento a essa identidade pode ser crucial no desenvolvimento territorial ao que se os atores sentem orgulho, estimula-se a solidariedade, resistindo à possíveis ameaças externas (HAESBAERT, 1988).

Vemos o habitar de Heidegger no “elaborada internamente” de Haesbaert, no que enxergamos essa elaboração de identidade como resultado do construir, do territorializar. Esse construir se concebe a partir de experiências e vivências, podendo ser exemplificadas aqui com os “situated eaters” de Leynse citados no primeiro capítulo. Raffestin nos traz que “todo axioma é sustentado por uma psicossociologia e uma ideologia. Toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede” (RAFFESTIN, 1993, p. 149). Assim, é diante da elaboração de uma identidade, resultante do construir, do territorializar, a qual o indivíduo sente essa identificação ao território, que ele poderá se sentir compelido a protegê-lo do intrometimento de forças externas na dinâmica econômica, social e cultural, não significando uma negação total do mundo exterior, mas a resistência a uma invasão que pode usurpar dos indivíduos locais, calar a territorialidade ou mesmo fazer com que os indivíduos passem a negar a identidade construída coletivamente e tomarem o modo de vida externo como único possível. Ao existir essa identificação do indivíduo, o fortalecimento dessa identidade,

observamos a capacidade de reterritorializar ou fortificar determinado território antes mesmo de perdê-lo através do massificante “padrão global” capitalista (HAESBAERT, 1988), protegendo as formas tradicionais de vivência local ou mesmo adaptando-as às novas relações com o exterior. Dessa forma, a reterritorialização seria uma retomada do pertencimento dos indivíduos ao território do qual fazem parte; a retomada de ações que, ao integrar os atores territoriais, possa proporcionar a pluralidade dentro de determinada sociedade, enfrentando um individualismo que põe em risco essa característica necessária para um território inclusivo, como propomos a partir de Arendt e Raffestin.

É interessante observar que esse padrão global capitalista, esse capitalismo desterritorializante e homogeneizador, ultrapassa a perspectiva econômica e cultural, e até mesmo as relações sociais, nas quais, o território, que era visto como um elemento coletivo, um coletivo de indivíduos, um coletivo de heterogeneidades, passa agora a ser um conglomerado de pessoas, homogênea. O neoliberalismo individualiza socialmente esse conglomerado, ao mesmo tempo que o homogeneiza culturalmente. Assim:

O poder da organização cresce à medida que há diminuição dos modelos culturais à disposição mas, ao mesmo tempo, decresce o poder das coletividades cujos modelos desaparecem.(...) É portanto uma relação dissimétrica, pois o modelo oficial procura desestruturar os modelos particulares, que quase sempre constituem, na ótica da organização central, uma contracultura que se opõe à ideologia do homogêneo. (...) Retomar o poder é tornar a ganhar o espaço perdido. (RAFFESTIN, 1993, p. 110)

Essa relação do território com o capitalismo globalizante e desterritorializante é uma relação dissimétrica que põe em risco a territorialidade, logo, a própria existência do território como ele foi construído. Porém, pode ocorrer de serem observadas relações dissimétricas dentro do próprio território e vemos tal ocorrência como um problema, ao que o território é, essencialmente, uma construção coletiva. Nunca haverá de fato uma igualdade nas relações, entretanto, a dissimetria não pode ser tamanha a ponto de afetar essa participação coletiva. E para que essa construção territorializante seja o habitar citado por Heidegger, a liberdade, de cada indivíduo, deve ser garantida:

Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos *como aqueles que habitam*. Mas em que consiste o vigor essencial do habitar? Escutemos mais uma vez o dizer da linguagem: da mesma maneira que a antiga palavra *bauen*, o antigo saxão “*wuon*”, o gótico “*wunian*” significam permanecer, “de-morar-se”. O gótico “*wunian*” diz, porém, com clareza ainda maior, como se dá a experiência desse permanecer. *Wunian* diz: ser e estar apaziguado, ser e permanecer em paz. A palavra *Friede* (paz) significa estar livre, *Freie*, *Frye*, e *fry* diz: preservado o dano e da ameaça, preservado de... ou seja, resguardado. Libertar-se significa propriamente resguardar. Resguardar não é simplesmente não fazer nada com aquilo que resguarda. Resguardar é, em sentido próprio, algo *positivo* e

acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão com o vigor de essência, quando devolvemos, de maneira própria, alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo a correspondência com a palavra (*freien*): libertar para a paz de um abrigo. Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na **liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência**. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um demorar-se dos mortais sobre essa terra. (HEIDEGGER, 1997, p. 128-129)

As relações territoriais devem se embasar na liberdade para que, mesmo na ocorrência de dissimetrias, os indivíduos possuam a liberdade de modificá-las e atuarem por si mesmos, a fim de resguardar o que desejam. Na construção dessa ideia sobre o território, vemos a liberdade como requisito essencial para o habitar e para a formação da territorialidade, apreendida com as relações “reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162). O mesmo autor francês traz que os três elementos para a territorialidade são o **senso de identidade territorial**, o que vemos como a liberdade desse pertencer citado por Heidegger; **senso de exclusividade**, o que entendemos como a exclusividade proveniente do construir coletivo e de ser único diante dos contextos sócio-histórico e espaço temporal; e, finalmente, a **compartimentação da interação humana no espaço**, para nós, a existência de relações equitativas entre os atores locais para o resguardar do habitar.

Em A Condição Humana, Hannah Arendt se preocupa em trazer a discussão acerca do bem público, que entendemos ser o construir do próprio território, o bem que só surge da ação coletiva. Para a teórica política, a permanência é requisito para a existência de um domínio público, para a transformação do mundo através da construção feita pelo coletivo. “Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDT, 2014, p. 67).

Nesse transcender, vemos o contexto histórico que fundamenta nossa visão de território para o reconhecimento das indicações geográficas, ao que a materialidade dessa vivência através do produto não é realizada da noite para o dia. Não é como uma obra de carpintaria na qual o indivíduo pode dedicar algumas horas da sua tarde para iniciar e finalizar, mas é uma obra coletiva que se constrói com o passar dos anos e que se constrói no habitar citado por Heidegger. É uma obra territorializada resultante da relação social, cultural, territorial e temporal dos indivíduos e do lugar. É um reflexo do construir-habitar.

(...) o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado

quanto no futuro, preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência nele [por isso o habitar é resguardar o que já existe]. É isso o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e com aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao vir e ir das gerações na medida em que aparece em público. É a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por século o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo. (ARENDT, 2014, p. 67)

O território é assim uma construção coletiva e como reflexo, as indicações geográficas também devem ser, como expomos no capítulo anterior nas *Gilds* que existiam na Europa medieval. De acordo com o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a palavra ‘coletivo’ significa: “Conjunto de indivíduos que formam uma unidade em relação a interesses, sentimentos ou ideais comuns”. O que discutimos por território se coaduna com a ideia de coletivo. Entretanto, vemos essa coadunação quando os indivíduos são atores ativos e participantes do território. Mas será que na passividade dos indivíduos, no mero ser espectador, podemos considerá-los indivíduos formadores do território ou integrantes de um espaço com potencial de ser território?

3.2 Os atores, o ser ator e o ser espectador

Ator. De acordo com o dicionário Priberam de língua portuguesa, ator significa “1. Artista que representa em teatros. 2. O que desempenha um papel num acontecimento”. É interessante observar os dois verbos que qualificam o sujeito ator nos dois significados da palavra: representar e desempenhar. O primeiro nos dá uma ideia de reprodução de algo já existente ou ação a mando de algo ou alguém. Já o segundo verbo nos traz um sentido mais ativo, de cumprir uma missão, seja ela por motivação de terceiros ou própria. Shakespeare, em sua peça *As you like it*, traz que “All the world’s a stage, And all the men and women merely players; They have their exits and their entrances, And one man in his time plays many parts (...)” (SHAKESPEARE, 1623). Nesse mundo trazido pelo dramaturgo, podemos ver o primeiro significado da palavra ator que citamos anteriormente: os indivíduos podem ser diversos personagens nesse palco. Todavia, conseguimos ver um segundo significado da palavra: Shakespeare diz que um homem possui vários papéis numa peça. Shakespeare poderia citar que um indivíduo pode interpretar Orlando, Oliver ou Adam. Mas aqui, conseguimos ver além: não o vemos se referir somente aos personagens, mas ao diretor, ao roteirista. O indivíduo pode ser o representante de um personagem, mas também pode desempenhar o papel de sua própria história, sendo assim um ator ativo.

No que discutimos no tópico anterior, o território seria esse palco shakespeariano, onde os indivíduos deram início às relações que formam a sociedade. O território se aproxima da ideia de que temos de Estado, instituto formado no que deveria ser representação dessa sociedade nos padrões de democracia que entendemos (ou que entendíamos) atualmente, consagrando, portanto, nação. Acreditamos ser relevante a análise do nosso objeto de estudo, o território, sob um viés da teoria política. Hannah Arendt traz que “o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada “nação” (ARENDT, 2014, p. 34).

Raffestin cita que a geografia política de Ratzel é uma geografia de Estado (RAFFESTIN, 1993), numa ideia de que o poder vem unicamente dele. Entretanto, devemos entender que o Estado só existe na coletividade de relações de poder dos indivíduos. É o resultado de uma ação coletiva e plural, com um objetivo de organização ao que para a manutenção “e a sobrevivência individual, assim como a vida da espécie, requer a companhia dos outros” (ARENDT, 2014, p. 36). É uma garantia conveniente de liberdade, como diz Arendt: “(...) é a liberdade da sociedade (e, em alguns casos, uma pretensa liberdade) que requer e justifica a limitação da autoridade política” (ARENDT, 2014, p. 37).

Não é nosso intuito nos aprofundar na teoria de Estado, mas é necessário visualizar que ele é resultado da ação (constante) de uma sociedade em determinado território. Nas palavras de Raffestin, é “um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais” (RAFFESTIN, 1993, p.22). Em nosso ver, relacionado às indicações geográficas, o Estado, mesmo que sendo algo concebido de forma a garantir uma determinada liberdade aos indivíduos a fim de diminuir relações dissimétricas, deve ser visto como um ator vivo e vivido. Um ator vivo, pois como instituição tem obrigações para com os cidadãos e vivido como resultado da ação da sociedade, sendo reflexo de suas vontades e necessidades. E mais uma vez, tudo isso é resultado do desempenho – ação – de um ator: o homem.

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (...) A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá. (ARENDT, 2014 p. 8-10)

Assim, mesmo que sejamos todos iguais, somos indivíduos únicos. E nessa pluralidade ímpar, o território se constrói na relação entre seus indivíduos e o resultado de uma ação

coletiva: o Estado. Retomando o indivíduo como ator, vemos o território como desempenho desse homem plural. Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt nos traz que são três as atividades fundamentais humanas: o trabalho, a obra e a ação, e assim nos dá o termo da *vita activa*: “a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo, está sempre enraizada em um mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente.” (ARENDT, 2014, p. 26).

Acreditamos que o território é resultado dessa *vita activa*. O território não pode ser visto no singular e estável nessa nossa interpretação. O território é ativo, instável, ação ativa constante. É importante suscitar esse ponto, pois a partir do cessar da ação não há mais território, pois o ator não mais representa ou desempenha o papel. Mesmo em uma peça sem fala, a expressão do ator é ação. Ao representar um esquema de relações de poder em um território, Raffestin nos traz que “A representação resulta de um trabalho e como tal pode ser qualificada como energia informada. Essa energia informada, como todas as outras, aliás, não é estável; ela se modifica e finalmente se degrada”. (RAFFESTIN, 1993, p. 147). Se estamos diante de uma representação estável, imagina-se imobilidade, logo, o cessar de relações, resultando em um cessar do território (RAFFESTIN, 1993).

Dessa maneira, vemos uma semelhança entre a energia de Raffestin com as atividades humanas fundamentais de Arendt.

O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [remembrance], ou seja, para a história. O trabalho e a obra, bem como a nação, estão também enraizados na natalidade, na medida em que têm a tarefa de prover e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que nascem no mundo como estranhos, além de prevê-los e levá-los em conta. (ARENDT, 2014, p. 10)

A ação faz a história e confere a imortalidade da essência humana através das coisas deixadas pelo trabalho e desempenho. Os homens são mortais, mas ao fazer algo e partilhar dessa ação com outro indivíduo, a morte de sua essência só ocorre quando o último homem que presenciou e partilhou do resultado da ação também morre. Diante disso, constatamos a importância da construção do espaço público para as futuras gerações e assim, o desenvolvimento do habitar, do de-morar-se em Heidegger, o resguardar do habitar:

Resguardar diz: abrigar a quadratura em seu vigor de essência. O que se toma para abrigar deve ser velado. Onde, porém, o habitar guarda a sua essência quando resguarda a quadratura? Como os mortais trazem à plenitude o habitar no sentido desse resguardar? Os mortais jamais o conseguiriam se

habitar fosse tão-só uma de-mora sobre a terra, sob o céu, diante dos deuses, com os mortais. Habitar é bem mais um demorar-se junto às coisas. Enquanto resguardo, o habitar preserva a quadratura naquilo junto a que os mortais se demoram: nas coisas. (HEIDEGGER, 1997, p. 130-131)

Essas coisas, resultantes da ação de resguardar e habitar, são, em nosso entender, a reprodução da *vita activa* no sentido de que abrigam a essência do indivíduo perante o reflexo do seu viver em sociedade, em nosso estudo, no território.

Os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens constantemente condicionam, no entanto, os seus produtores humanos. (...) O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. (...) por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem coisas, e estas seriam um amontoado de artigos desconectados, um não-mundo, se não fossem os condicionantes da existência humana. (ARENDT, 2014, p. 10-11)

Como defendemos no tópico anterior, o território deve ser visto como um bem público, ao que é compartilhando do resultado da ação, do resultado das relações de poder, que observamos, em nossa ótica, a condição humana. O território prescinde de relações entre um plural de indivíduos. De acordo com Arendt, para a continuidade da realidade e existência do mundo factual humano, é necessária a presença de outros para que vejam, ouçam, lembrem; além da “transformação do intangível na tangibilidade das coisas” (ARENDT, 2014, p. 117). Nesse intangível, ao que estamos tratando aqui da influência da paisagem e da vivência de uma comunidade em um território, vemos a sua transformação da tangibilidade do produto que a indicação geográfica visa proteger.

De uma maneira geral, vemos que é vital a comunhão dos indivíduos tanto na construção do habitar, do território, do bem público, do próprio **ser** humano. O território é vivência constante de relações dos indivíduos plurais. Logo, o trabalho do homem também deve ser compartilhado para ser visto como uma obra, como algo além da necessidade de sobrevivência do indivíduo:

A atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido literal da expressão. Um homem, obrando, fabricando e construindo um mundo habitado somente por ele mesmo, seria ainda um fabricante, embora não um *homo faber* (...). Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros. (ARENDT, 2014, p. 26-27)

O intuito desse tópico é analisar o indivíduo como ator representante e ator ativo (que desempenha) como explicamos. Nessa análise de Hannah Arendt, da possibilidade de existência desses dois tipos de atores em determinado território, vemos o *animal laborans* como aquele animal que trabalha para atingir o necessário para sua manutenção e sobrevivência. O *homo faber* é aquele que vemos como o ator agente, atuante, que ao fazer a obra, transforma o intangível para a tangibilidade das coisas (ARENDT, 2014).

Entretanto, diante das mudanças sociais e econômicas, no agravamento do sistema capitalista que avança para o âmbito das relações humanas, presenciamos um individualismo, não no sentido do indivíduo único na pluralidade defendida por Arendt, mas numa sociedade de massas única.

(...) a economia, que altera padrões de comportamento somente nesse campo bastante limitado da atividade humana, foi finalmente sucedida pela pretensão oníabrangente das ciências sociais, que, como “ciências do comportamento”, visam reduzir o homem como um todo, em todas as suas atividades, ao nível de um animal comportado e condicionado. Se a economia é a ciência da sociedade em suas primeiras fases, quando suas regras de comportamento podiam ser impostas somente a determinados setores da população e a uma parcela de suas atividades, o surgimento das “ciências do comportamento” indica claramente o estágio final desse desdobramento, quando a sociedade de massas já devorou todas as camadas da nação e o “comportamento social” converteu-se em modelo de todas as áreas da vida. (ARENDT, 2014 p. 55)

A ideia de sociedade de massa mescla-se à estrutura produtiva de trabalho na industrialização da era moderna, em que o *animal laborans* faz uma parte do que vem a ser o produto final, sem entender, presenciar ou mesmo gozar desse produto. A fragmentação da estrutura laboral se reflete na fragmentação das relações cotidianas e sociais, fazendo emergir uma sociedade autômata, imediatista, consumista. Arendt afirma que nesse mundo moderno “a industrialização rápida extermina constantemente as coisas de ontem para produzir os objetos de hoje” (ARENDT, 2014, p. 63). Vemos isso se materializar na obsolescência programada da qual os produtos mais consumidos são aqueles produzidos fragmentariamente pelo *animal laborans* e não uma obra, sentida e feita com início, meio e fim, pelo *homo faber*. Continuando o pensamento dessa perda do sentimento e bem público no território, Arendt reconhece que “o que torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvidas, ou ao menos fundamentalmente, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu seu poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las” (ARENDT, 2014, p. 64). Como um território pode ser de fato o reflexo de uma sociedade, no sentido de uma vida social

plural, quando seus participantes estão imersos em um sentimento de individualidade solitária?

O resguardar do habitar trazido por Heidegger fica em risco diante da ameaça à ideia de bem público como território, como Estado sendo resultado da ação dos indivíduos, do coletivo de homens e mulheres. O resguardar não se restringe a um só indivíduo, não se esgota no tempo de uma vida humana, mas na tangibilidade da essência da ação, através das coisas produzidas pelo homem mortais.

Nessa era moderna do individualismo (diferente da individualidade plural sugerida por Arendt), o bem público é posto em xeque. Ao impor um individualismo em uma sociedade majoritariamente capitalista, vemos um único objetivo em comum entre os indivíduos: o dinheiro. As ações dos atores passam a ser direcionadas a um mesmo fim desejado por todos, porém, cujo destino não será compartilhado. O ator coletivo que Hannah Arendt nos traz a partir da experiência grega da *pólis* não parece ter vez, mesmo com um ator que seria o reflexo dos indivíduos, o Estado, que passa a ser um ator paralelo à vivência territorial.

Na sociedade do individualismo, testemunhamos as relações dissimétricas econômicas afetarem as sociais, o que nos traz uma nova interpretação da própria essência da condição humana. Não nos vemos mais na presença do *homo faber*, que tem a liberdade de produzir o que deseja, diante de suas competências e desejos com o fim de que sua obra seja valorizada e que reflita sua liberdade de agir, de habitar, de ser ator ativo que participa e faz o território, mas vemos o *animal laborans*, indivíduo forçado a fazer algo para sua manutenção e sobrevivência, forçado pela necessidade, não sendo portanto um ator que desempenha, mas que representa um papel que lhe foi destinado pelo sistema opressor ao qual vivemos, mero figurante do espaço. Sendo esse papel destinado, não vemos a liberdade com a qual o indivíduo poderia traçar seu próprio destino, ao não conseguir ver a possibilidade de autonomia. Em *A Alma do Homem sob o Socialismo*, Oscar Wilde nos traz que: “With the abolition of private property, then, we shall have true, beautiful, healthy Individualism. Nobody will waste his life in accumulating things, and the symbols for things. One will live. To live is the rarest thing in the world. Most people exist, that is all.” (WILDE, 1891). Esse “existir apenas” é o *animal laborans*, cujo trabalho se esgota no esforço (mental ou físico) para sua subsistência.

Essa discussão é essencial para nossa visão do que é indicação geográfica. O produto que representa o território reconhecido reivindica de relações equitativas entre os indivíduos, para que o produto seja reflexo de uma vivência e não a perpetuação da escravidão. Que o produtor seja livre da necessidade apenas. Que o resultado de seu trabalho seja a obra e não apenas sua subsistência, o mínimo necessário para a manutenção de sua própria vida, pois vemos o *animal laborans* como um figurante do espaço, enquanto que o *homo faber* é o ator que desempenha o papel que citamos anteriormente:

Era precisamente com base nisso que a instituição da escravidão era defendida e justificada. Trabalhar significava ser escravizado pela necessidade, e essa escravização era inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem dominados pela necessidade da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade dominando outros que eles, à força, sujeitavam à necessidade. A degradação do escravo era um golpe de destino e um destino pior que a morte, pois implicava a metamorfose do homem em algo semelhante a um animal doméstico. Em vista disso, qualquer alteração na condição de escravo, como a alforria ou uma mudança na circunstância política geral que elevasse certas ocupações a um nível de relevância pública, acarretava automaticamente uma mudança na “natureza” do escravo. (...) Aristóteles (...) negava a capacidade dos escravos para serem humanos, mas somente o emprego da palavra “homens” para designar membros da espécie humana enquanto estivessem totalmente sujeitos à necessidade.” (ARENDT, 2014, p. 103-104)

Diante da dimensão do sistema capitalista, vemos não apenas o instituto capital como força opressora externa, mas o Estado, que acaba por não representar e buscar os desejos e necessidades dos indivíduos, e os detentores do poder desse sistema. E vemos como um impedimento na quebra desse cenário tirânico em que vivemos, a própria cegueira da condição de escravo dos indivíduos: “O perigo aqui é óbvio. O homem não pode ser livre se ignora estar sujeito a necessidade, uma vez que sua liberdade é sempre conquistada mediante tentativas, nunca inteiramente bem-sucedidas, de libertar-se da necessidade” (ARENDT, 2014, p. 150).

E, precisamos notar que o condutor dessa escravidão não se resume ao modo econômico ao qual vivemos, mas nas relações sociais e políticas que formam o território. Desse modo, se um território tem uma vivência estruturada em relações dissimétricas nas quais testemunham-se indivíduos escravos de suas necessidades ou animais trabalhadores, o reflexo dessa vivência será contaminado por uma escravidão velada. No reconhecimento de uma indicação geográfica em um território como esse, o reflexo da vivência territorial, o produto, não será resultado de uma construção de um habitar, de um resguardar, mas provento de uma relação industrial de dominação fantasiada de instrumento de desenvolvimento em forma de política pública e propriedade industrial.

Nessa falsa ideia de liberdade, da mesma forma que Hannah Arendt nos traz diferenças entre o *animal laborans* e o *homo faber*, trazemos as diferenças entre o reflexo das relações entre indivíduos em determinado território, que se relacionam com o próprio significado de ator do qual iniciamos o presente tópico. O ideal que vemos em um território que dá margem à relações mais simétricas e que nos significa a ideia do habitar trabalhado por Heidegger, além do bem público de Arendt, seria uma **coletividade de indivíduos**. Coletividade (substantivo) na qualidade de coletivo: **um** corpo coletivo. “Reunião de indivíduos que formam uma unidade” (PRIBERAM). Os indivíduos (substantivo) por sua vez se referem a qualquer ser (no caso, o homem, ser humano), pessoa. “Organismo **único** pertencente a um grupo”. Nesse único em negrito, entendemos a individualidade na pluralidade humana de Arendt. A palavra ‘indivíduo’ ainda tem um significado como adjetivo: “que não se divide ou não pode se dividir”, o que reforça a individualidade, mesmo que esteja em um grupo: “No homem, a alteridade, que ele partilha com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos. (...) é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais” (ARENDT, 2014, p. 220-223).

Entretanto, quando vemos as pessoas de um território, presas à escravidão velada, que desconhecem essa condição face às estruturas de poder, as relações dissimétricas territoriais, desprovido de autonomia e liberdade de habitar como nos trouxe Heidegger, vemos um **rebanho de homens adbovíneos**. No substantivo rebanho vemos: “Porção de gado lanígero e, por extensão, de alguns outros animais guardados por um pastor. 2. [Figurado] Conjunto dos fiéis de uma religião ou seita com relação ao seu guia espiritual. 3. **Coletividade de pessoas que se deixam guiar pelo capricho de alguém**”. Acreditamos que esse “alguém” possa ser as próprias pessoas que são lideradas pelas correntes da estrutura ao não terem a autonomia de agir, deixando-se guiar pelo padrão de uma vida que não condiz com sua realidade; por uma política pública que as fazem pacientes de um possível futuro de bonança, apesar de o futuro ser “por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade, sem falar na durabilidade de qualquer espécie, seria possível nas relações entre os homens” (ARENDT, 2014, p. 295). O prefixo **ad** vem do latim e quer dizer proximidade, adjunção. Essa proximidade é vista como uma semelhança entre o **homem** e animais, como o boi ou o búfalo (por isso o adjetivo **bovídeo**), que quando criados para o mercado, são guardados e guiados por um pastor.

Esses homens adbovíneos têm a potencialidade de quebrarem as correntes, ou melhor, não serem guiados pelos pastores, mas por suas próprias convicções e vontades para criar sua própria história, ser um ator que desempenha seu papel, entretanto, não será esse ator até que sinta e exerça sua autonomia, que habite e que resguarde esse habitar, que construa o território com suas próprias mãos. “O mundo de coisas feito pelo homem, o artifício humano construído pelo *homo faber*, torna-se um lar para os homens mortais, cuja estabilidade suportará e sobreviverá ao movimento de permanente mudança de suas vidas e ações” (ARENDT, 2014, p. 217).

Não obstante, Heidegger nos traz que “somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir” (HEIDEGGER, 1997, p. 139). Vemos essa capacidade ligada às necessidades de ser, de poder ser e existir, a capacidade de ter a liberdade. Só quem pode habitar é quem é livre. Logo, no que expomos aqui, um homem adbovíneo não habita por não ter a liberdade de exercer sua autonomia. Retomando nosso objeto de estudo, as indicações geográficas seriam um reflexo de uma vivência territorial se os produtores, os atores do território, de fato habitam, ou seja, são livres, autônomos para pensar e tomarem decisões.

Habitar é, porém, o *traço essencial* do ser de acordo com o qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torne-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se *dignos de se questionar* e, assim, permanecerem *dignos de se pensar*.

O caminho de pensamento aqui ensaiado deve testemunhar, por outro lado, que o pensar, assim como o construir, pertence ao habitar, se bem que de modo diverso.

Construir e pensar são, cada um a seu modo, indispensáveis ao habitar. Ambos são, no entanto, insuficientes para o habitar se cada um se mantiver isolado, cuidando do que é seu ao invés de escutar um ao outro. Essa escuta só acontece se ambos, construir e pensar, pertencem ao habitar, permanecem em seus limites e sabem que tanto um como outro provém da obra de uma longa experiência e de um exercício incessante. (HEIDEGGER, 1997, p. 140)

No tópico anterior discutimos que o território é uma rede de relações constantes entre diversos atores. Um individualismo entre esses atores põe em risco a manutenção desse território. Em Raffestin, vimos que o território, para que exista, exige relações, energia e trabalho; afirma Arendt “Estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam (...) da presença circunvizinha de outros (...)” (ARENDT, 2014, p. 235). A alteridade citada pela filósofa alemã garante a efetivação da condição humana da pluralidade. A individualidade, por sua vez, atesta a liberdade e a autonomia que o indivíduo tenha sob o território.

Essa autonomia só pode ser garantida quando o indivíduo for livre para habitar, ou melhor, for livre de suas necessidades, quando não se ver mais escravo do direito básico de se alimentar, de ler, de tomar suas próprias decisões. A Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire nos auxilia, consideravelmente, a entender o que seria a autonomia para conseguir ser e habitar em um território, pois:

(...) mais do que ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. (FREIRE, 1996, p. 18)

O indivíduo territorial que desenvolve sua autonomia precisa de liberdade. E não podemos acreditar que essa liberdade é estar livre dos grilhões do sistema opressor capitalista, desse individualismo que faz com que os indivíduos lutem por espaço sob o sol, mas é uma liberdade que vai além. Vemos o habitar de Heidegger como a liberdade de cuidar do território e fazê-lo palco da equidade entre seus indivíduos, em que juntos, o tomarão como bem público e conseguirão alcançar o que acreditamos ser desenvolvimento. A estrutura econômica e social na qual vivemos hoje, faz das liberdades para o resguardar uma competição em que o individualismo rege desigualdades entre as pessoas; é a busca pelo lucro apenas, pois é com o dinheiro que se compra a liberdade. O dinheiro é a alforria. Mas seria mesmo? Apesar das rendas individuais serem importantes meios de expandir as liberdades sociais, vemos que: “as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)” (SEN, 2010, p. 16).

Atualmente, o objetivo final de muitas nações é o desenvolvimento, e majoritariamente, vemos o econômico preceder o social. Entretanto, o desenvolvimento não se dá da noite para o dia. Não se chega ao fim de uma corrida sem correr a maratona. Uma criança não aprende a ler uma palavra sem antes entender as letras. O desenvolvimento do Ser não acaba. A estabilidade do indivíduo perante o território, como vimos com Raffestin, significa a morte do mesmo. O território é apenas reflexo da vivência de seus indivíduos, logo, não deveríamos ver os objetivos para um desenvolvimento econômico e social como um fim, pois se assim o fosse, estaríamos buscando seu findar-se.

O inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre as mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente.

(...) Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do meu inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo. Seria irônico se a consciência de minha presença no mundo não implicasse já o reconhecimento da impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença. (FREIRE, 1996, p. 50-53)

Ver-se inacabado é ver-se livre para agir na busca por algo; na busca pelo sentimento de plenitude mesmo sabendo das incertezas. É liberdade. Da mesma forma que ver-se incompleto é perceber-se ser condicionado e não determinado, “a livre condição de agente não só é, em si, uma parte “constitutiva” do desenvolvimento, mas também contribui para fortalecer outros tipos de condições de agentes livres” (SEN, 2010, p. 18).

A inconclusão nos seria também uma das condições humanas, pois diante dessa condição, o indivíduo se vê livre para buscar o que ele acredita ser essencial para seu próprio ser. Tira-o da condição de pessoa determinada a viver em um “papel” decretado pelo pastor do rebanho dos homens adbovídeos, e o faz ser um agente de uma coletividade, quando inserido em um território. Sai do papel de paciente de ações de terceiros, seja do Estado ou do próprio sistema opressor ao qual está inserido, e passa ser o agente. Amartya Sen nos traz o que seriam as liberdades instrumentais que garantem o desenvolvimento do que acreditamos ser a inconclusão necessária à condição humana: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2010). O desenvolvimento é expandir liberdades que nos garantam uma razão de valorizar uma vida não apenas mais rica e desimpedida de necessidades, mas também que nos proporcione sermos seres sociais mais completos, mais interativos ao mundo (SEN, 2010).

Constata-se que nosso objeto de estudo, as indicações geográficas, são vistas como meios de atingir o desenvolvimento. Entretanto, a própria palavra ‘desenvolvimento’ nos traz uma ideia de continuidade. De acordo com o dicionário Priberam de língua portuguesa, desenvolvimento significa “1. Ato ou efeito de desenvolver. 2. Aumento, **progresso**.” Desenvolver, como verbo, significa:

(des- + envolver) verbo transitivo

1. Tirar do invólucro ou daquilo que envolve. = DESEMBRULHAR
2. Desdobrar ou desenrolar o invólucro de.
3. Fazer crescer; aumentar as faculdades intelectuais de.
4. Dar incremento a.
5. Propagar. (...)

- 8. Ampliar; tirar, consequências (a um tema ou tese). (...)
- 11. Representar num plano todos os lados de uma construção.

verbo pronominal

- 12. Crescer.
- 13. Progredir.
- 14. Aumentar.
- 15. Propagar-se; estender-se, prolongar-se.

Nota-se essa ideia de continuidade, que nos faz refletir e verificar que o desenvolvimento não é **um** fim, nem **é** fim. É **se** desenvolver. Do que discutimos sobre a liberdade, não será o engrandecimento do capital que trará a determinado território uma liberdade, mas é a liberdade que nos trará o nosso progredir, afinal, talvez o engrandecimento do capital não seja a vontade nem desejo da liberdade dos indivíduos, mas “apenas” um resguardar do seu habitar.

Entretanto, territórios com acentuadas relações dissimétricas fazem com que os indivíduos se percebam a mercê de poderes externos para que se desenvolvam. Não se percebem autônomos do seu próprio destino e estão suscetíveis de qualquer decisão que um poder maior sugira como bom para sua sobrevivência. E não podemos culpá-los. Assim, Freire (1996) sugere essa autonomia que, será realmente sentida, à medida que as liberdades também sejam vivenciadas. Logo, o desenvolvimento se “desembrulha” com a autonomia e liberdade.

O bem público tem como requisito o estar junto dos indivíduos, pois é no discurso que se constrói o habitar. O individualismo é visto como um dos principais inimigos dos territórios, ao que o isolamento desprovê o indivíduo da ação e discurso. Por consequência, Arendt nos traz que a “degenerescência interna que é um convite ao desastre” (ARENDT, 2014, p. 249), pois na fragilidade da rede de relações territoriais, a tessitura se vê mais suscetível de sofrer ataques de poderes externos. E isso é visto nas pequenas comunidades produtoras que hoje sofrem com a globalização, tanto na oferta de produtos mais baratos como na usurpação de seu saber-fazer local.

Se são os indivíduos que habitam o território, ninguém melhor que eles mesmos na construção e exercício do poder para seu desenvolvimento. “Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir” (FREIRE, 1996, p. 53). Como vimos, o *animal laborans* não constrói o seu destino, ele apenas existe e trabalha para conseguir sua manutenção e sobrevivência. O que nos faz *homo faber* é nossa habilidade de construir nosso habitar, e, diante da pluralidade, sermos livres para exercer um poder de liberdade na construção do território. Se observamos indivíduos que

não são livres e não exercem poder sobre a tessitura, não vemos um território como um todo, mas um território incompleto, no qual seres humanos não são indivíduos-atores, mas indivíduos-figurantes do espaço como qualquer outro recurso natural de vigor (e não de força como sugere Arendt).

No requisito de território, existe a diversidade de relações de poder e para o desenvolvimento territorial isso não seria diferente. Aqui, vemos que o Estado deveria ser um reflexo da vivência territorial e não um ser à parte, estranho ao que se vivencia dos atores locais. Assim:

Correspondendo a múltiplas liberdades inter-relacionadas, existe a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação etc. Essas instituições podem incorporar iniciativas privadas além de disposições públicas, bem como estruturas mais mescladas, como organizações não-governamentais e entidades cooperativas.

Os fins e meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva de liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2010, p. 77)

A partir disso, verificamos a relevância da participação das comunidades produtoras na construção do que seria indicação geográfica. Mas não podemos vê-la como um meio de desenvolvimento, ao que é um instrumento da propriedade intelectual que visa uma proteção de mercado que pode ajudar na salvaguarda de uma cultura que pode se ver fragilizada no mundo globalizante atual. E mais ainda, sugerimos que não pode ser vista como um meio de desenvolvimento ao que, como já discutimos, o instituto deveria ser reflexo da vivência territorial. Ora, para quê proteger um produto com a indicação geográfica se o próprio produtor e o território não estão sendo protegidos? Qual seria a serventia da indicação? Mera marca mercadológica. Mas muitos sugerem que é preciso que primeiro venham os lucros da venda desses produtos reconhecidos para assim poder revertê-los em melhorias para a comunidade produtora. Porém, o economista Amartya Sen nos traz uma outra ótica:

(...) a necessidade de recursos com frequência é apresentada como argumento para *postergar* investimentos socialmente importantes até que um país já esteja mais rico. Onde é (diz a célebre questão retórica) que os países pobres encontrarão os meios para “custear” esses serviços? Essa é uma boa pergunta, e ela tem uma boa resposta, baseada em grande medida na economia dos custos relativos. A viabilidade desse processo conduzido pelo custeio público depende do fato de que os serviços sociais relevantes (como os serviços de saúde e a educação básica) são altamente *trabalhos-intensivos* e, portanto, relativamente baratos nas economias pobres – onde os salários

são baixos. Uma economia pobre pode *ter* menos dinheiro para despende em serviços de saúde e educação, mas também *precisa* gastar menos dinheiro para fornecer os mesmos serviços, que nos países mais ricos custariam mais. Preços e custos relativos são parâmetros importantes na determinação do quanto um país pode gastar. Dado um comprometimento apropriado com o social, a necessidade de levar em conta a variabilidade dos custos relativos é particularmente importante para os serviços sociais nas áreas de saúde e educação.

(...) O êxito conduzido pelo custeio público, nesse sentido, permanece menor em termos de realização do que o êxito mediado pelo crescimento, no qual o aumento da opulência econômica e a melhora da qualidade de vida tendem a andar juntos.

Por outro lado, o sucesso do processo conduzido pelo custeio público realmente indica que um país não precisa esperar até vir a ser muito rico (durante o que pode ser um longo período de crescimento econômico) antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde. A qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais. (SEN, 2010, p. 70-71)

A luta pela sobrevivência é causa de uma escravidão. No momento em que um indivíduo é forçado a fazer uma peça de artesanato para se alimentar; quando não se vê livre e possuidor de tempo para estudar; quando não possui meios de tratar algum problema de saúde, o indivíduo se vê limitado àquelas condições. Às vezes, ele pode se ver em uma condição inalterável pela falta de renda. O produto a ser reconhecido como único através das indicações geográficas não pode ser esse meio único de sobrevivência, ou poderia ser apenas uma extensão dessa escravidão, no que, em um território de relações dissimétricas, nada garante que todos os indivíduos gozem dessa renda conquistada. Na individualidade e risco do bem público, não se espera que o lucro territorial, já que o produto é resultado da vivência local, seja compartilhado ao coletivo, mas ao pastor do rebanho, seja ele quem for. Nessas condições, indagamos: as pessoas conseguem viver bem? Elas têm liberdade para viver de um modo que elas tenham razão para valorizar? (SEN, 2010).

A satisfação das necessidades básicas de um indivíduo o liberta da sua condição de escravo. Assim, a garantia desses direitos básicos permite que um *animal laborans* seja um *homo faber* não apenas de sua obra, mas de seu destino. O compreender essa condição de passividade e escravidão já é um ato de rebeldia, ao que o indivíduo constata não para se adaptar, mas para mudar, tornando-se capaz de intervir na realidade através de decisões e escolhas (FREIRE, 1996).

Sen faz ênfase no poder e direito de decisão, do que ele chama de liberdades substantivas: as capacidades. A liberdade de decidir o que me faz ter uma vida com razão de valorizar. Eu posso escolher jejuar para emagrecer. Eu tenho o poder de escolha, comer ou não. Assim, tenho um conjunto capacitário em que eu tenho mais de uma opção. Porém, uma

pessoa que se encontra em um país que sofre com a fome não possui o conjunto capacitário de escolher, sendo forçada a passar fome. Ela é escrava da fome. Ela não é livre, nem possui o mínimo para viver (SEN, 2010). “O conjunto capacitário represente a *liberdade* para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher”. (SEN, 2010 p. 105)

No que auferir renda é visto como sinal de desenvolvimento, é explícito que um aumento da capacidade do indivíduo amplificaria seu potencial de ser mais produtivo, e claro, auferir renda. Dessa forma, a redução da pobreza, no que se limita à renda, não pode ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. A expansão das capacidades humanas através dos investimentos em educação, serviços de saúde são bons meios para atingir o fim da pobreza de renda (SEN, 2010).

Devemos retomar a condição humana da pluralidade de Arendt, pois ela é necessária para entender que uma política pública não pode ser uma equação perfeita a ser colocada em qualquer território. Diante da pluralidade humana, o território também será uno e plural; um caleidoscópio em movimento constante, infundável e interminável de possibilidades. Assim, uma política pública que deu certo em determinada comunidade pode não dar certo em outra. De acordo com Sen, as “heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições na família” (SEN, 2010, p. 102) são algumas das características a serem avaliadas na construção de uma política pública, e, por isso, é imprescindível o diálogo e construção coletiva para que englobe a comunidade em todas as suas particularidades, urgindo, para tanto, pelas liberdades políticas, direitos civis, em resumo, das liberdades participativas (SEN, 2010). E para isso, é basilar uma autonomia dos indivíduos para que se posicionem ativamente.

Na falta de autonomia e por se ver em uma condição que parece determinada, os indivíduos se veem pacientes da imposição de um terceiro superior, muitas vezes visto como o Estado, para sua salvação; se veem sujeitos à bondade do patrão, quem quer seja, o que reforça seu lugar na ponta da cadeia produtiva, já que nossa vida se mescla ao próprio sistema industrial.

As necessidades econômicas, por sua vez, estão entrelaçadas à liberdade política e direitos civis, ao que é no debate público que os indivíduos podem dar voz às suas necessidades, às suas vontades (SEN, 2010) e onde podem exercer sua autonomia perante os participantes das relações de poder do território e onde podem se responsabilizar pelo próprio

território e suas vivências. Logo, Amartya Sen nos traz a demonstração de que “a intensidade das necessidades econômicas *aumenta* – e não diminui – a urgência das liberdades políticas” (SEN, 2010, p. 195):

Três diferentes considerações conduzem-nos na direção de uma preeminência geral dos direitos políticos e civis básicos:

- 1) Sua importância *direta* para a vida humana associada a capacidades básicas (como a capacidade de participação política e social);
 - 2) Seu papel *instrumental* de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como as reivindicações de necessidades econômicas);
 - 3) Seu papel *constutivo* na conceituação de “necessidades” (como a compreensão das “necessidades econômicas” em um contexto social).
- (SEN, 2010, p. 195)

E é por isso que a autonomia dos indivíduos deve ser trabalhada, ao que não se vendo ator do seu próprio território e aceitando pacientemente as decisões e ações do que quer que esteja acima na hierarquia social, o indivíduo aceitará tal medida sem pensar ou mesmo ter chance de mostrar uma outra opção, que poderia ser até melhor para sua vida. Não há democracia se há vozes silenciadas pelo medo ou pela ideia de que sua vida foi predestinada e que deve permanecer da mesma forma. Para Paulo Freire, a autonomia nos ensina a responsabilidade. Na liberdade de decidir, tenho a liberdade de acertar ou errar. E “é decidindo que se aprende a decidir (...) Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas.” (FREIRE, 1996, p. 107). O decidir é um aprendizado que nos mostra que a consequência de tal ato, decisão, está sob nossa responsabilidade. O habitar de Heidegger é uma ação-decisão de construir. Essa construção está sob a responsabilidade de quem construiu. Como um engenheiro é responsável pela obra e estrutura de um edifício, nós, cidadãos, somos responsáveis pelas decisões que tomamos no construir de nosso território. As consequências de nossas ações não são predeterminadas, são decorrência da nossa liberdade e nós devemos ser responsáveis por tais ações, pois somente a nós cabe a incumbência de solucionar ou celebrar tal resultado. E por isso é tão importante a discussão pública.

(...) compreender o papel da condição do agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis: nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro. Assim, nós – mulheres e homens – temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas. Isso faz diferença, e precisamos atentar para essa diferença. Esse reconhecimento elementar, embora suficientemente simples em princípio, pode ter implicações rigorosas, seja para análise social, seja para o raciocínio e a ação práticos. (SEN, 2010, p. 247)

A pertinência do debate público também reside nesse quesito: a discussão entre indivíduos e o estudo das possibilidades, permite uma análise dos possíveis resultados da

decisão a ser tomada. Às vezes, algumas consequências são imprevisíveis, pois o futuro é um mar de incertezas. Entretanto, numa tomada de decisão em público, onde todos possam participar e construir tal escolha diante da realidade vivenciada por todos, os efeitos impremeditados podem ser razoavelmente previsíveis, o que auxiliaria na tomada ou não da decisão.

E nessa construção do bem público, apesar de todos nós termos nossos interesses próprios, nossos objetivos se coadunam com os de outros indivíduos que fazem parte do nosso território, assim, um sentimento de empatia social fortalece as relações e diminuem as dissimetrias que possam existir. É significativo na estruturação de uma sociedade participativa o desenvolvimento de valores sociais e de um senso de responsabilidade que venha a reduzir as ações impositivas do Estado (SEN, 2010).

Essa interação pública será de fundamental utilidade na construção de políticas públicas, não apenas nas relações produtivas, mas na formação de valores, conceitos de justiça e moralidade (SEN, 2010) que serão essenciais na sustentabilidade das relações territoriais e na persecução de uma autonomia dos indivíduos, na qual se verão participantes do território e não apenas pacientes do remédio, que pode não condizer com sua realidade, propostas pelo Estado.

“Quanto mais me torno capaz de me afirmar como *sujeito* que pode conhecer tanto melhor desempenho minha aptidão para fazê-lo” (FREIRE, 1996, p. 124). É agindo que se habita, é decidindo que se exerce a responsabilidade. É uma constância que não se encerra ao se observar o resultado da ação, pois sua reação dá origem a outra ação e assim por diante. Não há fim, pois a morte de um indivíduo não cessa os resultados de suas decisões. E isso é o ônus da democracia.

Porém, existe um medo do desconhecido. O ser humano tem o medo da incerteza. A responsabilidade é uma ação que requer um posicionamento e numa sociedade em que vidas são ameaçadas pelo ato de se impor e ser porta-voz de uma comunidade silenciada pelo topo da hierarquia do sistema econômico, muitos indivíduos podem ver que a inação é a liberdade, por estar “livre” da responsabilidade, “na abstenção de todo o domínio dos assuntos humanos como único meio de salvaguardar a soberania própria e a integridade como pessoa” (ARENDT, 2014, p. 292). Os indivíduos que optam pela inércia estão mais suscetíveis de se colocarem no papel de paciente, pois optam por não correrem o risco do resultado incerto da decisão, podendo se eivar da responsabilidade diante da esfera pública. Esse medo permite a

possibilidade de serem manipulados com mais facilidade face aos que têm mais poder na teia de relações.

Visto como instrumento de atingir o desenvolvimento, as indicações geográficas serviram de exemplo para o Brasil. Porém, essa forma de proteção é meio para o desenvolvimento? Proteger um produto é sinônimo de proteção do território do qual ele é reflexo? Ou seria melhor que as indicações geográficas fossem vistas como um fim do desenvolvimento? Seria apenas mediante o habitar de Heidegger, do construir, do desenvolver-se, que essa modalidade de propriedade industrial seria possível? Ou seria como diz Sen ‘meio e fim’ pois é necessária a liberdade para desenvolver e o desenvolvimento só ocorre por meio da liberdade? Para nós, nem um, nem outro.

3.3 “O fim para ser útil precisa ser inconcluso”

Existe um fim? De acordo com a primeira lei da termodinâmica, a energia não pode ser criada nem destruída, somente transformada. Raffestin nos trouxe que o território “resulta de um trabalho e como tal pode ser qualificada como energia informada”. Não estamos aqui para discutir as semelhanças entre a energia e trabalho na geografia e na física, porém tomamos como um início para explicar que as indicações geográficas não devem ser vistas como instrumento de desenvolvimento, muito menos atestado de território desenvolvido. A frase que intitula esse tópico é de Samuel R. Delany, escritor e crítico literário e resume nossa ideia de que o desenvolvimento do território é e deveria ser uma constante incerteza inacabável.

Podemos parecer rebeldes nessa afirmação, contudo, no que já discutimos sobre a condição humana da ação na esfera pública de Arendt, o fim significaria o fim da humanidade. Freire baseia a vida como eterna aprendizagem no fato de que somos inconclusos. A ação de um indivíduo não acaba em sua morte, pois o resultado dela, ao ser dividida com outros, não se esgota no tempo, se compartilha entre quem a testemunhou. Arendt nos afirma que as consequências das ações são ilimitadas, ao que toda ação se converte em reação em cadeia e isso nos traz novos processos: “como a ação atua sobre seres que não capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros” (ARENDR, 2014, p. 238).

Somos seres em constante aprendizagem. Viver, no modo como Oscar Wilde nos falou anteriormente, exige a troca de energia. A segunda lei da termodinâmica nos ensina que quando uma parte de um sistema fechado interage com outra, a energia tende a se dividir por igual, até que se alcance um equilíbrio térmico. É o que esperamos nas relações territoriais, uma simetria entre seus participantes, tanto internos como externos. Reconhecer-se como sujeito inconcluso e não-livre é ato de rebeldia que pode permitir a busca, incessante, do saber e da autonomia, por mais que a liberdade absoluta não exista.

“O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 1996, p. 76). O que se foi tem influências no que está sendo e no que será. Se o território é reflexo dos indivíduos, estes também não são, estão sendo. O construir, o habitar e o território são uma ação. Uma ação que resulta na coletividade territorial, na humanidade, que não se esgota em sua criação, mas na sua vivência. Logo, o desenvolvimento não pode ser visto como fim de um instrumento, como as indicações geográficas, pois ele nunca será conclusivo. A sociedade não pulsa, ela está pulsando.

O construir, o habitar e o território também são discurso. A liberdade de participar da coletividade territorial não se esgota no ponto final da palavra, mas é condição para que os participantes do território possam compartilhar de seus interesses para a construção do espaço público, ao que Arendt nos diz que existem dois tipos de comunidade: aquela em que você nasce e aquela construída em interesse conjunto (ARENDR, 2014). Pode ocorrer a coincidência de ambos os tipos serem a mesma comunidade, mas a segunda é aquela onde o indivíduo é ser político. Não *animal laborans*, mas *homo faber*. As indicações geográficas sempre serão discurso ao que deve ser reflexo do território. Só será instrumento dele quando reconhecido pela própria comunidade, e não pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Portanto, as indicações geográficas não são meios de desenvolvimento, pois elas só existem se há ação, se há discurso e se há liberdade dos agentes. Não são meios de desenvolvimento se esses requisitos não são observados na realidade. Elas até podem ser vistas como tal, mas na condição de um território de **rebanho de homens adbovíneos**, pacientes de políticas públicas, que com medo da responsabilidade do incerto, da não liberdade e da não consciência de escravo (do sistema ou outros) e inconcluso, tomá-las-ão como “remédio” para melhorar sua condição.

As indicações geográficas também não são fim de um desenvolvimento. Porque o desenvolvimento nunca terá fim. Ele se desenvolve. Se o produto que é protegido é reflexo da

vivência territorial, a vivência não tem fim. E se tem fim, não tem produto. Não é fim, pois o querer de proteção é de algo que não se finda, pois se se findasse no acabamento do produto, não prescindiria de proteção.

Que as indicações geográficas sejam vistas como um instrumento de proteção de uma vivência territorial, mas que não sejam vistas como instrumento de melhorar uma comunidade, no que esta só poderá “ser salva” ao se sentir necessária de salvamento e só será salva por ela mesma. A autonomia de Freire nos aponta a imprescindibilidade disso; as condições humanas de Arendt nos mostram necessárias para o pulsar do espaço público; o territorializar de Raffestin nos revela que o poder sempre estará presente; mas no resguardar do habitar de Heidegger, vemos que todos esses teóricos nos mostram a possibilidade de habitar “a partir de si mesmo até a plenitude da essência” (HEIDEGGER, 1997, p. 141).

4 É DA REDE QUE SE FAZ O PONTO OU DO PONTO QUE SE FAZ A REDE?

4.1 O tear

Lugar de permanência e de evasão, minha cidade surgiu dos maceiós. Por isso, ressoa em sua topografia os nomes de água: Levada, Trapiche da Barra, Ponta da Terra, Vergel do Lago, Bebedouro, Poço, Riacho Doce, Bica da Pedra, Volta d'água. [...]

A noite se esvai, dissolvendo os navios. O trem da Great Western apita, perto e longe ao mesmo tempo. As tanajuras pousam docemente nas ilhas visquentas. O tempo é um artesão: tece a sua própria toalha de renda de labirinto. E embora forje novos desenhos da vida, que a memória infiel vai alterando através dos dias e das noites, jamais conseguirá separar o barulho do mar de todos esses incontáveis rumores terrestres. Em Maceió, entre as ilhas inacabadas, nunca aprenderemos a separar o que é da água e o que é da terra.

Vou por uma rua torta. Venho por uma rua torta: já não sei se é dia ou noite, se caminho junto ao mar odorante ou se afundo os pés na lama negra da lagoa devassada pelos pescadores de sururu. Acima e além da claridade solar e da luz do farol, num território intocável, Maceió é, ao mesmo tempo, porto e porta, permanência e travessia, lugar de partida e de chegada, silêncio e melodia.

Vou por uma rua torta. Sinto cheiro de açúcar, juntamente com o do mar perto. Gaivotas voam sobre os negros trapiches fincados sobre as águas. O oceano que eu sempre via longe, quando o bonde dobrava a curva do Farol, está agora perto de mim. [...]

Quem nasce aqui, e respira desde a infância um aroma de açúcar, vento, peixe, maresia, sente que o oceano próximo cola em todas as coisas e seres um transparente selo azul, os que quiserem ficar passarão a vida inteira movendo-se nas ruas cegas de sol ou atrás dos balcões que guardam réstias de cebolas e fardos de algodão. Mas os que quiserem partir têm sempre, ao seu dispor, os navios e o vento do mar.

Lêdo Ivo

Alagoas. De acordo com o dicionário do alagoano Aurélio Buarque de Holanda, Alagoas vem do verbo alagoar, que por sua vez significa: “Encher(-se) ou inundar(-se) em forma de lagoa: O rio, enchendo-se com as chuvas, alagoa estas paragens. Alagoaram-se as zonas cultivadas e os prejuízos foram de grande monta.” (AURÉLIO).

Diante da sua localização litorânea e de sua abundância de rotas aquáticas, o litoral do que viria a ser o estado de Alagoas (Alagoas se emancipa do Estado de Pernambuco em 1817) foi ocupado no período colonial por razões militares em defesa do território conquistado. O complexo estuarino lagunar local facilitava a exploração e proteção territorial.

De acordo com relatório da UFAL acerca da região, teremos dois biomas brasileiros: a mata pluvial tropical e a vegetação litorânea (UFAL, 2012). Não é novidade que o nordeste brasileiro foi tomado pela cultura da cana no período colonial, e não foi diferente na formação econômica e territorial da região em apreço. As lagoas do norte e do sul favoreciam a manutenção da cultura da cana-de-açúcar e por um longo tempo defende-se que a origem da atual capital do Estado de Alagoas, Maceió, surgiu a partir de um engenho. E que o mesmo se

repetiria à ocupação humana na região. Entretanto, a antropóloga Rachel Rocha nos traz uma outra interpretação:

Não é uma coisa consensual dentro da historiografia local. Você tem os que defendem esse mito de origem, que a própria Maceió teria surgido de um engenho de açúcar, de um engenho Massayó etc., e você tem também uma outra vertente, que foi representada pelo professor Moacyr Santana durante muito tempo, que Maceió teria se originado de uma comunidade pesqueira.

Dessa forma, a grande variedade de crustáceos, moluscos e peixes no ambiente estuarino lagunar em questão configurou um elemento fundamental na adaptabilidade e presença humana na região, não apenas a partir da colonização branca, e posteriormente, a presença da mão de obra escrava negra para a cultura da cana-de-açúcar, como também, da população indígena que já vivia ali (UFAL, 2012).

Isto posto, formou-se na região essa dinâmica que hoje resulta no Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba. Diante da exploração das populações mais oprimidas, como a indígena e a negra, as lagoas passaram a ser uma fonte relevante de subsistência e renda, seja para alimentação através da pesca, na diversidade de postos de emprego como canoeiros ou jangadeiros, ao que era o meio de transporte mais viável para chegar em Maceió e ao porto de exportação da cana-de-açúcar, de pescadores e marisqueiros, dentre outros (UFAL, 2012).

E o marisco é um ponto importante na formação cultural e econômica dessa região: a presença do sururu (*Mytella falcata*), uma espécie de molusco que só ocorre na lagoa Mundaú e que era principal fonte de renda e alimentar de boa parte da comunidade local. A extração do animal “representava cerca de 3,5 vezes a produção obtida com a pesca de peixes na região”. (COSTA, 1980, p. 43). O molusco tem grande importância na cultura alagoana, sendo o estado conhecido como a “terra do sururu” (COSTA, 1980).

As cidades que margeiam o complexo são: Maceió, Satuba, Pilar, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte, como apresenta a imagem a seguir:



Figura 6. Imagem do Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba. Fonte: Google Maps

Percebe-se, portanto, a dinâmica ao redor da paisagem e a importância da piscicultura, não apenas como fonte de alimentação e renda, mas como base cultural da população lagunar. Da presença colonizadora e da rede de pesca indígena, observou-se o aparecimento de rendas e bordados no espaço doméstico, principalmente entre mulheres, seja como uma forma de socialização e educação do lar, seja como fonte de renda para camadas mais pobres da população (UFAL, 2012).

As lagoas sempre foram vistas como atrizes principais na história de Alagoas:

Já os nossos antepassados, os índios Caetés, conheciam perfeitamente a sua imensa importância. Não somente como meio de transporte, mas sobretudo como uma riquíssima fonte de abastecimento. Assim, eles navegaram pelas lagoas para conhecer melhor as suas terras. Também, do seio profundo de suas águas, tiravam o peixe, alimento básico na sua incipiente atividade econômica. Hoje, como no passado, a grande maioria da população, que habita as margens das lagoas, tem a sua vida econômica na dependência direta do comércio da pesca. Esta parcela da população alagoana é de uma pobreza impressionante. Falta-lhe tudo. Somente as lagoas lhe servem de refúgio contra os horrores da fome. [...]

Com referência à pesca, as nossas lagoas são um imenso viveiro. [...] São produtos da nossa região lacustre. Como o sururu. Que tem o seu <<habitat>> natural na lagoa Mundaú, nas águas que banham a Vila de Coqueiro Sêco, em Rio Largo. No momento, a procura do sururu tem

crescido de importância, [...] por ser um artigo mais acessível à bolsa do povo [...]. Tanta popularidade alcançou o sururu nos nossos hábitos alimentícios, que o alagoano passou a ser conhecido no Brasil inteiro pelo nome chistoso de <<Papa-sururu>>. E disto o alagoano da gema se orgulha. [...]

Nesta cidade, que serviu de berço ao Proclamador da República, a grande maioria de sua população vive da pesca. Podendo mesmo afirmar-se que, em vista da poderosíssima influência exercida pela lagoa na vida dos habitantes, dificilmente se encontra um filho da terra que não saiba pescar. O povo é pobre. Sem grandes ambições. Toda a sua vida lhe vem da lagoa. Nela estão também os seus sonhos imensos. (PEDROSA, 1962 – livro sem paginação)

Dessa forma, a “civilização da linha”, seja a de nylon para pesca ou a de algodão para o bordado, se firmou nessa região lagunar. Apesar da grande presença desse tipo de economia, a cana-de-açúcar, como em todo o resto do Estado de Alagoas, se consolidou agressivamente. Isso não afetou somente as relações sociais existentes, ao que muitos habitantes passaram a ser trabalhadores da cana, mas na relação do indivíduo com o ambiente, ao que as lagoas começaram a ser poluídas pela tiborna².

Marcado pelo coronelismo e os donos de engenho, o contingente humano era visto apenas como mão de obra. E por isso as lagoas são vistas como mães: por darem o alimento e o alento diante da miserabilidade da região.

É uma vida pras pessoa. É mãe. Ela é uma mãe. Criou nossos filhos também. Se você tiver sem a mistura em casa, vai pra lagoa você volta com siri, com peixe. (Artesã)

Isso aí é uma mãe de leite. (Pescador)

Essa lagoa aqui pra nós... vou lhe dizer uma coisa. Se Marechal Deodoro não tivesse essa lagoa aqui, era um poço. Era um buraco. O que dá vida a esse lugar é essa lagoa. Ela que dá vida, tanto no cartão-postal, como na vida de cada um. Aquele que não pesca, come dela. [...] (Artesã)

Na década de 60, iniciou-se um movimento de defesa às lagoas Mundaú e Manguaba. José Branco, jornalista alagoano, publica em 1962 no Jornal de Alagoas que os representantes congressistas do Estado não parecem se dedicar aos reais interesses do povo alagoano. Em tal publicação, já aponta a degradação ambiental que se observava na zona lacustre, que evolui junto ao crescimento econômico e populacional da região, seja com a cana-de-açúcar ou a falta de saneamento básico (BRANCO, 1962). A deterioração da lagoa se inicia a partir do aumento da presença humana: com o desmatamento dos mangues ou aterramento dos pântanos, afetando os cursos d'água (BRANDÃO, 1917).

A história da população lagunar é marcada pela pobreza. Até os dias atuais a economia alagoana se resume à produção de cana-de-açúcar. A política, dominada pela economia, sempre atuou a favor dos canavieiros, e, um dos grandes exemplos que tivemos foi o

² Resíduo da destilação fracionada da cana-de-açúcar.

impeachment do governador Muniz Falcão em 1957, no fatídico tiroteio na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Com receio de perder o poder político, o setor sucroalcooleiro atacou fortemente o ex-governador que tinha como projeto de lei a “taxa pró-economia” cujo intuito era tributar usineiros e produtores de coco, fumo e algodão e reverter os recursos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura (COSTA, 2010).

Marcada pela violência entre as famílias sucroalcooleiras e seu domínio na política, as populações mais pobres não puderam sair do ciclo de pobreza existente desde o período colonial. Jorge de Lima, em seu livro *Calunga* (1935), traz um resumo fiel da formação social local:

Noutros lugares, famílias exterminadas por questão de terra. Sempre o homem lutando pela terra. Senhores de engenho tomando as terras dos moradores, botando os pobres pra fora dos seus domínios, apoderando-se de suas safras, de seus roçados [...]. Quando as coisas não eram tomadas com processos de saque, a exploração arranjava um jeitão de proteção e bondade que surtia efeito. Meninas admitidas para educar, pra criar, trabalhando noite e dia em labutas domésticas, engomando para os senhores, fazendo quitutes, cuidando dos meninos e até dos cachorros da casa, olhando a rua entre as frinchas das venezianas, aos domingos. Outras vezes eram os trabalhadores, operários dos engenhos e dos eitos admitidos nas mesas dos patrões, considerados como compadres, pra melhor lhes serem sonegados os salários já mesquinhos. (LIMA, 1997, p. 13)

É tamanha a pobreza que, em 1917, Octávio Brandão já citava uma das especiarias da população lagunar originada do seu solo argiloso:

Enfim, uma “especialidade” curiosa do giz: habitante do Pontal da Barra, atacados de opilação, consideravam-no um manjal delicioso. Para isto, o giz era cortado em tijolinhos, idênticos aos do pó de limpar facas. Estes tijolinhos eram vendidos nas bodegas.

Aquele povo de comedores de terra, de geófagos, ou melhor, de cretófagos, sentia prazer esquisito em comer esses tijolinhos. A predileção era pelo giz, branco, róseo ou amarelo [...]. Certos pontalenses, empregados nas casas das famílias de Maceió, chegavam mesmo a devorar as *quartinhas* e, em último lugar, pedaços de tijolo e de telha. (BRANDÃO, 1917, p. 66)

Ao serem filhos das lagoas, os habitantes da região começavam e terminavam suas rotinas nelas. Mais uma vez, Jorge de Lima nos traz essa realidade. Em *Calunga*, a personagem Lula, ao voltar para Alagoas depois de um longo tempo morando no Recife, se depara com um médico que intervém na comunidade lagunar com profilaxia rural.

— Então o doutor pensa que distribuir cápsulas de quinina e remédios contra vermes é resolver o problema da felicidade dessa gente? Acha também que essa terapêutica resolve mesmo o simples caso de saúde?

— E por que não? É só observar como tem aumentado a capacidade de trabalho desse pessoal. Estão mais ativos. É só ver.

Lula replicou:

— Não creio. É esse um favor que os miseráveis não deverão nem ao governo nem a Rockefeller. Essa gente não tem que agradecer a ninguém tão

grande tapeação, não são essas cápsulas de quinina engolidas nos postos sanitários nem esse quenopódio repugnante que livrarão o povo sem sapatos e sem habitação do paludismo e do amarelão. Isso é botar água num barril furado, doutor.

— Mas o remédio faz profilaxia, ao mesmo tempo em que cura – atalhou o médico.

Lula apenas perguntou:

— Onde caga essa gente? – E antes que a resposta viesse ele próprio respondeu: - No chão, em torno de suas próprias habitações. – Continuou: - Onde bebe essa gente? Nos riachos infetantes. Onde dormem os desgraçados? Em casebres esburacados por onde entram os insetos contaminadores. É ou não tapeação? É tapeação e boa tapeação capitalista. (LIMA, 1997, p. 27-28)

Além da degradação ambiental pela falta de saneamento básico da região, ainda temos que considerar o desmatamento e assoreamento das lagoas em relação ao cultivo da cana-de-açúcar; a atividade industrial química; o êxodo rural que culminou na formação de favelas na região lagunar e a especulação imobiliária que vem crescendo de maneira assustadora no local.

Não é novidade na história brasileira a violência da cana-de-açúcar sobre a população menos abastada da sociedade. E vemos como a economia influencia consideravelmente nossa cultura e identidade, ao que Jorge de Lima bem traduziu esse cenário na citação sobre a questão da terra em Alagoas. “As lagoas estão secando, ou, mais exatamente, nelas a terra está assoberbando o nível do oceano” (BRANDÃO, 1917, p. 105). No começo do século 20, Octávio Brandão já notava o assoreamento das lagoas. Em 1960, o jornalista Paulo Pedrosa iniciou um movimento de defesa do complexo estuarino Mundaú-Manguaba. Mobilizou vereadores dos municípios lacustres, jornalistas e radialistas, o até então governador Muniz Falcão e enviou cartas até para o presidente, Juscelino Kubitschek. No livro *Dragagem*, um apanhado de artigos e discursos feitos à época na luta pela defesa das lagoas, Pedrosa afirma que mesmo diante da riqueza natural da zona lacustre, o governo federal não atuava devidamente para sua preservação, a contrário do que ocorria quando o país ainda era Império (PEDROSA, 1962 – Livro sem paginação). Tal afirmação nos traz um certo desconforto por suscitar uma nostalgia aos tempos imperiais.

A preocupação que se tinha em relação à lagoa também se concentrava na base alimentar da população lacustre: “Se o futuro do homem está no fundo do mar, pode-se pôr em dúvida. Mas que a esperança da pobreza de Alagoas está no fundo da lagoa só duvida quem não for “papa-sururu”” (ROCHA *in* PEDROSA, 1962 – Livro sem paginação).

É notório observar que mesmo diante de tamanha mobilização para proteção das lagoas, desde os meios de mídia, da política e intelectuais, não se observa uma participação ativa da comunidade que mais sairia beneficiada pela dragagem: os pescadores.

Salientamos que no fim do conclave surgiram problemas outros, como os da indústria da pesca, cujos profissionais pouco versados em assuntos de tão grande alcance econômico, como o tratado naquela assembleia, o da dragagem, só o compreenderão com esclarecimentos oportunos que o faremos quando das próximas reuniões. (MEDEIROS in PEDROSA, 1962 – Livro sem paginação)

Ora, então o alcance econômico era de maior relevância que o alcance da população local ao seu meio de fonte alimentar e de renda? A degradação ambiental na zona lacustre não se encerrou com o aumento da pobreza (junto a falta de saneamento básico) ou da cultura da cana: na década de 70, a extração da sal-gema se iniciou com a construção do polo cloroquímico. A ideia higienista se combinou à queda de valorização imobiliária da região por estar próxima ao complexo químico. A construção do complexo se iniciou em 1974 e a comunidade lagunar chegou a protestar contra a instalação da indústria:

O Pontal é um ponto dos mais bonitos de Alagoas, ponto turístico não é? Tem essa lagoa, tem o mar, só o por do sol dessa lagoa... é o mais lindo do mundo, não é? Na época antiga, o Pontal era muito mais lindo, porque essa lagoa não era poluída, tinha a barra muito mais perto, então desaguava muito assim, e a lagoa era muito azul, era igual ao mar, você não tinha diferença, pisava na beira da lagoa e não tinha nojo porque não tinha lama, claro, água corrente não faz lama, não tinha lama, a areia era alva, a gente andava dentro da lagoa, sem pejo, hoje não, eu mesmo tenho já receio. Ando na lagoa, nunca tive verminose. Agora, depois das fábricas despejar os detritos da fábrica no Rio Mundaú, o Rio Mundaú deságua na lagoa Mundaú, aí a poluição veio e acabou com tudo, acabou com a flora, com a fauna, acabou com tudo da lagoa Mundaú, inclusive com a gente. Hoje o Pontal é o mais restrito, a... o povo pesca, mas não é uma pesca profissional, é mais assim uma complementação. Os pescadores antigos já estão aposentados, os filhos dos pescadores já são empregados, uns na Salgema, a maioria soldados de polícia. As moças não, sempre continuam fazendo o filé, algumas estudaram, são enfermeiras ou professoras, as 2 profissões que tem mais aqui. E eles não pescam por profissão. Pesca pra complementar o ordenado, sabe? Assim: a noite, a tarde, por exemplo, trabalha num horário, em outro ele pesca. (COSTA, 1980, p. 202)

- [...] Agora é um erro, eu acho que é um erro das autoridades, que geralmente as autoridades quando vão, planejam uma coisa, eles planejam do modo deles, então eles não sabem se aquilo, que é bom pra eles, se é bom pro povo que... que vai usufruir daquilo, né? Porque a Salgema, as melhora que vier, é claro que a gente vai usufruí também, mas... de um modo geral não vai... eu acho que não vai usufruí, a gente. Primeiro, porque, quem é que vai ganha muito na Salgema? Quem é técnico. No Pontal não tem nenhum técnico, não é? Quem vai ganha é o técnico e de onde é que vem o técnico? De São Paulo, do Rio, das grande cidade, pra gente não vai usufruí nada. (COSTA, 1980, p. 305)

Diante desses relatos tomados na década de 80, destacamos dois pontos que nos parecem importantes na construção para o entendimento da formação territorial e econômica

da região e que influencia no reconhecimento da indicação geográfica nos dias atuais. No segundo relato, é perceptível que a população não tem participação ativa em decisões e ações no território; os planos da elite, seja econômica ou governamental, não abarcam a população local e isso é claro quando o entrevistado diz “No Pontal não tem nenhum técnico, não é?”. A inovação a ser colocada naquela região, no caso a Salgema, não é inclusiva com a comunidade que, nos olhos de quem investe na indústria, deveria receber essa atividade econômica ‘de braços abertos’. E isso impacta no primeiro relato, pois a vinda de uma empresa com grande impacto ambiental afeta a vida lagunar que, com a poluição, tem sua paisagem afetada. Consequentemente, a identidade territorial também sai lesionada, pois uma das atividades que marcam a vivência da região é a pesca. Dessa forma, vemos a vivência com os pés dentro d’água afetada e, infelizmente, a situação permanece até 2019, ano em que escrevemos esse trabalho.

A paisagem local foi se modificando. Além da instalação do complexo cloroquímico, em 1979, a ponte Divaldo Suruagy foi construída para ligar os municípios de Maceió e Marechal Deodoro. Apesar de boas expectativas por parte da comunidade com a construção da ponte, no fim da década de 70, não foram muitos os benefícios observados, além da facilidade de mobilidade urbana. A especulação imobiliária cresceu diante do aumento da malha urbana da capital Maceió, abrindo espaço para a construção de condomínios como o Laguna, construído nos anos 2000, condomínio de luxo na beira da Lagoa Mundaú, no lado oposto ao bairro do Pontal da Barra e do complexo polo cloroquímico, no município de Marechal Deodoro. Há, porém, um outro ponto negativo na construção da ponte que agrava a situação da lagoa, como um pescador nos conta:

A lagoa foi afetada depois que construíram a ponte Divaldo Suruagy. Essa ponte era pra ser feita das pilastras compretas [sic]. Daqui até o outro lado. Ele fez metade pilastra a outra metade ele fechou a lagoa. A ponte tem cento e poucos metros né isso? No certo, era pra ela ter duzentos e tantos metros. Que a metade ele botou areia. Aí ele fechou a metade da lagoa. Aí foi passando o tempo, passando o tempo, o povo aqui do bairro começou a construir suas casas e fazendo cais, fazendo cais, fazendo cais e a lagoa saiu fechando. E o tempo foi passando e ela ficando assoreada. O mar num tem... a clareia... o mar ele joga pra onde ele quer. Aí vai ficando assoreada, ninguém toma providência, faz hoje, faz amanhã. Ela tá desse jeito aí. Só quem anda nessa lagoa quem conhece ela de maré seca. Pra você vê os dono de barco num dirige a lancha, paga um piloto, que não conhece a lagoa. Nenhuma das dua [sic]. Toda assoreada. A boca da barra [...] às vez a gente vai passar com o motor, 50 cm e não passa. Só passa de maré cheia. Acabou. Se não tomar providência... Eles só vão tomar providência quando incomodar eles passearem na lagoa, com as lancha deles. [...] Eu tô com o pessoal da UFAL, o pessoal do IMA, eu tô bem com mais de um ano trabalhando com esse pessoal fazendo o trabalho... estudando [...] pra mandar esse projeto lá pro governo Renan Filho que ainda acredito um pouco

que ele faça alguma coisa pra vê o que é que vai fazer na lagoa que ela está assoreada, as duas! (Pescador)

O Projeto de levantamento ecológico cultural da região das lagoas Mundaú-Manguaba (PLEC) sugere que ocorreria um deslocamento direto da comunidade lagunar para dar espaço à indústria que estava iniciando suas atividades; por outro lado, ocorreria um deslocamento indireto da poluição proporcionada:

[...] o deslocamento poderá ser provocado indiretamente pelo fato dessas indústrias serem poluentes a nível de alta toxicidade e periculosidade. Um exemplo, é a absurda existência de uma favela ao lado da Salgema, constituída na sua quase totalidade por ex-empregados da construção civil da fábrica. Esta proximidade excessiva coloca em perigo de vida permanente os seus moradores, uma vez que não possuem qualquer equipamento de segurança (estando portanto, sujeitos ao mínimo vazamento de cloro). (COSTA, 1980, p. 62)

Não houve deslocamento e a favela continua lá. Porém, é interessante lembrar que a região lagunar era estimada pela sociedade alagoana. Pela proximidade com o centro da cidade, as famílias tradicionais de Maceió fixaram moradias à beira da lagoa, longe do burburinho da zona comercial. Assim, os bairros lagunares da capital apresentam até hoje uma riqueza arquitetônica que nos remete à um passado de bonança. Entretanto, o que antes era um local valorizado passou a ser relegado com as ideias higienistas vindas da Europa devido às epidemias que atingiram cidades europeias que proclamavam que as lagoas em questão seriam vilãs da saúde pública, “sendo locais de putrefação de matéria orgânica que reproduziam “vapores chamados miasmas, que eram os verdadeiros causadores das epidemias, mas sua ação patológica era também facilitada pelas péssimas condições de higiene verificadas nas cidades”” (DIAS, 2015, p. 19) Assim, vemos hoje, os bairros que margeiam as lagoas marcados pela extrema pobreza.

Com a construção do polo químico, cogitava-se a retirada da comunidade do Pontal da Barra e adjacências da região, porém, como retirar uma população já estabelecida que vivia da pesca e do que as lagoas proporcionavam a eles há séculos?

- [...] Onde é que eu vou trabalhar se for lá pro Tabuleiro³? Vou nada! Eu, não. Não vou. Prá gente que construiu sua casa, que comprou, que precisa daqui da lagoa, que toda vida morou aqui, que pesca, que tem tudo aqui, a lagoa ali no quintal, prá gente, que indenização vai melhorar, vai adiantar? E o trabalho, que condição vão dá prá gente?

[...]

- [...] Assistência tem de todo lado, a gente aqui tem ajuda de todo lado. Isso aqui não era assim, não. Quando a Marinha veio praí, muitos ficaro por aqui, também muitos saíram. Uns foram pro Trapiche... foram pra outros lugares. Desabrigou muita gente, no tempo da Marinha. E hoje a gente vive com medo dessa Salgema. De tirarem o Pontal. Agora, saí daqui a gente não quer

³ Bairro na parte alta da cidade de Maceió, longe da orla lagunar e marítima.

não. Aqui me casei, fiz minha casa, meus filho tudo mora aqui, casaram com uma moça aqui. Daqui só saio o pó. Porque a gente não sabe não é? O que vão fazer. Uns diz que a Salgema vai tirar todo mundo, que vai precisar das terra. A prefeitura não aceita mais pagamento, a gente vai pagar, mas ela não aceita, diz que é porque tudo vai ter que saí. E nessa incerteza não é? Cada um constrói agora sem licença, sem nada, vai fazendo a casa.

Essa minha casa eu tenho todos os papéis, os documentos, tudo legal. Mas a gente não sabe como é que vão pagar, qualquer preço se paga, é o que todo mundo diz. E sem a lagoa, como é que a gente daqui vai viver? Aqui, a pessoa só morre de fome se for... morto. Mas tem a lagoa ali. E o nosso filé, que a gente faz aqui? De tarde, todo mundo senta nas porta pra fazer o filé. Se tirar a gente daqui, vai cada um pro seu lado, mesmo que fique fazendo as costura, é sozinho, acaba aquilo morrendo. E como é que vai vender? Porque aqui é um ponto certo, não é? Todo mundo já sabe que o Pontal faz filé e vem e compra. Agora, se fosse pra sair assim, prum lugar igual não é? Que pudesse pescar e todo mundo junto... mas eu não creio não, que possa ser. Aonde é que ainda tem um lugar desse? (COSTA, 1980, p. 303-304)

A Salgema não conseguiu tirar a comunidade dali, mas, de fato, causou (e causa) muitos problemas na sociedade maceioense. Em 2011, a empresa, já em gestão da BRASKEM, foi multada em R\$ 1.800.000,00 pelo vazamento de cloro que deixou mais de 100 pessoas intoxicadas em maio daquele ano. 29 pessoas foram internadas e 5 funcionários (terceirizados) da empresa ficaram feridos por conta do rompimento de uma tubulação (G1, 2011). Maceió vem lidando com um episódio dramático cuja principal suspeita da causa é a extração da sal-gema: o afundamento de toda uma área na parte alta da cidade, especificamente no bairro do Pinheiro, cuja estrutura geológica foi afetada pelo processo de extração.

Em fevereiro de 2018, os moradores do bairro do Pinheiro viram rachaduras de até 280 metros de extensão surgirem nas ruas e imóveis. Em março, a situação se agravou com mais chuvas e um abalo sísmico de 2,5 de magnitude pela escala Richter e desde então a situação só piora com o surgimento de mais rachaduras e crateras (GUSTAVO, 2019). É interessante trazer o que Octávio Brandão falou em 1917 em sua obra Canais e Lagoas, que a região sofreu três abalos sísmicos: um em 1796 (em Marechal Deodoro); um em Maceió no fim do século XVIII e um no Pilar em 1900 (BRANDÃO, 1917, p. 124). A situação do bairro do Pinheiro pode se tornar mais grave, pois põe em risco a vida da comunidade lagunar, ao que não se limitaria apenas a ela:

Os problemas geológicos que vêm preocupando moradores do Pinheiro há meses podem, na verdade, ser bem maiores do que se imagina. Estudos apresentados no relatório da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) mostram que o “afundamento” constatado no bairro estaria ocorrendo em uma região muito maior.

[...] dados obtidos pela CPRM através da Análise Interferométrica de Satélite, [...] mostra que uma região entre os bairros Chã da Jaqueira, Bebedouro, Mutange, Farol, Pinheiro e Cambona está literalmente afundando em uma velocidade considerada extremamente preocupante.

O relatório traça um “raio-X” da situação. O mapeamento de evidência de instabilidade do terreno descobriu uma série de anomalias entre 8 e 18 metros de profundidade na região do Pinheiro, Farol e Mutange. Também detecta a suspeita de afloramento do lado oposto da Lagoa Mundaú. Ou seja, é como se a margem da lagoa na região do Mutange estivesse afundando, e o outro lado, em Coqueiro Seco, estivesse subindo. (TNH1, 2019)

A obra de Brandão (1917) já denunciava não apenas a situação degradante da lagoa, mas dos habitantes dessa zona. Porém, como visto anteriormente, a classe política sempre se manteve apática a qualquer atividade que pudesse salvar tal manancial. E isso se perpetua e não se restringe apenas à classe política, mas à sociedade civil:

Só quem tem interesse na lagoa são os próprio pescador, porque quem mora Jatiúca, Cruz das Alma, ele quer vir pra lagoa passear e curtir, mas ‘oia, minha gente, vamo tentar ajudar o pescador’... A maioria desses cara dessa lancha.... Tem lancha esses político. Eu conheço vários que tem lancha. Ele tá cego? Ele num tá na lagoa não? Ele tá preocupado é? Ele quer botar milhões no bolso e quando chegar a eleição comprar um e o outro. Ali tem vários político visitar, que tá na lagoa, tá toda semana: é senador, é deputado, é vereador. Tá vendo não? Se ele num tivesse vendo, ele ia pagar 200, 300 conto num cara pra dirigir lancha pra ele? Se ele tem a carteira? Ele mermo ia dirigir, nera não? [...] Eu trabalhei e depois eu disse a ele ‘Deus me livre com essa raça de gente ruim’. (Pescador)

Logo, as reclamações se repetem. E tudo parece o mesmo. “Tudo parece morto. Morta, a lagoa. Morto, o espaço. Mortos, os areais desertos. Mortas, as águas paradas, estagnadas, dos pântanos. Morta a velha cidade de Alagoas. Mortos os engenhos peçados, parados. Mortos os habitantes – parados na vida, na estagnação...” (BRANDÃO, 1917, p. 56). No livro *Dragagem*, o filho de Paulo Pedrosa, José Fernando de Maya Pedrosa, que viria a ser coronel no Estado de Alagoas, fala sobre essa estagnação:

O que determinou o estado de letargia daquela população, naturalmente tem raízes nas circunstâncias econômicas da área, segundo novos princípios de sociologia.

O conceito da ‘super raça’ e também o da inclemente ação do meio ecológico já estão cedendo lugar aos pensamentos que valorizam as contingências econômicas como determinantes de atrofias, baixo padrão espiritual e mental, baixo rendimento ao trabalho.

[...]

É óbvio que primeiro se teria de criar riquezas na região. (PEDROSA in PEDROSA, 1962 – Livro sem paginação)

E o mesmo sugere um recurso que pode auxiliar na criação dessa riqueza e no desenvolvimento da região “A mão de obra seria em sua maioria de migrantes ou imigrantes, já que a população da área é insuficiente e de adaptação difícil para ocupações assalariadas.” (PEDROSA in PEDROSA, 1962). O autor traz uma visão que aponta uma certa incapacidade da população; ‘por serem nascidos daquela terra’ estão predestinados à miséria. A pobreza é uma sina incorrigível para os locais, pois o desenvolvimento só seria possível se vindo “de fora”. E ao se referir aos planos da SUDENE que poderiam ser aplicados na região, traz:

É interessante citar aqui os comentários quase que no campo filosófico, feitos pela SUDENE, na sua publicação “PRIMEIRO PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE”.

Nas Considerações Iniciais do capítulo que trata da Saúde Pública, expressa o conceito seguinte, aqui resumido:

“Uma região não deixa de se desenvolver devido as suas baixas condições de saúde pública. A verdade é que o desenvolvimento da região é que arranca a população de seu estado da insalubridade”.

Comenta a seguir que estes novos conceitos contrariam os antigos que diziam “somente um povo que tenha saúde pode ser desenvolvido”.

Isto aqui para nossos comentários (aliás singelos), é absurdo, dentro de nossa lógica simples. Acontece porém que o Plano mostra um conceito superior, cujo raciocínio é para grandes regiões ou até mesmo países inteiros.

Sim, somente um país que formou riquezas pode sanear suas áreas e dar saúde a seu povo. Então para mobilizar os recursos desde gênero necessita-se de grandes riquezas que somente o desenvolvimento pode dar. (PEDROSA in PEDROSA, 1962 – Livro sem paginação)

E isso vai de encontro a tudo o que discutimos no capítulo anterior. Nesse trecho, vemos o autor alagoano tratar a população lagunar como um paciente à espera do remédio do desenvolvimento econômico trazido pelos que “entendem” esse conceito superior. Ele desconsidera totalmente a capacidade que os próprios cidadãos podem ter de desenvolver o território se oferecidos a eles instrumentos para que possam, como indivíduos, também se desenvolverem e serem atores ativos do desenvolvimento do território onde estão inseridos.

Amartya Sen consegue desmistificar a ideia de Pedrosa ao trazer que a pobreza priva o indivíduo de suas próprias capacidades, ao que a fome, o não acesso à educação básica, à moradia digna farão com que as pessoas tenham mais dificuldade de se verem como agentes ativos de mudança local. E para tal mudança, não são necessárias grandes riquezas e iniciativas externas apenas, mas a participação ativa de quem realmente habita no território. Do que já discutimos acerca de Heidegger, que sejam elaboradas, conjuntamente e ativamente entre todos os atores territoriais, as condições de construção do habitar.

Como já citamos, a região sofre com a especulação imobiliária que já possui frutos como o condomínio Laguna, residencial de classe alta na zona lacustre. Em 2010, foram instaurados inquéritos acerca do crime ambiental ocorrido na construção do condomínio, que foi feito em área de proteção permanente e devastou a área de mangue. De acordo com um pescador do bairro do Pontal da Barra: “Esse Laguna aí afetou, derrubou os manguezais todo. E seu eu cortar um mangue lá, o IBAMA passa e vai me prender.”.

Porém, o impacto do Laguna não foi apenas em sua construção. Em 2018, o condomínio foi multado em R\$ 60.000,00 por despejar esgoto em riacho, mesmo com a existência de uma rede coletora de esgoto (GAZETAWEB, 2018). Aliado à pesca predatória, o sustento pela piscicultura não é mais o mesmo:

O maior predador é o próprio pescador. Ele tinha uma rede de pegar peixe de 1 kg adiante. Aí chega encontra um cardume de peixe de 1 kg, meio quilo, 700 gramas, de meio quilo, de 100, 200, 300kg. Aí sabe o que os pescadores faz? Pega uma rede com uma malha que nem eu nem você passa pra furar. Será que pega 200, 300 kg, passa uns peixe de 200, 300 gramas, 400 e um quilo. Quer dizer, se ele pegasse com a malha 60 só pegava os de 1 kg né isso? Aqueles ali iam crescer muito mais ainda. Não... a fome é grande, eles querem fazer tudo isso. Por isso que diminuiu. (Pescador)

O movimento liderado por Paulo Pedrosa para lutar pela dragagem das lagoas não durou. As denúncias sociais feitas em obras como Calunga de Jorge de Lima e Angústia de Graciliano Ramos também não. Maceió chegou a ser uma cidade importante na construção literária regional, com inspiradoras rodas de grandes escritores e intelectuais, porém:

[...] o movimento começou a se dispersar sob a pressão dos terríveis anos da Revolução de 30. Mas não só por essa razão; também por outros motivos, como a própria aridez alagoana à atividade intelectual. Afinal, não deve ter sido nada fácil para esse pessoal articular seus projetos, publicar seus livros e ainda encontrar espaço para trabalhar nos jornais, num lugar com poucos veículos de imprensa e uma população tão numerosa de analfabetos. É a tal “diáspora caeté”. (MELO, 2015, p. 42)

Octávio Brandão, por exemplo, depois de publicar o livro Canais e Lagoas e tentar discuti-lo na sociedade alagoana, foi preso e exilado do estado. Isso afetou e afeta ainda hoje a construção e o sentimento de identidade territorial, base fundamental para o que discutimos no construir e habitar de Heidegger. Como habitar quando se é impedido de construir? Graciliano Ramos foi preso e decidiu nunca mais voltar para Alagoas. E assim o fez. A única lembrança que o Estado tem da passagem de um dos mais consagrados escritores modernos brasileiros é uma estátua na beira da praia. ““Os alagoanos que passarem por aqui vão lembrar dessas personalidades que representam tão bem o estado internacionalmente. São figuras icônicas””, disse o prefeito da cidade de Maceió, Rui Palmeira (G1, 2015). É uma pena que o estado não represente tão bem Graciliano Ramos ou Aurélio Buarque de Holanda. De acordo com o censo do IBGE (PNAD Contínua) de 2017, Alagoas é o estado com maior índice de analfabetismo do Brasil entre a população de 15 anos ou mais: 18,2% (IBGE, 2018).

Em entrevista com um antropólogo da Universidade Federal de Alagoas, perguntamos sobre alguma possível causa ou razão para tal comportamento, que afeta na própria relação do indivíduo ao espaço, pois, interpretamos que quando o indivíduo não atua ativamente, transformando o espaço em território, ele será parte passiva da paisagem ou um *animal laborans*, que trabalha no objetivo apenas de saciar a fome.

A identidade não é nenhuma essência. A identidade é um fenômeno relacional e situacional. Ele precisa de uma situação que lhe gere, que lhe proporcione surgir, a se formar; e uma relação de alteridade, de diferença. Basicamente é o que existe de sobra, por exemplo, em Recife, em

Pernambuco e que existe de menos entre nós. Nós temos uma mesma origem histórica, uma formação comum, mas uma expressão muito diferenciada. Nós não tivemos ligas camponesas, nós não tivemos eventos históricos que reforçassem esse sentimento de pertencimento coletivo e, portanto, de uma identidade coletiva forte. Isso dificilmente teremos. Eu inclusive tenho me embatido sobre isso, que a nossa virtude está no nosso defeito. Toda vez que as pessoas me perguntam em palestra ou coisa desse tipo o que é preciso fazer para o alagoano ter uma grande autoestima, eu respondo que nada. Que é melhor que sejamos felizes assim. Porque a tradição gerada por esse sentimento de respeito ao passado, à história, à memória, ela não é apenas uma coisa boa. Tem um lado ruim. Que é o lado da cobrança, de uma ortodoxia que obriga seguir certos princípios, certos valores que nem sempre estão a serviço da criatividade, da originalidade. Então eu não falo dessa questão com um tom de lamúria que se costuma falar. Mas, pra lhe oferecer um argumento, digamos assim, mais objetivo, mais passível da gente considerar nas nossas reflexões, eu creio que uma grande questão justificadora dessa dificuldade alagoana para o associativismo, pra uma maior valorização das questões coletivas sobre as individuais, o personalismo que nos caracteriza é a nossa urbanização muito tardia. O que gera indivíduos livres e organizados é o meio urbano. Então muitas dessas características que a gente atribui a uma identidade do território de Pernambuco, elas na verdade são particularidades recifenses e olindenses que são estendidas ao estado sob uma ideologia comum. Basta você ver, o governo de Pernambuco faz muita publicidade da sua multiculturalidade, da diversidade dos municípios, exalta muito a sua riqueza cultural, e isso acaba insuflando esses municípios e essas pessoas a autovalorização. Isso não é feito aqui. Então essa é uma primeira questão. Você pode, se não inverter, melhorar essas coisas com o reconhecimento público delas. Agora, o fato de nós termos permanecido no meio rural por muito tempo, Alagoas é um estado com taxa de ruralidade até metade do século XX, muito acima da média nacional, e mesmo da média regional. Essas características de população rural habitando fazendas, sítios, e portanto, sob a tutela de um dono, de um proprietário, talvez seja um elemento que ajude a gente a entender essa dificuldade da associação, porque o associativismo está diretamente ligado a ideia de aceitação da igualdade entre os seus membros e nós vivemos muito de rixas, de grupos antagônicos, típicos de quem mora num sítio e o outro no outro (...) de um coronel e outro.

De fato, a identidade é algo em construção constante. Heidegger nos traz que “os mortais jamais o conseguiram se habitar fosse tão-só uma de-mora sobre a terra, sob o céu, diante dos deuses, com os mortais. Habitar é bem mais um demorar-se junto às coisas” (HEIDEGGER, 1997, p. 130-131). Nesse ‘demorar-se’ observamos que é a partir do saber, do conhecer sua própria história e condição que os indivíduos podem construir esse habitar. A criatividade e originalidade não serão afetadas por esse respeitar o passado, a memória. Pelo contrário: elas serão propulsionadas pelo conhecimento dos problemas e desafios vivenciados do habitar. Conhecer a realidade e as condições que fizeram com que a comunidade chegasse a tal ponto é primordial para o desenvolvimento da criatividade para redução de desigualdade sociais e no incentivo da própria autonomia (FERNANDES, 2016, p. 5).

Lula, personagem de Calunga, volta a terra natal querendo dar exemplo ao povo, iniciar um outro meio de vida que não ficasse apenas na base do sururu. Distribuiu cuidados, remédios, botas para que os pescadores pudessem se proteger da lama; se preocupava com a

higiene dos contrerrâneos. “Não sabemos trabalhar dentro da lama de botina, não semos praciono. Semos dos brejo” (LIMA, 1997, p. 37), fala um pescador. Esse trecho nos apresenta um ator local que, mesmo conhecendo da realidade do lugar, não consegue auxiliar da maneira como gostaria seus contrerrâneos, pois a solução que encontra não se adequa à vivência dos pescadores. E nisso retomamos o parágrafo anterior: a inovação, a criatividade é fomentada a partir do enfrentamento dos desafios que a história nos apresenta junto de quem a vive e que, por sua vez, sabe os instrumentos para tanto. Lula, ao tentar solucionar o problema de higiene, mesmo com suas boas intenções, não considera o passado, a prática local para tentar desvencilhar aquela região da situação em que estavam mergulhados. Na busca por melhorar sua terra, Lula ainda tenta conversar com um latifundiário local:

- Seu Totô, devia me ajudar nos meus projetos. Sanearíamos de acordo com a ilha, educávamos os nossos moradores, calçávamos a nossa gente, livrando-a da opilação, melhorávamos as nossas habitações, tudo faríamos pra levantar o nível daquele povo. Agora é necessário, coronel Totô, a sua colaboração. Andorinha só não faz verão. Com o apoio de sua gente, coronel, a minha gente se submeteria melhor. (LIMA, 1997, p. 43)

Mas, depois, um dos funcionários de Lula afirma: “- Desculpe a palavra, patrão, mas a gente está aqui mais pra morre do que mesmo pra vivê. Não acho isso começo de terra não, patrãozinho. Isso é mais antes o rabo do mundo. Isso fede, não está sentindo não, patrãozinho?” (LIMA, 1997, p. 53).

Não há de se fazer nada, como afirma o antropólogo da UFAL. São felizes assim. Lula começa a se ver comendo argila como a comunidade da lagoa, prática local para ‘tapear’ a fome. “Quando acordou de manhã, havia devorado sem saber o tijolinho também. Estava irremediavelmente perdido. Ou saía da terra ou a terra o tragava” (LIMA, 1997, p. 86)

Brandão tinha a esperança de ver a zona lacustre sendo valorizada. Entretanto, ele diz não compreender a alma de Alagoas, diz que tudo parece dormir. Não há Estado:

O Estado ignora que, por ali, andam milhares de brasileiros mergulhados em uma profunda miséria intelectual, econômica e moral. As gentes “finas” da capital, ocupadas com assuntos leves, fúteis, desconhecem os patricios que estão pedindo a luz do verdadeiro sol – a Instrução. E eles pouco se importam com a miséria em que vivem. (BRANDÃO, 1917, p. 122)

O autor traz o que o pescador do Pontal da Barra nos disse em entrevista: as pessoas dos bairros ricos não se importam com a lagoa. “Eram felizes dentro de tão grande infelicidade. Ignoravam outros ares mais puros, outro ambiente que não fosse o da lama, e viviam sem nenhuma revolta, sem nenhum outro desejo” (LIMA, 1997, p. 97). Viviam sem revolta. “O que fazer para aumentar a autoestima do alagoano?”, pergunta-se em 2018 a um

professor da Universidade Federal de Alagoas. E ele responde: nada. Porém, há artesã que diz que sim, como Dona Dilma, artesã do Pontal da Barra, que vem enfrentando as lutas para salvar o bairro:

Eu fiz parte de tudo do Pontal, certo? Quando veio botar a Salgema aí, eu briguei, eu gritei, eu espizunhei, eu fiz o povo se levantar pra não botar essa salgema aí. Porque é uma indústria poluidora, e a gente sabia que tinha aquele desastre em Bhopal⁴ que muita gente morreu, tudo. Então, é uma coisa que não é boa pra comunidade. E eu briguei muito. E a vida toda eu briguei no Pontal. A primeira cooperativa foi minha mãe que fundou. E eu fundei a primeira associação. Levamos pra todo o Brasil o filé. Levamos pro estrangeiro. Fomos as primeiras pessoas do Brasil a levar o bordado pra outro lugar. Então eu faço parte assim, intrínseca, do filé e da cultura do Pontal. [...] A lagoa eles colocavam, depois de trabalhado, os resíduo na lagoa. Eu briguei tanto com um bocado de gente daqui, que ela foi botada a num sei quantos quilômetros dentro do mar. Mas é assim, depois que ele faz todo o tratamento. Mas isso a gente não sabe quais as consequências lá fora né? Que ninguém procura, porque é uma coisa rica, agora tá se vendo que tá rachando lá no Farol, justamente por onde ele passa, por onde ele tira embaixo. Agora ninguém fala, todo mundo bota a boca na butija. Eu falo, eu continuo do mesmo jeito. Num tive privilégio nenhum. Eles boicotaram meu livro, fizeram tudo, quando completou 50 anos na escola, eu fiz o livro, fui pra inauguração [...] quando eles viram que o livro contava justamente as coisas errada, [...] aí sequestraram o livro e o livro não foi. O Ronaldo Lessa foi governador e me convidou pro lançamento do livro também, não foi lançado. Então é assim, sabe? Eu fui boicotada o tempo todo. No dia que eu morrer eles vão mostrar o livro, vão fazer homenagens. Eu já disse a minha filha: Vocês não vão a nenhuma homenagem, [...] porque eles não merecem. Porque eles vão se promover com a minha homenagem e eu não quero.[...] Os daqui ficam com medo [...] Hoje em dia as pessoas são coniventes. Assim, as pessoas que são os líderes são coniventes. [...] Tem medo. Eu nunca tive medo e vou continuar sem ter, porque agora que eu não tenho medo mermo, que eu sou velha. Tenho o aval de dizer ‘ela é velha’.

Diante desse relato, vemos que ao contrário do que falou Pedrosa sobre a falta de capacidade dos indivíduos da comunidade lagunar e do que falou o professor da UFAL acerca da passividade característica da identidade alagoana, Dona Dilma nos comprova que sim, há obstáculos diante de lideranças coniventes com a perpetuação da identidade apontada pelo antropólogo da universidade, porém sua própria existência já nos certifica de que a região lagunar não está fadada à pobreza e à passividade como Pedrosa afirmou em Dragagem. Perguntada se o alagoano valoriza o território:

Não, não valoriza. Quando eles chegam aqui, ele diz: “Eu num gosto disso não, eu gosto de renascença. A renascença é feita no interior de Pernambuco. A gente vende, eu faço, eu sei fazer. Mas não é a renda natural nossa. A renda natural nossa é o filé. E eles dizem isso. [...] Aí eu também sou... Como você já percebeu, eu digo:”É... Quem não tem cultura sempre... Eu digo assim, na cara mermo. [...] É quem não tem cultura não gosta não. Aqui quem tem cultura gosta.” [...] Se você me ofende... eu digo “é geralmente quem não tem cultura não gosta não, não sabe o que é cultura”. [...] Porque

⁴ Entre os dias 2 e 3 de dezembro de 1984, um vazamento de gás ocorreu na cidade de Bhopal na Índia, resultando na morte de milhares de pessoas.

existe aquele ditado ‘Santo de casa não faz milagre’. Geralmente você gosta do que o vizinho come, não o que você faz que é mais gostoso. Isso é coisa normal do mundo. Mas pelo menos fique calado.

Ao contrário do que achava Pedrosa em relação à necessidade de imigrantes com competência para criar riquezas na região, e que a riqueza era a necessidade principal para o desenvolvimento territorial, Brandão, por sua vez, diz que não estamos tratando de um povo de incapazes. Muito pelo contrário. Que temos um grande futuro quando conseguirmos sair dessa apatia paralisadora (BRANDÃO, 1917).

São necessárias algumas noções de higiene, uma certa instrução e maior repartição da terra, de modo que o trabalhador de enxada fique preso a ela, e não trabalhando em terra alheia.

A atual organização social é a causa essencialíssima da miséria do nosso povo. Existem outras, não nego, mas esta é a principal. (BRANDÃO, 1917, p. 144)

Essa organização social que Brandão cita é resquício da cultura da cana de açúcar que ainda marca e é atual na sociedade alagoana. O escritor alagoano ainda faz um projeto para o melhoramento da terra e do homem. Dentre as metas, vemos algumas que já viemos a discutir no presente capítulo: a dragagem (que viria a ser debatida mais uma vez na década de 60); proibição do curral de peixes (para proteção da reprodução); proibição da tiborna; proteção da mata. Mas, uma chama nossa atenção: “severas medidas terapêuticas, higiênicas e morais sobre os comedores de terra” (BRANDÃO, 1917, p. 145). Gostaríamos de dizer que não mais se comem terra. Talvez a Terra já os tenha comido. Porém, alguns ainda tentam dar fim a calunga⁵, que é aquele território, através de um bordado: o filé.

4.2 A rede

Os hidroaviões começaram a descer na lagoa Mundaú, sobrevoando os mangues e os navios podres. E de novo a lua engordava o mar obscuro, e a rotina da vida continuava gerando, entre gestos e palavras de sentido enganoso ou oblíquo, bolor e desesperança, o tédio e a morte. Artesão, o Tempo tecia a sua própria toalha de renda de labirinto.

Lêdo Ivo

“O filé já veio da pesca porque aqui é um lugar de pescador”, disse uma artesã ao PLEC, em 1980. A pesca e a prática de rendas e bordados na região lagunar foram e são a base econômica das famílias da zona lacustre. A “civilização da linha” ainda resiste, mesmo

⁵ Entidade espiritual que se manifesta como força da natureza, normalmente ligada ao elemento da água (mar, rios). No livro em apreço, é um tipo de redemoinho que se forma na lagoa, perigoso para pescadores.

com as ameaças que vem sofrendo: desde a agressiva especulação imobiliária, a poluição das lagoas, a desigualdade social. Na história local, a prática do bordado e renda entre mulheres, como já discutimos, servia para complementar a renda domiciliar e isso não mudou muito no passar do tempo. Como traz Lêdo Ivo, o Tempo ainda tece a toalha de renda.

Acreditamos que as fases de feitura do bordado Filé se assemelham com as fases de “construção” de um território, como trouxe Raffestin. Assim, nomeamos os tópicos do presente capítulo com as etapas do bordado filé: a rede e o bordado. Entretanto, para a produção da rede, é necessário o tear, molde ou muro, onde a rede será colocada para que fique bem tensionada, como uma tela. Fazemos a analogia de que o tear seria o espaço existente para a formação de um território, que vem a ser a rede: a ligação dos pontos; atores, que formam as relações de poder dão origem ao trabalho, a energia que será base, alicerce, para o bordado.



Figura 7. Tear e rede. Foto da autora.

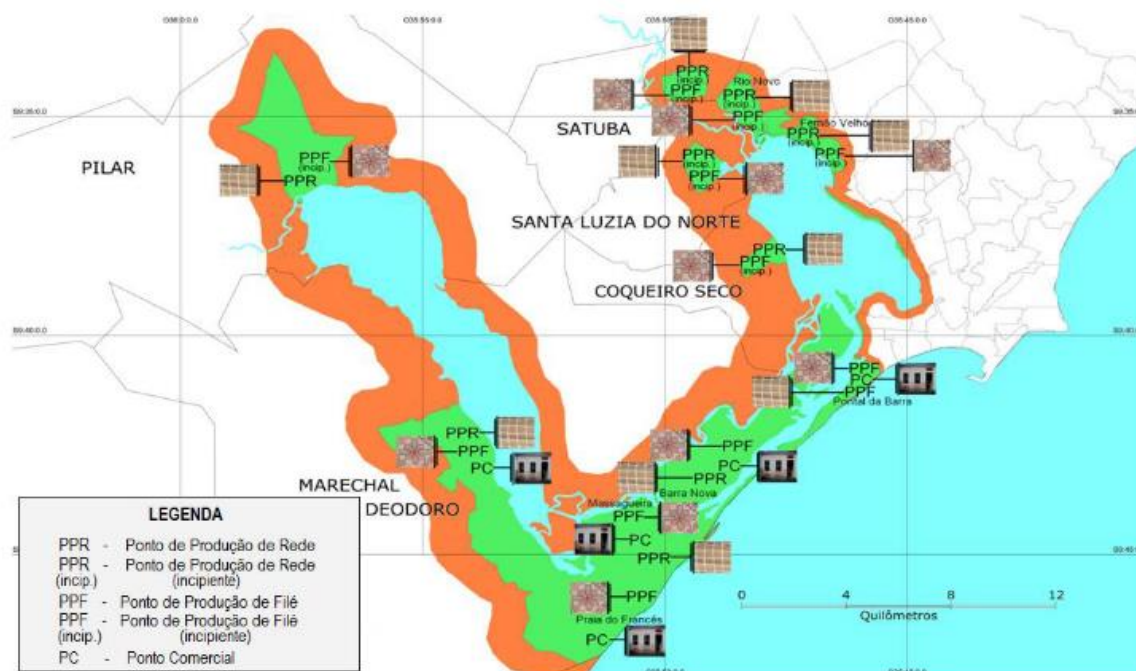
Na história local, o filé não é apenas um artesanato. Ou mesmo uma fonte de renda. É o artesão das gerações, o ator que tece a genealogia da comunidade lagunar. Não é difícil conhecer uma artesã que aprendeu com a mãe, que por sua vez aprendeu com a avó e assim por diante. “Quando as encomendas vinham, ela ficava muito sobrecarregada. [...] Aí ela me

ensinou, ensinou a minha irmã pra gente ajudar ela. Só que assim, isso era só pra ajudar ela quando tinha encomenda. A gente não fazia sempre.”, diz uma artesã.

A renda familiar era formada pela pesca na figura masculina e do bordado na figura feminina. Diante da época de defeso, seis meses sem pesca por conta da reprodução do sururu, peixes, camarão e afins, muitas artesãs dizem que eram as produções e as vendas do filé que seguravam as despesas da casa. Durante os seis meses de atividade pesqueira, as mulheres e crianças faziam peças que eram vendidas no fim do período de defeso e mantinha a família até a próxima estação. Dessa forma, o bordado era base de sobrevivência da população ribeirinha. Em Maceió, o Porto do Jaraguá servia como local de venda de muitas artesãs.

As senhoras mais velhas iam pro cais do porto, quando via o navio já sabia, vai chegar o navio. Aí as senhoras iam a pé pela praia, até o cais do porto. Chegava lá, o capitão do navio que comandava deixava elas subir, elas expunha, aí os marinheiro comprava e levava pra vender em outros lugares. Depois vinha já as esposas dos capitão, dos maiores do navio, elas vinham e levavam pra vender. E depois, já tinham hotéis aqui em Maceió, então as pessoas vinham pro hotel, e do hotel contratavam um carro e vinha aqui comprar. [...] (Artesã)

É de fundamental importância observar como a cadeia de produção se formou a partir da geografia local. Vemos abaixo, um mapa mais detalhado do que chamamos de Região das Lagoas Mundaú-Manguba, ou o Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba, onde é forte a cultura da “civilização da linha” que deu origem ao filé.



Fonte: Pesquisa *O Filé alagoano: etnografia de um processo de patrimonialização cultural*, 2011. Mapa adaptado por Janecléia Pereira Rogério (LACC/ICS/UFAL) a partir de original fornecido pela equipe técnica da SEPLANDE-AL, 2011.

Figura 8. Distribuição do sistema produtivo do filé. Fonte: UFAL.

Como explicitado no tópico anterior, a pesca foi se tornando cada vez mais escassa por diversos fatores. Com isso, a dinâmica de trabalho foi modificando a origem da renda familiar. Diante do aumento da malha urbana e construção da ponte Divaldo Suruagy, as figuras masculinas da família passaram a trabalhar em usinas de cana-de-açúcar, na capital Maceió, na Salgema ou mesmo em cargos públicos. O filé, por sua vez, continua sendo fonte de renda na comunidade lagunar e sendo importante na cultura alagoana.

Filé é uma renda que serve pra sobrevivência das pessoas. É uma profissão. Quem sabe fazer filé, não morre de fome.” (Artesã)

“É uma coisa que me relaxa. Tem gente que diz assim: “ah, isso é ótimo, é terapêutico”, mas eu digo assim: pra artesã que faz como forma de ganhar dinheiro não é uma terapia, porque você tem que dar conta daquilo, você precisa daquele dinheiro pra comprar o pão, pra comprar o botijão de gás. (Artesã)

Uma sobrevivência. [...] Ele ajuda muita gente, tira muita gente do fundo do poço. Chega uma vizinha querendo fazer filé, mas não tem o dinheiro pra comprar a linha, não sabe como começar, porque não tem o dinheiro, a vida não tá fácil. Aí chega eu: ‘não mulher, toma essa rede’; chega outra ‘vou dar o novelo da linha’. Aí você começa, aquela costurinha, dali dá pra você comprar linha de novo, aí cê vai... entendeu? [...]

Pra quem tem seu empreguinho, não é muito sobrevivência. Mas pra quem não tem [...] Tem muitas pessoas que vivem de filé. Muitas pessoas aqui em Marechal Deodoro tem suas casinha tudo a custa do filé. Eu sou uma delas. O que eu tenho hoje eu agradeço ao meu filé. Eu comprei meu terreninho com dinheiro do filé. Construí 3 casinhas, num é grande, é pequeno, tipo uma vila. 2 pros meus filho e a minha lá atrás. (Artesã)

Eu noto nesse tempo todo (...) que normalmente, não é de agora, as mulheres artesãs, todas elas são o arrendo da família. Boa parte. (...) Isso também é fogo, porque você não consegue uma produção de qualidade, porque a urgência e a necessidade é muito grande. Ao ponto que eu tô com meu produto aqui, ele vale 80. Mas eu preciso comprar o gás. A pessoa dá 70, eu dou. (...) A urgência é maior do que tudo isso. (Consultora do SEBRAE)

Apesar da afirmação da consultora do SEBRAE, de que as mulheres passam a ter bastante influência na renda doméstica diante de sua atividade como artesã, os dados do IBGE ainda apontam uma desigualdade de renda entre os gêneros.

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, segundo o sexo (em reais) (censo 2010)			
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	755,79	962,84	559,83
Alagoas	436,15	529,76	349,99
Coqueiro Seco (AL)	310,03	381,58	239,92
Marechal Deodoro (AL)	433,06	555,33	317,12
Pilar (AL)	311,35	402,09	228,22
Satuba (AL)	383,12	512,25	262,2
Pontal da Barra – Maceió (AL)	543,83	674,86	425,83
Fonte: IBGE – Censo Demográfico			

Apesar da igualdade entre gêneros estar longe de ser o ideal, podemos analisar que o bairro das rendeiras, o Pontal da Barra, tem 5% a mais de igualdade que na leitura nacional: enquanto a mulher média brasileira ganha 58,14% do rendimento de homens, a do Pontal da Barra ganha 63,09%. Essa margem positiva pode estar atrelada à fama que as rendeiras construíram no setor turístico, uma das principais atividades econômicas do Estado de Alagoas. Todavia, municípios como Satuba, Pilar e Marechal Deodoro seguem abaixo da linha nacional com 51,1%, 56,7% e 57,10%, respectivamente. A diferença entre Pontal da Barra e Marechal Deodoro pode reforçar as dificuldades que as artesãs deodorenses tem no escoamento de produtos que elas citam como uma das razões das rixas entre os municípios.

O PLEC nos traz em um de seus depoimentos que as mulheres continuavam fazendo o filé, apesar de algumas já terem profissões como professoras ou enfermeiras. Entretanto, como trouxemos no tópico anterior, Alagoas é o estado com maior índice de analfabetismo no Brasil e é claro que isso traz consequências graves, até mesmo na produção do filé.

É uma realidade. Várias artesãs sabem sim usar uma fita métrica, elas entendem que isso é uma medida universal, mas tem artesãs que ainda não conhecem uma fita métrica. Tem artesãs que não entendem que uma fita

métrica, que um 1 cm aqui em Maceió, em Coqueiro Seco, ou no Brasil ou no mundo. Que não há mudança de 1 cm, que aquele número é um número real e que não tem variável. Um centímetro é um centímetro.(...) Sabem até o que é uma fita métrica, mas não sabem utilizar a fita métrica. (Artesã)

Tabela 2 – Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)

Brasil	91
Alagoas	77,5
Coqueiro Seco (AL)	73,7
Marechal Deodoro (AL)	79,7
Pilar (AL)	77,3
Santa Luzia do Norte (AL)	79
Satuba (AL)	82,6
Pontal da Barra – Maceió (AL)	93,7
Fonte: IBGE – Censo Demográfico	

A maior taxa de analfabetismo da tabela acima é em Coqueiro Seco, o município conhecido pela grande produção de rede para o filé. O Pontal da Barra está acima da média nacional e segue a lógica do professor da UFAL de que o desenvolvimento está atrelado à urbanização, ao que em ambas as tabelas, as taxas são melhores na capital Maceió.

Diante desses dados, podemos observar que o cenário que Octávio Brandão e Jorge de Lima nos trouxeram não se modificou tanto quanto gostaríamos. No mapa da cadeia produtiva, é visto com clareza que Maceió tende a ter um maior escoamento de produtos diante da proximidade com o porto. De acordo com uma artesã de Marechal Deodoro: “Antigamente, a cidade aqui era muito precisada. [sem a Ponte do Suruagy ...] a gente dava graças a deus quando o povo do Pontal comprava nossa mercadoria.”

Atualmente, mesmo com a construção da ponte em questão, Maceió continua a ser o destino turístico mais procurado, perpetuando o cenário da cadeia produtiva, anterior à ponte, que poderia ser uma facilitadora para o escoamento de produtos e ampliação dos serviços e destinos turísticos da região:

Tem muitas artesãs aqui em Marechal que não trabalham em grupo, que não fazem parte de associação, preferem trabalhar em casa, produzir suas peça e levar pro Pontal da Barra que é o bairro das rendeiras. Muitas peças aqui de Marechal sai pra lá pro Pontal. Por que? Porque elas fazem entrega e recebe logo. Muitas vezes elas vende 50% mais barato do que as nossas, dentro da associação, porque é a vista. E a gente que trabalha com associação, a gente vai expor, esperar que venha o cliente, pra fazer vendas, e muitas vezes aquelas peças que a gente vende, demora muito. Tem peça que demora um ano pra sair. [...] (Artesã)

Aqui devia ser uma coisa muito maior [...] O pessoal querem vender. Porque a maioria da renda do pessoal vive disso aqui. Aí se deixar tudo aqui como é que você vai sobreviver? Ter o dinheiro pra você comprar linha, pra você trabalhar? Aí tem que sai pra onde? Pro Pontal vender, pra feirinha lá na Pajuçara, Ponta Verde... (Artesã)

Isso cria um certo desconforto entre as artesãs do Pontal da Barra e de Marechal Deodoro, a ponto de uma artesã deodorense afirmar que o bairro de Maceió é um polo industrial e que mantém uma cadeia desigual entre as artesãs, ao que as de Marechal Deodoro vendem, por um preço muito abaixo do valor justo por necessitarem do dinheiro para sua própria sobrevivência, às comerciantes e artesãs do Pontal da Barra ou em outros bairros de Maceió como Pajuçara e Ponta Verde onde se localizam a rede hoteleira da capital. Entretanto, uma artesã do Pontal da Barra afirma que: *“se a gente não vender, elas não produz. Então o bom é que a gente vende e elas também.”*. De acordo com uma servidora do estado que acompanha a região:

A antipatia que há, o problema que há é esse: as bordadeiras de Marechal, elas têm que submeter o produto ao Pontal pra que ele tenha melhor visibilidade e seja melhor comercializado. Acho que o que acontece é isso. (...) Eu acho que elas têm uma antipatia muito grande de ter que submeter o filé à Maceió, ao Pontal pra poder comercializar. (...) O polo disseminador é o Pontal da Barra em Maceió. Disso não há a menor dúvida. É lá que os turistas vão (...) Agora Marechal hoje tem um lugar que vende artesanato (...) Eles até têm um local mais organizado hoje em dia. (...) Mas nunca vai ser igual ao Pontal, porque o Pontal é um lugar de rota turística (...). É direcionado. Eu acho difícil alguém tomar esse lugar do Pontal.

A indicação geográfica exige a delimitação de uma região para reconhecimento de uma vivência que deve ser protegida. Diante do discurso acima, vemos que os representantes estatais não apresentam uma visão de desenvolvimento regional, pois ainda veem a posição de submissão da artesã deodorense à venda do Pontal da Barra. Presencia-se uma manifestação de competição entre municípios, quando os mesmos fazem parte de uma só região que necessita de políticas públicas que englobem tais comunidade como uma, dentre de suas diferenças. Para o professor Bruno Cavalcanti, antropólogo da Universidade Federal de Alagoas:

Uma das causas dessa rixa, do ponto de vista dessa mágoa, do ponto de vista das deodorenses, eu creio que se deva mais a passividade do poder local de criar as condições favoráveis né? Marechal... esses municípios estão muito próximos de Maceió para essas mulheres não terem uma logística que apoiasse elas se deslocarem para comercializar em Maceió esse produto. Então, são pessoas muito humildes, sem capacidade pessoal, individual de mobilizar, incrementar essa comercialização. Mas com muito pouco esses municípios poderiam alavancar essa pequena economia, que serviria até de movimentação econômica nesses municípios.

A construção da ponte Divaldo Suruagy não foi necessariamente benéfica para as artesãs de Marechal Deodoro que ainda tem dificuldade de transitar entre os dois municípios pelo custo do transporte. Apesar do potencial turístico que se observa em Marechal Deodoro e a praia do francês, localizada no município, ainda não se percebe o investimento no setor por parte da gestão do governo municipal:

Falta incentivo do prefeito, do secretário. Eles não ajuda. [...] Eles deveria fazer alguma coisa pro turismo entrar. Ter alguém pra trazer turista aqui.[...] Arrumar feira pra gente viajar. Tem gente aqui que viaja pra longe, mas a turminha dele. Individual. Aqui tá cada um por si. Não tem união. É um querendo ser maior que o outro, querendo ser dono. Outro não quer mais receber ordem, não quer ficar por baixo. Não estão mais acreditando nas palavras, palavras que são ditas não são mais cumpridas. De todos os lados, do grande ao pequeno. (Artesã)

Uma andorinha só não faz verão. A gente não pode se organizar sem a ordem do prefeito, sem ajuda do secretário. Se a pessoa tivesse dinheiro pra fazer isso, o que quisesse, promover viagens, feiras, isso aquilo outro, não precisava tá aqui, nera nem artesã. Tinha dinheiro, pra quê tá aqui pra fazer isso? E quando alguém vem e propõe uma ideia aí vem outro e derruba. 'Oia, vamo fazer isso, vamo se ajudar, cada um dá uma partizinha, [...] a gente paga a prefeitura, não aqui, vamo em Maceió, [...] tem a faculdade [praça], tem tanta coisa lá [...]. Não precisava levar tudo que tem não. [...] Mas aqui cada um faz o seu. Uma andorinha só não faz verão. Não tem união. Todos quer mandar. (Artesã)

Diante desses relatos, é fundamental observar a falta de união entre as artesãs. As relações de poder entre as atrizes territoriais, que já são dissimétricas pelas condições geográficas e econômicas locais, são agravadas pela dificuldade de associativismo. O Boletim Alagoano do Folclore (1988) traz que:

Mesmo com a existência da Cooperativa Artesanal do Pontal da Barra, poucas são as filezeiras associadas. Há um clima de descrédito quanto aos objetivos da Cooperativa e algumas filezeiras não concordam em aceitar o esquema da associação, ou seja: receber a linha e entregar o trabalho pela metade do preço real de venda. Isso vem concorrendo para a disseminação das lojas de artesanato que praticamente ocupam todas as casas margeantes da via de acesso e na praça local. (LOBO, 1988, p. 52)

O PLEC nos traz relatos dessa cooperativa e dos conflitos resultantes de sua fundação:

- Quem fundou a cooperativa foi a SUDENE, em 68. Ela dava todo material à cooperativa, dinheiro para compra a matéria prima e ficou funcionando na praça [...]

- O movimento daqui, da cooperativa, era grande. Os turista vinha procura a cooperativa, nós tinha os trabalho vendido, então elas viro vantagem, a cooperativa vendendo, e eles acharam com certeza que não tavam ganhando bem. Porque o que a gente podia fazê era pagá mão de obra. [...] Antes da cooperativa não tinha esse movimento de filé na porta, tinha não. Agora, depois da cooperativa prá cá, foi que houve esse movimento. [...] E depois da cooperativa prá cá, foi que começou esse movimento de turismo aqui no Pontal, que turismo aqui não tinha não.

A cooperativa tá inscrita lá no Rio de Janeiro e o pessoal quando vem aqui pro Pontal, procura logo a cooperativa. Mas aí na frente o pessoal logo diz: acabou-se, faliu. As próprias sócia mesmo diz.

- A cooperativa só existe de nome. A cooperativa foi uma experiência negativa, não pelo povo do Pontal, mas sim pelos dirigentes da cooperativa, aqueles que vivem lá na cúpula, sabe? Cooperativismo mesmo... que eles não são pessoas que tem capacidade, para desenvolvê um trabalho que é a cooperativa. Porque cooperativa é um trabalho muito bonito, em que todo mundo trabalha na mesma finalidade, mas que eles num atinge isso. Eu via, porque eu fui a toda as reunião, as primeiras reunião, com um doutor lá de

Maceió e outros daqui, e que seria o seguinte: teria uma assistente social e a cooperativa seria para rendeira trazê rede e linha da cooperativa. Cá faziam a rede, elas então buscava linha, rede, agulha... faziam o filé, depois entregavam por aquele preço x. A cooperativa vendia mais caro, no fim do ano seria feito um balancete, e vê quais as rendeiras, quem rendeu mais pra cooperativa e então aquele lucro, dividi pelas pessoas que trabalharam. De acordo: se eu trabalhei mais, ganho mais, se você trabalhô menos, ganha menos. Mas durante uns 5 anos, essa cooperativa veio se mantendo, e nunca se dividiu lucro nenhum. E nos primeiros anos vendia, porque era a única casa que tinha com portas abertas que vinham turistas pra lá, sabe? As outras era assim na porta, por exemplo, eu tinha uma costura, chegava um turista parava na minha porta, eu vendia. Mas não era de portas abertas com nome artesanato, não. Só a cooperativa que vendia assim, então a cooperativa teve muito lucro. E se tinha feira Nacional não sei aonde, aí vinha o Doutô não sei quem, não sei quem, e as pessoas que ele mandava, levavam aquele monte de costura. Aí acabou-se: aquelas costura não via mais o dinheiro. Nunca houve repartição. Nunca dividiu os lucros, quer dizê só a cooperativa que ficava com os lucros, só a cooperativa, então não era cooperativa: era instituição, né? Que tava somente se beneficiando e não beneficiava as renderas, as renderas desistiram. Ora, se vendia a uma senhora dessas que tem artesanato, mais caro... Se na hora que eu acabasse, aquela senhora ali tinha e dizia – eu pago mais 10 cruzeiros, é claro que eu vendia, né? Na cooperativa não tinha lucro nenhum... E assim foi, por isso que a cooperativa não está se mantendo. Ela tem o nome de cooperativa. Existe lá, tem o material dela, tem o documento, mas que ela funciona, não. De jeito nenhum. (COSTA, 1980, p. 217)

O documento acima traz relatos sobre a resistência em cooperativismo existente na região, não somente no artesanato, mas em toda sociedade, vide as dificuldades na Colônia de Pescadores do Pontal da Barra:

E depois, não sei se também devido a poluição da água e não ter muito peixe, aí a Colônia não arrecadou nada. E em contraposição a Colônia também não dava nada aos pescadores. Aí se criou aquele círculo vicioso: a Colônia não tinha com que se manter, e os pescadores não eram atendido e daí, ficou aquilo se afastando. Ninguém queria mais pagá, como não pagam... Existe a Colônia, tem presidente, tem tudo, mas ficou aquilo sem nada.

— Quando eu fui presidente da Colônia, arranjei muita coisa pros pescadores. Mas depois eles deixaram de pagar. Entenderam qui num ia mais pagar o da Colônia e ainda disseram qui o dinheiro eu ficava prá mim. Eu cuidava daqui e da Barra Nova. Daí eu larguei. Quando vi que iam fazer uma comissão pra mandar eu ir embora, larguei. Butei os documentos embaixo do braço e saí. Agora tá aí a Colônia, num vai mais prá frente, abandonada. Também num tem peixe mais que dê.... (COSTA, 1980, p. 200)

Perguntada sobre a dificuldade de associativismo presente nas literaturas locais, a presidente de uma associação de Marechal Deodoro relata que a adversidade persiste:

Ainda persiste. Porque dentro de uma associação, ela tem que ter a parte da diretoria. Aí muitas pessoas, acho que pensamentos mesquinhos, acham que, a diretoria, o dinheiro que entra, é pra diretoria. [...] Em 2006, quando a gente fundou a associação, a gente tinha SEBRAE, a gente tinha apoio da casa da indústria, tinha do município, pouco, mas tinha, e outros que procuravam a gente. Com projetos e mais projetos que a gente participava. Aí ali entrava dinheiro. Mas o dinheiro que entrava era pros custos de uma associação. [...] Pensa que o dinheiro tá indo pra tesoureira. [...] Outros grupos passam pela mesma dificuldade. [...] A nossa associação se mantém hoje da mensalidade

que é pago, que é 10 reais o valor e dos 10% em cima de cada peça vendida na associação.” (Artesã)

“Eu fazia parte da AMUR. [...] Naquele tempo, por causa de inveja, sabe? Me aborreci, entendeu? Aí eu me afastei. Porque a gente recebia encomenda. [...] Aí o degrau de cima recebia as encomenda, passava pra nós, a gente fazia, tinha prazo pra entregar [...]. Levava, vendia, quando ia passar pra gente, desconto disso, desconto daquilo, chegava pra nós, ó. Aí eu não quis mais fazer parte. (Artesã)

Eu acho assim, quando uma associação, ela se restringe só aquelas pessoas que tão lá dentro, que se monta uma diretoria, o que nós tem que aprender e saber é que uma coordenação não é dona. Pode ser em qualquer lugar que você faça. Na nossa casa a gente coordena, a gente não manda, a gente tem opinião do marido, a opinião dos filho, né isso? Numa associação é a mesma coisa. Eu posso tá lá como presidente em um ano, depois... [...] Mas eu posso tomar posse hoje e amanhã ser retirada. Porque a coordenação, ela tem que trabalha para o benefício de todas as associadas. E se tem pessoas lá fora que querem entrar, elas tem que passar pras associadas que tem mais uma pessoa que quer se agregar. Agora, que quando a coordenação se fecha, e as associadas elas não tem autoridade, [...] pra mim ela deixa de ser uma associação. Ela passa a ter uma dona. [...] Não sei se chega a ser autoridade. [...] A gente chama panelinha. [...] Se eu sou dessa associação, eu não chego perto dessa diretoria, eu não tenho opinião, eu vou falar mal dela lá fora, quando eu sair. [...] Se eu faço meu material, e eu tenho onde vender, sem eu precisar tá dentro de uma associação, pra quê eu vou tá lá? Porque fora daqui tem espaço, lá fora eu chego com minha mercadoria, vendo. Daqui a 30 dias eu venho buscar o dinheiro. Então num é tanto bloqueio que tenha mais, mas possibilidade de você achar que fora de uma associação você tem mais lucro. E se olhar direitinho você não tem. [...] Porque você vai vender seu material lá fora por menos do que você deve vender o seu material. (Artesã)

Além de apontarem a dificuldade de associativismo entre as artesãs, os relatos corroboram a dependência das artesãs de Marechal Deodoro à comercialização de seus produtos, num valor mais baixo, às artesãs e comerciantes do Pontal da Barra e de outros bairros mais turísticos da capital Maceió. Uma dependência justificada pela necessidade. A dificuldade do associativismo também é observada pelo Estado:

O Pontal é um lugar difícil de trabalhar, difícil de convencer. Então é paciência, é perseverança. (...) (Servidora do Estado)

O alagoano, ele não se cooperativa. É uma característica da formação do nosso povo. Outra vez o problema não é o Pontal, é uma característica nossa. (...) O povo é individualista aqui. Então, já vem dessa formação do povo e eu acho que eles não se entendem lá (...). Eu acho que eles têm um problema seríssimo de se relacionar uns com os outros. Eu acho que é isso que atrapalha o Pontal. (...) Eles não se ajudam. (Servidora do Estado)

E eu acho que tem algumas lideranças extremamente nocivas à comunidade. Lá no Pontal é uma coisa que a gente observa e não é uma observação só minha. Mas a gente observa assim que em algumas ocasiões que a gente quis fazer alguma coisa pro desenvolvimento do Pontal, algumas lideranças do Pontal atrapalharam. (...) Porque ou não está no poder, ou porque não tem interesse político e não tá no poder. A gente já viu isso acontecer mais de uma vez. (Servidora do Estado)

De acordo com a professora Rachel Rocha, o problema do associativismo é algo que criou raiz na sociedade alagoana:

A sociedade é desorganizada, né? E a gente tem uma prática cultural de muita dificuldade em se associar. As práticas coletivas em Alagoas, elas geralmente se frustram. [...] Eu acho que tem a ver com a nossa formação territorial mesmo, política, onde as iniciativas de natureza coletiva sempre foram frustradas, né? Pense nos movimentos quilombo dos Palmares, né, arrasado, a destruição de grupos indígenas quando se chegou pra conquistar o território... mas quando você vai pro século XX, pra uma coisa bem próxima, você encontra também essa dificuldade dentro das agremiações culturais, então rapidamente eu faço um clube literário, mas eu já me desentendo com você, você abre outro, que vai se desentender, então essa profusão de clubes literários e de jornais ela reflete menos uma vivacidade literária e mais uma dificuldade do trabalho coletivo.

De acordo com o Boletim do Folclore Alagoano da década de 80, o turismo na região lagunar tornou o bordado mais popular, fazendo com que a produção que era caseira e reduzida passasse a ser feita em “escala semi-industrial” (LOBO, 1988). Dessa forma, o processo produtivo sofreu alterações consideráveis que refletem na cadeia produtiva até hoje. Ocorreu “redução no processo de confecção dos trabalhos tradicionais, já que cederam lugar àqueles de fácil comercialização, como as peças de vestuário” (LOBO, 1988, p. 52). No PLEC, um relato aponta a diferença de qualidade existente entre peças de filé: “Antes a cooperativa vendia trabalhos lindos, mas misturavam muito trabalho de 2ª... porque o filé é como a carne, tem de 1ª, de 2ª, de 3ª.” (COSTA, 1980, p. 218). Uma das características que se leva em conta, no que se refere a esse nível de qualidade, é o tamanho da malha, do quadradinho da rede. O filé de 1ª seria o da malha pequena, cuja rede, por ter quadrados pequenos, seria mais detalhado, mais rico em linha e cores. Pelo aumento de vendas de produtos de fácil comercialização, as peças de filé de 1ª foram dando espaço às de 2ª e 3ª por tomarem menos tempo e menos material para que pudessem sair mais rápido. Assim, o Boletim traz que:

A contradição fica aparente. De um lado, o interesse comercial; do outro, o prazer estético. Não somos apocalípticos. Mas talvez em futuro remoto seja difícil encontrar-se “um toalhado, um caminho de mesa, um jogo americano, etc.,” por absoluto desinteresse das filezeiras em produzir essas peças demoradas e de preços altos, que em parte, dificulta sua comercialização. (LOBO, 1988, p. 52)

Uma outra característica da cadeia produtiva que deve ser vista com cuidado é a terceirização da produção do filé. Por ser um produto que necessita de um tempo razoável para ser finalizado, as artesãs costumam terceirizar: uma faz a rede, outra preenche com os bordados. No mapa da cadeia produtiva mostrado anteriormente, podem ser vistos os polos de cada etapa de produção do filé. O município de Coqueiro Seco é muito conhecido pela produção da rede, que é vendida aos municípios de Marechal Deodoro e Maceió.

Isso já corrobora as relações dissimétricas na região: nessa terceirização, as artesãs de Coqueiro Seco e Marechal Deodoro recebem um valor menor do que o produtor do final da cadeia, ao que necessitam do dinheiro de uma forma mais rápida para que possam ter sua renda mínima para sua manutenção. Observamos no mapa que é em Maceió onde se escoam mais facilmente o produto, onde se tem mais pontos de comercialização. Para o antropólogo Bruno Cavalcanti:

[...] conseguimos perceber os problemas internos dessa área no que diz respeito à divisão do trabalho. Porque o crescimento do mercado do bordado criou uma segmentação interna na produção. Então você tem municípios, por exemplo, que produzem a tela, a grade, mesmo que saibam fazer o bordado. Essas pessoas estão na ponta dessa cadeia, numa situação de marginalização muito grande, são mal remunerados, mal reconhecidos, não gozam do prestígio que pode atingir uma bordadeira...

As modificações urbanas na capital e o aumento da atividade turística também trouxeram mudanças no bairro do Pontal da Barra, conhecido como o bairro das rendeiras, por ter se tornado um ponto turístico relevante para o artesanato local, com direito a passeios de empresas que levam os turistas para conhecer os produtos e a gastronomia local. Entretanto, esse crescimento não agradou tanto os já então moradores e artesãos do local:

Já tem pousada de gente da Argentina aqui. Que não devia ser, devia ser da gente. (Artesã)

Tem vários prédios nossos aqui que terceiros já estão usufruindo. (Artesã)

A maioria é gente de fora que tá infiltrado aqui pra ganhar dinheiro. (Artesã)

Tem uma mulher que tem 6 casas aqui de loja alugada e vende tudo da China. Aí a maioria das coisas que ela vende é da China. Aí eu acho isso errado. Isso daí, ela tem que vender lá no comércio. [...] Aqui é um lugar de artesã! (Artesã)

O chamado **industrianato** vem preocupando a comunidade de artesãs e representantes do estado. Em 2018, o jornal Gazeta de Alagoas trouxe a informação de que mais de 30% do artesanato do principal polo comercial do filé vem da China (FERREIRA, 2018). De acordo com uma artesã do bairro do Pontal da Barra:

Tira o lugar daquele produto típico da terra (...) Teria que a artesã legítima ser beneficiada de alguma forma, de não pagar esse imposto sobre o produto filé. Porque a partir do momento que os outros produtos fossem taxados com impostos, eles não ficariam no mesmo patamar que o filé, concorrendo com o filé, porque ele ficaria mais caro. (Artesã)

[...] você vê um trabalho desse [o filé] sendo tratado como um produto qualquer. Quer dizer, você compra um jogo americano feito de material sintético mais caro que um bordado todo a mão que uma mulher passa o dia sentada pra fazer uma peça e ela vende por 10 reais. (Artesã)

Para uma servidora do estado que acompanha a região:

Essa invasão da China é no mundo inteiro (...). Uma competição que não é muito leal. (...) A gente tem que combater não só mostrando isso pra população de lá, como também mostrando, fazendo campanhas, aí é uma conversa pra ter com o turismo, para os turistas valorizarem também o que é nosso.

Apesar da ameaça chinesa não estar presente somente na região em apreço, nos questionamos o que faz e fez a comunidade chegar ao ponto de vender tais produtos. Além dessa adversidade estrangeira, pela fama que o filé obteve no cenário nacional, o bordado passou a ter produções relevantes em outros estados, como o Ceará. Entretanto, como vimos uma artesã dizer que tem filé de 1ª, 2ª ou 3ª, os produtos de filé de outros estados não possuíam as características que as artesãs alagoanas tinham como requisito de qualidade: uma rede de malha pequena, colorido e rico em pontos. Como diz o professor Bruno Cavalcanti: *“Eu costumo dizer até que o filé alagoano policromático, ele é uma roupa da felicidade. Eu não conheço uma pessoa deprimida que vista um filé. Ele é um abajur, ele acende, ele sai gritando: olhe pra mim.”*. Dessa forma, as artesãs, o Estado e seus órgãos passaram a se preocupar com o futuro do bordado:

[...] pelo fato do industrianato do filé no Ceará. (...) Essa indústria do souvenir, da lembrancinha desgraçou nossas feirinhas. E concorre com o artesão. (...) Cada vez mais, esse artesão, que é do genuíno, que é do original, que é uma coisa que tá mais próximo do universo da arte, ele não tem espaço. (Consultora do SEBRAE)

Se fala muito de filé, mas pouco se fala que ele é um patrimônio imaterial e cultural de Alagoas. (...) Aí se compra o filé do Ceará, porque essas lojas vendem. (...) Não sabem qual é o verdadeiro, já perderam, porque isso foi perdido. Então isso tá sendo recuperado. Porque muita gente diz “mas eu queria comprar o filé, mas vem cá, como é que eu vou saber que filé é o verdadeiro?” (Consultora do SEBRAE)

Você não é impedido de vender o do Ceará, de jeito nenhum. Mas assim, faça um estande que coloque ‘Origem Ceará’, ‘Origem Pernambuco’, e faça um local que diga ‘Origem Alagoas’. (...) A pessoa compra a que quiser. (Consultora do SEBRAE)

O Boletim do Folclore Alagoano não queria ser apocalíptico, porém, o verdadeiro filé passou a ser cada vez mais difícil de ser encontrado. Preocupados com o futuro de um dos símbolos mais importantes na cultura do estado, instituições da sociedade, como o governo, a Universidade Federal de Alagoas, o IPHAN, SEBRAE e as próprias artesãs locais, buscaram proteger e salvaguardar o filé através do reconhecimento do produto como patrimônio imaterial do estado de Alagoas. E começou-se a investigar a história do filé na região para que se procedesse a patrimonialização. A professora Rachel Rocha afirmou, todavia, que:

A gente quando fez esse levantamento de fontes há uns anos atrás pro IPHAN, a gente tinha o direito de indicar algum elemento da cultura local que, ao nosso entendimento, tivesse uma pertinência de ser solicitado um pedido de registro pra o patrimônio imaterial. A gente enxergava bastante

bem o potencial do bordado filé. Mas como o bordado filé nunca foi uma atividade que entrou em risco, isso não interessou muito o IPHAN, que se mobilizam, se sensibilizam bastante por expressões culturais que estejam em desaparecimento, em risco de sumir. Não era o caso.

Esse detalhe não nos pode passar despercebido. O descuido em salvaguardar uma manifestação cultural pode ter sido agravante na situação em que o filé chegou. Nos preocupa esse cuidado tardio com os artesãos locais, pois põe toda uma comunidade em risco, não apenas economicamente como foi se percebendo, mas na própria construção de identidade. De acordo com Marta Melo, uma das consultoras do SEBRAE que acompanhou o processo:

Aqui em Alagoas, a gente tem, não por um amor às coisas do passado, que não é um perfil nosso, essa presença de preservação, mas todas essas técnicas, elas continuaram, sobreviveram por uma necessidade, por uma urgência de sobrevivência.

Observamos que o caráter de preservação cultural do bordado filé não é de manutenção, de proteção ou valorização, mas de amparo à uma fonte de renda pela urgência de sobrevivência. A antropóloga Rachel Rocha nos relata quando a comunidade lagunar e a sociedade alagoana começaram a se preocupar com o carro-chefe do artesanato local:

A presença de outros filés que chegavam no mercado turístico local como o de Fortaleza, que é um filé de baixa qualidade, porque ele é feito com um material muito aquém do que a gente faz aqui em Alagoas. Ele não tem a mesma riqueza de pontos, ele não tem o mesmo padrão de cores, no entanto, por isso tudo ele é um filé mais barato. Então esse filé, ele estava impactando muito o verdadeiro filé alagoano, né? Porque o turista chega, ele não conhece, ele vai em cima do produto mais barato, né? Então a gente já via isso com alguma preocupação, as próprias bordadeiras também, então é uma conjugação, vamos dizer de interesses e de percepções, tanto por parte delas, como por parte dos pesquisadores. E o SEBRAE também se sensibilizou, porque o SEBRAE, ele já vivia experiências com indicação geográfica, não na modalidade indicação de procedência, mas de denominação de origem também naquela região com o própolis vermelho. E ele resolveu comprar essa empreitada. E aí a gente conjugou esses esforços, né, com SEBRAE, da própria comunidade produtora e da universidade, pra bolar esse produto.

Dessa maneira, o que propulsionou a busca pela patrimonialização não foi a proteção da essência do habitar numa forma de resguardar a construção do indivíduo no espaço (a expressão cultural), mas a ameaça externa de produção econômica. No mesmo período em que se buscava essa patrimonialização do filé, o SEBRAE tinha uma diretiva de diagnosticar produtos com potencial de reconhecimento de indicação geográfica, como traz uma das consultoras do SEBRAE Alagoas:

Quando a gente começou, o filé tava no lixo. (...) Começamos a fazer um levantamento, foi quando a gente fez todo esse levantamento do filé. Quando a gente fez isso, o SEBRAE nacional lançou as indicações geográficas, o projeto. Isso foi... 2008, 2006, por aí. (...) Foi na época que começou a história da patrimonialização. (...) As meninas fizeram um ofício, as cinco associações, ele passou pro SEBRAE pedindo que o SEBRAE ajudasse para

a patrimonialização imaterial. (...) A iniciativa da patrimonialização foi delas, junto com o SEBRAE.

Porém, nesse período, o SEBRAE não contava com verba o suficiente para tocar o projeto das indicações geográficas junto ao que seria o de patrimonialização. Dessa forma, foi feita uma parceria de cooperação técnica entre o órgão e o governo do Estado para desenvolver o projeto de patrimonialização que viria a ser a base de produção dos documentos necessários para o reconhecimento da indicação geográfica.

O SEBRAE foi o carro-chefe. (...) Aí nós fizemos uma parceria com o Estado que repassou dinheiro pra que a gente desse andamento às ações. E o INPI passou uma série de documentos. (Consultora do SEBRAE)

Quando o SEBRAE Nacional abre de novo, para as indicações geográficas, recurso, a gente já tava com o filé mais do que andado. Aí a gente pega esse dinheiro exatamente pra gente fazer aquela parte do INPI. (...) A gente trabalhou tudo isso com o dinheiro do Estado e do SEBRAE. (Consultora do SEBRAE)

Tivemos a chance de acompanhar o processo de reconhecimento da indicação geográfica da região das lagoas. Realizamos oficinas direcionadas às artesãs do Instituto Bordado Filé acerca do que é esse dispositivo da propriedade industrial aplicado a um produto de artesanato; apresentamos experiências nacionais e internacionais, dentre outros pontos que esclarecessem a importância do signo distintivo para a região. Entretanto, ao irmos à campo para entrevistar as artesãs quatro anos após do reconhecimento, observamos que ainda não há um consenso na comunidade produtora sobre o que é realmente a indicação geográfica ou mesmo para que serve. E através dos relatos acima, podemos ver que o processo foi significativamente conduzido pelo SEBRAE e consequentemente sua visão de negócios e empreendimento, corroborando com a falta de participação ativa das comunidades envolvidas na gestão do projeto de indicação geográfica.

4.3 Bordado

E assim, o processo de reconhecimento se inicia. O SEBRAE começa a atuar na região, convidando as artesãs locais, como nos relata uma delas:

Fez um chamamento público para as artesãs da lagoa Mundaú e Manguaba, convidando essas artesãs para uma reunião, onde lá, a equipe gestora do projeto explicou o que era uma indicação de procedência, o que era uma indicação de origem e o que era uma IG. É claro que a gente saiu de lá sabendo menos do que sabia. Algumas curiosas como eu foi pesquisar na internet. E eu me apaixonei. (...) Poxa, isso vai aumentar o valor agregado do produto. Nós vamos ser mais conhecidas ainda por um produto bom. (Artesã)

Paralelo a atuação do SEBRAE com a comunidade, a Universidade Federal de Alagoas fecha parceria na produção do relatório que seria enviado ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial para o que viria a ser a oficialização do pedido de reconhecimento da indicação geográfica. Bruno Cavalcanti, um dos professores responsáveis pelo relatório diz:

[...] eu fiquei sabendo que havia da parte das comunidades, das associações de bordadeiras do CELMM, eles estavam demandando a colaboração do SEBRAE para obterem esse registro e eu vi nisso uma possibilidade da gente ter uma colaboração. Eu queria que os alunos tivessem uma experiência da prática de fazer uma pesquisa, com ressonância social, com retorno desse trabalho nas pessoas, de algum modo. (...)

Nós resolvemos fazer uma espécie de censo, uma espécie de levantamento de informações dessa população focado na produção do filé e pra isso a gente tinha que ter uma ideia mais global da vida dessas pessoas em termo de importância da renda obtida com o bordado e algumas outras informações sobre como era transmitido esse conhecimento e como era feito, praticado esse ofício.

Apesar do bordado filé ser encontrado em todo o Estado, o Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba se destacava na produção do filé. Como firma Rachel Rocha:

Onde a gente constatou a presença do bordado, e mais do que isso, a gente constatou a organização de uma cadeia produtiva, né? [...] Porque todos esses lugares que aparece na pesquisa, eles, têm pessoas que fazem filé. Mas eles se notabilizaram por um tipo de atividade, por exemplo: fazer só a rede, né? Ou comercializar, sobretudo. Então assim, a gente foi identificando que existia já mercados que, é... alimentavam outros internamente para que o filé, enfim, encontrasse no Pontal da Barra, que é o lugar que ele tem mais expressão de venda, essa visibilidade que ele encontrou. [...] Cada lugar desse foi se especializando numa ponta da cadeia produtiva, até a comercialização.”

É o que chamaram de **ressonância de notoriedade**. Para o professor Bruno Cavalcanti, a exclusão de alguns locais como Riacho Doce, um bairro litorâneo ao norte do município de Maceió seguiu esse pressuposto de fama:

[...] nós fizemos várias reuniões com produtores e com agentes culturais da cidade que de um modo ou de outro ou tinham produzido papers sobre o filé ou tem envolvimento com a cultura popular e ocupava funções importantes nesse campo. E muitas dessas pessoas se queixavam de que nós estávamos, por exemplo, deixando de lado Riacho Doce de fora. E eu contra argumentei, entre outras coisas, que além dessa necessidade da continuidade do território para colocar Riacho Doce, ia colocar Ponta Verde⁶, ou seja, eu teria que dizer que um filé feito no décimo andar de um apartamento na Ponta Verde, ele tinha legitimidade de obter o selo da IG se eu quisesse atingir Riacho Doce. Esse era um problema. E o segundo problema, pra mim o mais importante até, é que não há, apesar de existir um conhecimento e mesmo a prática, não há escala de produtividade fora do CELMM, ou seja, a indicação geográfica ela tem finalidades jurídicas e comerciais, ela é uma proteção comercial, **ela não é feita para um reconhecimento cultural**.

⁶ Bairro nobre na orla da cidade de Maceió.

O relatório produzido pela UFAL nos traz como se deu o processo junto à comunidade para a limitação territorial da cadeia produtiva, que seria protegida pela indicação geográfica pleiteada:

Através das reuniões com a presença das associações de produtores, e exibindo-lhes o recorte espacial pretendido inicialmente, esses sujeitos produtores, e também comerciantes em alguns casos, do bordado filé, nos apontaram os seus pares desconhecidos – numericamente mais modestos, é verdade –, residentes nos bairros do Trapiche da Barra, do Vergel do Lago, da Ponta Grossa, da Levada, do Bom Parto, do Mutange e de Bebedouro. Foram as próprias comunidades, através de seus representantes que atualizaram os limites da extensão do sistema produtivo do filé nesta área metropolitana do CELMM, apontando a existência de indivíduos produtores em meio às aglomerações nem sempre associadas com a produção do filé. Foi por meio de atitudes assim, alcançadas pela enquête empírica realizada no interior do CELMM, que chegamos a reconhecer que os limites até então sabidos e estabelecidos institucionalmente (através de cadastros de artesãos por órgãos estaduais e municipais) mereceriam a devida revisão e atualização.

[...] Mas sobretudo foi tomado como parâmetro o modo de vida característico do CELMM que vincula a rede de pescar com a rede do tear, isto é, a cultura da pesca e aquela do filé, tão ampla e eloquentemente exposta, quer pelas populações nativas quer pela documentação acumulada acerca de vida social e cultural na região das lagoas. (UFAL, 2012, p. 59)

Dessa forma, o resultado do processo de mapeamento englobou os municípios de Pilar, Satuba, Marechal Deodoro, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Maceió, especificamente os bairros banhados pela lagoa Mundaú, em especial o Pontal da Barra. Assim:

pela sua necessidade. Mais uma vez, vemos o perfil do indivíduo como o *animal laborans* de Hannah Arendt, que produz para sua mera sobrevivência. E isso reflete na forma como produz o filé. O “filé de 2ª ou 3ª” irá ser mais fácil e mais rápido de produzir, vender e conseguir pagar suas contas. Como resgatar então o “filé de 1ª” proposto pela patrimonialização e pelo possível reconhecimento de indicação geográfica em um território onde alguns indivíduos não seriam artesãos, mas trabalhadores do filé? Como afirma uma das representantes do estado que participou do processo:

Eu acho que foi a necessidade mesmo, eles precisavam produzir mais rapidamente pra poder vender mais rapidamente e comprar o pão do dia a dia. Foi por necessidade mesmo. Eu acho que eles começaram a ... eles perceberam ‘o turista vem, ele não vai saber a diferença de uma coisa ou de outra, vou fazer ele com menos pontos e vou começar de manhã pra acabar hoje de manhã mesmo’. Acho que foi essa falta de compreensão (...) falta de entendimento de que se ela passasse um tempo maior produzindo aquele filé com um material melhor, aquele filé poderia ter um preço maior também. (...) ‘Eu tenho que fazer, pra vender, pra comer’

E aqui nos indagamos: como esperar um desenvolvimento econômico a partir de uma indicação geográfica quando ainda nos deparamos com essa realidade? Diante da necessidade, a valorização da população e da artesã com ela mesma fica em risco, como relatado por uma bordadeira:

Olhe, eu me valorizo, que é a primeira coisa, eu sei que muitas colegas minhas não são valorizadas. Mas eu posso me dar ao luxo de estipular preços nas minhas peças de acordo com o meu trabalho. Hoje mesmo eu vi minha mãe vendendo um jogo americano a dez reais, porque tá precisando de dinheiro, você entendeu? Então assim, na minha própria família, eu vejo a situação financeira influenciar no valor do produto. É lamentável, mas é o que acontece na maioria dos casos.

Observamos, portanto, que não é um mero valorizar, mas a busca por sobrevivência. Anteriormente, vimos a citação do termo *industriano* e uma artesã falar que o Pontal da Barra era um pólo industrial. Isso influencia a visão do espaço público da comunidade e Hannah Arendt nos traz que:

Ao contrário do *animal laborans*, cuja vida social é sem mundo e gregária, e que, portanto, é incapaz de construir ou habitar domínio público, mundano, o *homo faber* é perfeitamente capaz de ter domínio público próprio, embora não possa ser um domínio público propriamente dito. O domínio público do *homo faber* é o mercado de trocas, no qual ele pode exibir os produtos de sua mão e receber a estima que merece. (ARENDT, 2014, p. 200)

Assim, foram diversas as razões que fortaleceram a perquirição da patrimonialização e do reconhecimento da indicação geográfica, que traria uma maior garantia e proteção comercial, agregando valor ao produto, que por sua vez, teria sua qualidade mais trabalhada através da salvaguarda do “filé de 1ª”. Entretanto, para a formalização do pedido de IG ao INPI, era necessária a união de artesãs em um organismo que pudesse representar a região. E

assim foi criado o Instituto Bordado Filé de Alagoas (INBORDAL). De acordo com a responsável pelas indicações geográficas à época no SEBRAE-AL:

A gente precisava de uma constituição jurídica pra amparar essa indicação geográfica. Aí vamo pensar o seguinte: você tem associação em Marechal, você tem associação no Pontal, você tem diversas associações. Qual escolher? Pra abraçar a indicação geográfica? Que critério a gente ia ter? Não tinha como! Aí foi quando, foi quando a gente pensou: vamos abrir uma associação para abrigar a indicação geográfica. Aí foi quando criamos o INBORDAL. E a gente teve muito cuidado desde o princípio pelo seguinte: teria que na diretoria ter participante de todas as comunidades, sabe? Teve esse cuidado. E aí, foi outro processo paralelo da indicação geográfica. Enquanto a gente produzia a documentação, a gente também formalizava elas. E aí deu tudo certo.

Entretanto, como já discutimos no tópico anterior, a história da região apresenta um passado conflituoso no que se refere a criação de associações ou cooperativas, e com o INBORDAL não foi diferente. É notório que o SEBRAE já tinha tentado trabalhar com outras associações na região, como foi o caso de uma no município de Marechal Deodoro, a Associação das Mulheres Rendeiras de Marechal Deodoro (AMUR). Todavia, a presidente nos relata os problemas que foram observados nessa parceria e o motivo de não ter evoluído:

As outras acabam me desanimando. Já corri muito pela associação. Mas as meninas ficam “[...] ninguém vê dinheiro da associação.” [...] O dinheiro da associação, repare o meu coração. Quantas vezes a gente trabalhando com o SEBRAE, eu tinha que seguir o estatuto e acabava não seguindo? Eu preferia levar chamada diante do SEBRAE em reunião, porque eu não fazia cumprir dentro da associação o estatuto. A mensalidade tem que ser paga mensalmente. Que é daquilo que se mantém o grupo. Aí eu dizia: não, a fulana precisou. [...] As punições. Uma vez umas que tavam no começo da fundação da associação, elas viram. Elas diziam que eu tinha o coração mole [...], não pode ter coração mole se quer ver a associação subindo. [...] Eu não sou associação.

A estrutura da associação (estatuto e afins) já não condiziam com a realidade local. Vemos nesse relato uma certa hierarquização onde o SEBRAE está acima. Observa-se ainda a passividade e falta de compromisso das associadas. A presidente ainda nos relata que nos momentos de reunião, as artesãs não participavam, “(...)parecem catenga⁷, só balançam a cabeça”. Porém, ao sair da reunião, conversam entre si, discordando do que foi decidido, ou o que era para ser decidido em grupo. Marcada por essa dificuldade de cooperativismo enraizada na cultura local, apesar da existência do INBORDAL para a formalização do pedido de reconhecimento, o instituto, que seria a representação de toda a classe de artesãs da região, ainda não consegue isso.

Assim, já era esperado que apesar de o entusiasmo que pode ter contagiado algumas artesãs no início, o percorrer das atividades de construção do Instituto enfrentaria as

⁷ Lagartixa.

realidades locais em pouco tempo. E isso é o que relata uma das artesãs que foi fundadora do INBORDAL:

No começo eram muitas, mas quando o funil começou a afunilar com a necessidade de participação. Então como eu falei anteriormente, as artesãs na sua maioria não querem compromisso, elas estão bem em casa, então elas não querem sair... ou às vezes querem, mas tem um marido que não deixa, tem uma família que não tem como deixar. Então para se formar esse INBORDAL nós tínhamos oficina às vezes 3 dias seguidos. (...) Isso tudo do bolso das artesãs. Isso pesa. Você pagar 3 passagens na semana, pesa. Então várias foram ficando pelo meio do caminho. E hoje em dia, tem o INBORDAL com esse pouco de artesãs, mas foram as que perseveraram, que acreditaram, que tiveram fé. É complicado? É. (...) Quando eu comecei a participar de associações, havia um temor pelos órgãos públicos de trabalhar com grupos de filé, exatamente por causa disso. Porque era realmente baixaria.

Para a professora Rachel Rocha, isso vai além. Sob o termo **cultura do isolamento**, ela explica essa característica que observamos na sociedade alagoana:

Cultura de isolamento, porque sempre essa dificuldade de ação coletiva se coloca na produção cultural local. Eu acho que isso também se estende para as outras coisas, de uma maneira generalizada, e no caso dos artesãos, eu acho que tem a ver com esse disciplinamento que o trabalho exige e que às vezes, essas comunidades não estão ainda adaptadas a isso.

Como foi constatado e que acordou a preocupação na patrimonialização do bordado, a produção do filé estava sofrendo um deterioramento em sua qualidade diante do aumento da atividade turística, com maior saída do produto em Maceió, o lugar com maior escoamento no bairro do Pontal da Barra, por exemplo, e pela necessidade das artesãs de produção mais simples e mais veloz. Logo, um disciplinamento e resgate do chamado ‘filé de 1ª’ ia contra a corrente que se formou pela necessidade de sobrevivência de muitas artesãs. O INBORDAL, como instituto que além da guarda da indicação geográfica também trabalha no resgate histórico dos pontos e do filé tradicional alagoano, tinha que estabelecer regras, critérios e um guia para determinar o que de fato era esse bordado tradicional e o que o faria ser genuinamente daquela região lagunar, que viria a ser o Caderno de Instruções do Filé – Um guia de como fazer o tradicional filé alagoano⁸.

O processo de criação do Caderno de Instruções do Filé foi essencial para a oficialização do INBORDAL e do pedido de reconhecimento da indicação geográfica. De acordo com uma das artesãs fundadoras que ainda está no instituto: “Nenhuma cláusula foi colocada ali sem tá numa reunião. Para a formação daquilo.”. A consultora do SEBRAE que auxiliou na criação do guia nos relata que:

⁸ Disponível em: <http://www.inbordal.org.br/static/files/caderno-bordado-file.pdf>

Nada é imposto. Na realidade a gente tá trabalhando os critérios que elas colocaram do bom filé, que é a malha, que é por isso as oficinas. Depois esse intenso colorido que foi a harmonia de cores, porque elas têm que entender como harmonizar cores (...).

Entretanto, uma funcionária do Estado nos aponta a dificuldade enfrentada:

A gente tá tratando com gente que não tem dinheiro pra comprar o pão de cada dia. E que o filé resolve isso no imediatismo. Hoje eu não tenho dinheiro pra comprar a comida dos meus filhos, vou vender uma peça de filé, fazer de manhã e vender a tarde. É isso que acontece lá ainda, entendeu? **É conscientização, é uma mudança cultural.** (...) Elas têm que produzir o filé mal feito pra poder ter o dinheiro imediatamente. Isso que é o grande problema. Quando elas entenderam que se ela fizer hoje um jogo americano bem feito, com muito ponto, preenchido com uma rede naquele limite que a indicação geográfica estabelece, mas que ela vai vender, que ela não vai vender por 10 reais, mas ela vai vender por 30 e vai ter mais 20 pra suprir os outros dias. Enquanto isso não for compreendido... Por algumas já foi compreendido. As do INBORDAL a gente sabe que... Isso já é uma coisa que elas entendem perfeitamente. (...)

O Estado, representado acima, aponta o cenário precário da vida das artesãs, que precisam submeter o valor de seu trabalho unicamente à necessidade de pôr o pão na mesa. Todavia, mesmo diante dessa realidade, o estatuto do INBORDAL traz que, para associação de uma artesã, é necessário o pagamento de uma taxa no valor de meio salário mínimo. De acordo com uma consultora do SEBRAE-AL que acompanhou o processo:

[...] e não são taxas baratas. E no percurso, algumas entraram já pagando. Que ninguém acreditava que isso ia acontecer, sabe? Acontece brigas entre elas? Acontece, ainda. Quem queria sair na vantagem, saiu do processo, sabe? Porque é um processo muito transparente que a gente passou o bastão pra elas.

As reuniões do INBORDAL eram realizadas na Ilha de Santa Rita, bairro no município de Marechal Deodoro distante do centro. Assim, muitas artesãs necessitavam pegar uma condução, o que já era de grande impacto financeiro para algumas como vimos anteriormente. De acordo com censo de 2010, a renda das mulheres de Marechal Deodoro era de R\$ 317,12. O salário mínimo valia R\$ 510,00. Logo, a taxa de adesão era de R\$ 205,00. 64,64% da renda da artesã pelo censo 2010. Além desse valor, as artesãs ainda precisavam custear a locomoção e material de produção. O sair na vantagem que o SEBRAE dá a entender é sair na vantagem de ter o dinheiro do mês para se manter.

A mudança cultural citada pela representante do estado vai além da criação de um caderno de instrução e um resgate cultural de valorizar o bordado filé. Uma artesã de Marechal Deodoro que participou do INBORDAL em seu início, mas que hoje não mais faz parte, nos relata uma das dificuldades que sofreu. Perguntada sobre a causa para a dificuldade na entrada de artesãs no INBORDAL, respondeu:

Aquela questão de se prender ao compromisso. [...] Porque lá a associação não é uma associação mesmo. É quase como se fosse uma microempresa: ou você vai naqueles dias, e tem que ir, porque os cliente que chega num aceita qualquer coisa, certo? Então você tem que se dedicar. No dia que tem encomenda você esquece que tem marido, esquece que tem filho, pra você dar conta e sair do jeitinho que o cliente quer. Aí muita gente não quer esse compromisso. [...] Aprendi lá a ser mais responsável, mais rigorosa.

Apesar de apontar a importância do INBORDAL e do seu trabalho ensinando o compromisso para as artesãs que tanto tempo passaram à revelia de algum tipo de organização, a artesã nos traz que sua experiência não foi boa, ao que começou a ter problemas de saúde diante da atividade que passou a ser semi-industrial, como já tinha apontado por Fernando Lobo no Boletim do Folclore Alagoano em 1988.

Porque como eu disse, quando a gente entra, é compromisso. É compromisso. E às vezes eu me via assim num momento da minha saúde, né, d'eu não ter tempo pra me cuidar. Aí tive problema assim de desmaio, d'eu tá nos espaços e desmaiando, e era aquela correria, eu tinha que dar conta. Eu não tinha tempo, assim, final de ano chegar com encomenda e ter que dar conta. Os meninos saía eu ficava, levava dentro do carro, entendeu? Aí todo mundo ia fazer churrasco e eu filé, entendeu? Então assim, foi o tempo d'eu conversa com o médico que me acompanha [...] “Seu problema é estresse. Não tem como dividir?” E disse: “não”. [...] Eu não só me envolvia com o IG, eu tinha, quer dizer, eu tenho outras coisas. Então eu saí do IG. (Artesã)

É interessante observar que apesar da indicação geográfica ter sido concedida apenas em 2012, três anos após a institucionalização do INBORDAL, as artesãs se referem ao instituto como “IG”, como se fosse algo à parte, um órgão único que não representa necessariamente a região, a indicação geográfica da região, mas uma organização independente. E confirma esse sentimento de não representação, quando diz que se via de forma diferente quando estava no instituto e quando estava atuando como artesã fora dele:

Eu me via como duas artesãs. Por que? Porque no INBORDAL eu tinha que fazer do jeito que o conselho regulador tinha decidido ali. E o que o cliente queria. E eu fora, eu sou a artesã que tenho condições de criar as minhas peças próprias e dar o mesmo valor a ela, eu mesma. [...] Eu me via como duas personagens. [...] A gente não pensou como no momento que a gente criou o estatuto como artesã. A gente pensou como máquinas. [...] A gente foi colocando regras, e regras e regras, “a gente não pode ser assim, porque se fulana for punida, se faltar isso...”. Porque eu fui vendo pelas qualidades das peças, primeiro. Pelos pedido que tavam vindo da Cantão. Que tem que ser assim... [...] Quem entrar depois do estatuto tem que pagar 30% do salário mínimo, pra entrar. E pra continuar tinha que passar pelo mesmo processo de nós, fundadoras. Toda formação que o SEBRAE tinha dado pra gente. Dada pelo SEBRAE. [...] A gente foi colocando essas regras e foi se esquecendo que a gente era ser humano. Aí quando chegou uma encomenda X, ‘Ah não, vai ter que pegar.’ Isso as meninas do SEBRAE fazendo pergunta pra gente. ‘E se eu tiver doente? Se eu não tiver condições de pegar?’ ‘Ah, mas se você tiver doente da doença normal, você tá doente das mão? Não. Tá doente dos pés? Não. Então tem que pegar quanto? 40%’ [...] Então tudo que tá lá, não foi o SEBRAE. Foram nós mesmas. E a gente fez sem pensar. A gente não pensou que nós era ser humano, pensou que a gente era uma máquina. E filé não se faz em máquina. Se faz em mão e tem hora e tem dia. Não se faz do dia pra noite. E tinha vez d'eu ir dormir 1 hora da manhã. E quando era 4

hora da manhã eu tava acordada no meio da casa com o tear na minha frente. [...] Será que realmente recompensa? Ficar nessa velocidade toda? Será que aquilo que você vai fazer pelas peça vai lhe garantir um plano de saúde? Que não acontece? (...) Ele representa a região, mas assim, eu mesma como artesã, eu digo assim, ele não me representa. Porque foge da minha prática. E um pouquinho da minha teoria. Porque como artesã eu preciso comer, eu preciso dormir, eu preciso descansar, eu tenho marido, eu tenho filho, eu sou dona de casa, eu tenho a minha família... E quando chega encomenda a gente esquece tudo isso. Porque chega com data, com prazo pra entregar.

O ritmo ao qual as artesãs se viram não era um ritmo natural e condizente com a cultura e história do território, característica que deveria ser verificada no reconhecimento de uma indicação geográfica. A artesã ainda relata que as associadas na construção do estatuto criaram as punições sem imaginar que fossem ocorrer com elas. Dessa forma, traz que apesar da boa intenção que se tinha ao criar o INBORDAL e garantir um instrumento de proteção como a indicação geográfica, elas, a comunidade de artesãs, necessitavam antes de uma orientação de como criar um estatuto e como fazer funcionar uma associação como a que se almejava dar origem, pois, apesar da sua existência e do reconhecimento da indicação de procedência, o INBORDAL ainda não consegue agregar as produtoras. E isso é observado na quantidade de associadas, que até outubro de 2018 era de apenas 29. Além disso, observamos que algumas artesãs ainda não sabem da existência do reconhecimento da indicação geográfica ou mesmo não entendem o instrumento:

Muitos artesãos não tem conhecimento que existe esse selo. Porque era assim, pro IG mesmo as pessoa se recusando a não ter ele, eu acho assim, que ter uma divulgação, acho que buscar a secretaria, chegar junto [...] Vamos buscar essas artesãs que não tão aqui dentro com a gente? [...]. (Artesã)

Boa parte das artesãs que fazem parte da AMUR, associação de Marechal Deodoro que citamos anteriormente, também fazem parte do INBORDAL. Como relatado pela presidente, há muita dificuldade entre as artesãs do município em cumprir as regras, tendo sido até considerada como ‘coração mole’. Questionada se havia possibilidade de unir ambos os grupos de artesãs, colocando a AMUR dentro do INBORDAL, cita essa dificuldade e traz o que faz o representante da indicação geográfica conseguir manter seu funcionamento a pleno vapor:

Lá no INBORDAL a diretoria toma pulso. A gente segue a documentação, o estatuto, os direitos e deveres, cada uma. É tudo cumprido. Aquela artesã que não cumpre, não está atendendo as necessidades do INBORDAL, ela tem uma punição. E às vezes, dependendo da punição, ou ela toma consciência de sair ou esperar que o INBORDAL venha botar ela pra fora. Dentro do INBORDAL nossa peça é valorizada também. Tem o valor e muito. Tem o SEBRAE que nos traz as capacitações, tem o pessoal da Círculo, tem a casa da indústria e várias outras empresas que trabalha diretamente com o INBORDAL. E lá dentro, a gente segue todo um padrão de peças.

A ideia que vemos nesse padrão remete à ideia de indústria citada pela artesã que deixou o INBORDAL por se ver como uma “máquina”. Queríamos entender o motivo de tantas artesãs da AMUR, associação mais antiga, terem ido para o INBORDAL, ao que sabíamos a dificuldade no sentimento e ação de se associar na região. A presidente nos respondeu sem pestanejar:

Aí hoje as outras tão vendo que a gente fica na correria, às vezes deixa de tá cumprindo o horário aqui pra tá lá, na reunião lá, e viu que a gente tava ganhando dinheiro, porque a peça lá sai bem mais cara do que a peça aqui da associação, aí também foram pra lá. Porque é uma forma de renda, né?

Presenciamos uma oficina de associativismo do SEBRAE no Instituto em questão. A coordenadora, ao explicar como deveria ser o relacionamento entre as associadas disse “Vocês são uma empresa. Precisam se ver como uma”. Esse posicionamento reforça uma visão empresarial na comunidade produtiva e não necessariamente de associação. Dessa forma, os gestores e pesquisadores que participaram desse processo apontam que diante do benefício financeiro através das atividades do INBORDAL, mais artesãs serão “conquistadas”, fazendo o ‘filé de 1ª’ e assim, pondo em prática o projeto de salvaguarda. De acordo com a professora Rachel Rocha:

A tendência é que isso se torne uma coisa... se se emplaca financeiramente as outras se sentem atraídas, porque o dinheiro resolve muita coisa, né? O dinheiro faz a pessoa se adaptar às situações. [...] quando isso dá um resultado financeiro, as pessoas prestam mais atenção, mas é um fato que as comunidades são desorganizadas, né?

Muitos artesãos nos trazem que, apesar do interesse da patrimonialização ter nascido na própria comunidade, não foi o caso da indicação geográfica, como vimos diante da diretriz que o SEBRAE recebeu do INPI. Uma artesã do Pontal da Barra, perguntada se participava do INBORDAL, responde negativamente e traz sua visão do que vê na atuação do SEBRAE na região:

Primeiro, vem o SEBRAE. O SEBRAE é um órgão que ele só quer receber dinheiro. Ele quer que a gente se torne um empreendedor pra pagar pra eles. Eu sou contra isso. Eu sou um artesão e um artesão não precisa ser de SEBRAE, pra mim. Porque quando eles vão fazer exposição, eles querem eles levar, pro lucro ficar pra eles. E eu sou contra. Então quando eu chego nesses lugares, eu só boto eles pra trás, aí eu num sou bem-vinda.

Pela natureza empreendedora do carro-chefe da indicação geográfica, não há necessariamente um trabalho de cooperativismo ou associativismo social, mas empreendedor. E isso pode ser observado no discurso de uma das associadas do INBORDAL:

Como hoje a gente já tem um selo, por enquanto a gente não tá usando por conta de uma impressora. Quando a gente colocar o selo, a gente quer as melhores artesãs. As artesãs, as mais antigas e algumas já tão condicionada a trabalhar de um jeito que o INBORDAL não trabalha. Então quando uma

artesanã chega no INBORDAL pra se associar, a gente mostra o estatuto, dá pra ela ler. Porque é uma empresa, o INBORDAL é uma empresa. Como qualquer associação, mas é uma empresa. A gente mostra, porque é como se você estivesse assinando um contrato. Você tem que pagar tudo...

Uma das consultoras do SEBRAE que acompanhou o processo antes do reconhecimento oficial da indicação de procedência corrobora a visão empreendedora no desenvolvimento do instituto e que serviu de alicerce ao grupo, influenciando na forma de atuação até hoje:

(...) você vê que elas realmente compraram a ideia. E você vê que naquele período já tava começando o sentimento de pertencimento delas. Talvez, nesse período quando veio uma encomenda de produtos muito grande, que elas viram que todo esse pedido começou por conta de um trabalho dos resgates dos pontos, talvez elas viram que tava tendo retorno. E que isso ia continuar, porque isso tava no início do processo. E já tava entrando muito dinheiro!

Entretanto, a mesma consultora nos traz um discurso que contradiz essa evolução no instituto a partir da entrada de dinheiro:

Eu não gostava do filé. Eu achava algo muito comum. Depois que eu comecei a ver o novo processo que elas tavam fazendo, aí você vê que é um produto diferenciado. [...] Então as que não entraram no grupo, elas querem ver o dinheiro já. O que é perfeitamente compreensível, porque quando não tem muita comida na sua mesa, você quer colocar comida na sua mesa. Você quer dar de comer aos seus filhos. Então isso é compreensível. Só que o filé que é da indicação geográfica, ele leva mais tempo pra fazer, ele precisa de um material melhor, então não é todo mundo que quer fazer, entendeu? [...] Quer o imediatismo. [...] Isso a gente trabalhou muito com as associadas: você não pode dar um desconto por dar um desconto.[...]

E diante desse alicerce, vemos a valorização do artesão e da cultura local ser posta depois da entrada de recursos financeiros, como traz o antropólogo Bruno Cavalcanti:

As pessoas podem perceber esse potencial de crescimento por vários caminhos, um deles é o retorno econômico. Tudo aquilo que gera renda e que essa renda se torna imprescindível, as pessoas aprendem a valorizar e lutar por elas de uma maneira mais efetiva.

Não obstante, vemos que quando a valorização surge a partir da renda, unicamente dela, perdemos os ideais do *homo faber*:

Os ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados à abundância, o ideal do *animal laborans*. Vivemos em uma sociedade de trabalhadores, porque somente o trabalho, com sua inerente fertilidade, tem possibilidade de produzir a abundância; e transformamos a obra em trabalho. (ARENDT, 2014, p. 156)

Diante da história, a qualidade do filé caiu exatamente pela renda ser imprescindível, pois é o meio de sobrevivência de muitos da região em apreço. O ‘filé de 1ª’ não permitia a abundância que a sociedade de trabalhadoras, as artesãs, necessitam como *animal laborans*. Arendt nos traz que “a maior parte da obra no mundo moderno é realizada sob forma de

trabalho, de sorte que, mesmo que o desejasse, o operário não poderia “trabalhar para sua obra antes que para si mesmo” (ARENDR, 2014, p. 175). Um relato que manifesta essa impossibilidade e produção de uma abundância para subsistir nos foi dado por uma artesã quando perguntada se ela mesma usava peças de filé: “Eu fiz um vestido uma vez pra mim. Usei só uma vez. Uma mulher gostou e eu vendi. A maioria do povo não usa. Tenho nada de filé. Vou vender pra ganhar dinheiro.”

E, como já discutimos no capítulo anterior, o desenvolvimento não é necessariamente econômico. Existem aspectos que devem ser levados em conta para que se possa conseguir um desenvolvimento territorial em que os indivíduos sejam parte, sintam e sejam protagonistas. Que tenham seus desejos e vontades realizados em conjunto com os atores que fazem parte dessa rede. E que no nosso caso, auxiliem os artesãos a bordar a rede. Vemos o SEBRAE como um dos atores. Entretanto, foi um ator que trouxe uma ação, no nosso objeto de estudo, a indicação geográfica, de maneira ‘de cima para baixo’. Sobre a atuação desse órgão, a professora Rachel Rocha nos relata a dificuldade que ele tem em projetos como o que vivenciamos na região das lagoas:

[...] a gente investe, investe, investe, quando a gente sai, justamente, esmorece. Porque parece que a comunidade, ela precisa de uma novidade ali, né, ela precisa daquela movimentação, enquanto aquilo tá acontecendo. É muito importante para essas comunidades o desenvolvimento de projetos, que alavanque, que traga uma novidade, isso movimenta muito a vida da comunidade produtora. [...] quando o projeto sai, com pouco tempo, parece até que se esquecem do que aprenderam. [...] De certa forma é como a gente, a gente precisa se reciclar. [...] tem que ter meios de fato dos poderes públicos de proporcionar isso, principalmente esses grupos produtores que têm uma formação profissional que não favorece a eles essas saídas.

É fundamental que a comunidade tenha meios de se reciclar, de ter contato com novidades. Entretanto, não podemos esperar para que ele chegue. A partir da realidade já construída ali, há possibilidades de buscar conhecimento que agregue e fortaleça as relações internas. Ao se buscar algo novo que não se coaduna com o local, há grandes chances do conhecimento se perder. Temos que lembrar que também estamos lidando com uma comunidade marcada por grandes desigualdades sociais, construídas à revelia do governo em um estado que tem o menor IDH do país. A professora continua e corrobora esse abandono estatal:

Mas numa comunidade produtora que faz aquele ofício né, daquela maneira tradicional, se não chegar um projeto que geralmente é uma ação de uma ONG ou do Poder Público, elas não se renovam.[...] É importante que haja políticas públicas para esse fim, até porque instituições como o SEBRAE tem limites do que eles podem fazer. Elas dizem “ah, a gente já tá cansada dessa oficina, agora a gente só vai dar mediante pagamento”, que é um problema porque elas ganham muito pouco. Uma comunidade, por mais que produza,

pra cada mulher daquela tirar um salário mínimo por mês é uma dificuldade, muito grande, entendeu? Então parece uma coisa absurda porque elas passam horas bordando todo dia e não conseguem tirar um salário mínimo. Então é muito duro. [...] De outra maneira, é muito difícil sair do próprio grupo uma atividade que renove aquilo, entendeu? Eu acho que a IG, por exemplo, todo o processo da IG deu uma balança na comunidade produtora como um todo, né? Mas a própria IG demanda a presença e ações constantes pra que ela se fortifique, se estabeleça, né?

As dificuldades nas gestões públicas também são citadas:

Não se trataria de impor de fora pra dentro essa solução, mas com certeza, eu acho que uma prática que seria extremamente benéfica seria se essas associações pressionassem os órgãos públicos que se envolveram com esse processo a cumprirem o que aparentemente estavam dispostos a cumprir quando abraçaram certas medidas. Por exemplo, a patrimonialização do filé, até hoje é um projeto não posto em prática. (Antropólogo)

Entretanto, vemos a contradição do que ele fala em não impor essa mudança “de fora pra dentro” quando observamos como se deu o processo de reconhecimento da indicação geográfica que não levou em conta os conflitos que existiam na região e que persistem por não serem resolvidos com o mero instrumento comercial. O professor continua e fortalece o discurso da falta de autonomia da população local ou de alguma forma de trabalhá-la:

Enquanto existir um agente mediador como o SEBRAE a coisa anda, porque é uma voz de fora pra dentro. Com uma legitimidade, com uma certa autoridade institucional, mas também intelectual, digamos assim, um saber técnico que se impõe sobre esse saber empírico e mais espontâneo daquelas pessoas que simplesmente fazem o que fazem. Agora, elas estão pouco a pouco adquirindo informações (...) que haverá de surtir algum efeito prático.

Questionada sobre a autonomia que a população poderia ter para que esse desenvolvimento fosse mais inclusivo, responde:

A gente não pode esperar que a própria comunidade resolva isso. E aí é uma coisa de sensibilidade dos poderes públicos, geralmente são insensíveis pra essas coisas. Não estão muito se lixando pra esse tipo de preocupação. Já vivem muito pressionados com questões de saúde, de educação, de segurança.

Entretanto, o poder público não tem se mostrado insensível apenas ao artesanato, mas também nas questões de saúde, educação e segurança da região. Se falta o básico para que as artesãs possam sobreviver, como valorizar seu produto como uma arte e não como alimento?

Perguntada sobre isso, a representante do estado nos responde:

A gente não pode é dar o dinheiro pra elas mudarem, né? Isso o serviço público não pode fazer isso. Nem ninguém deve fazer isso, entendeu? Como isso vai acontecer... eu não sei. Espero que elas consigam... faz parte da conscientização mesmo

Porém, a mesma representante fala que o Pontal tem uma riqueza que nem os artesanatos locais compreendem, mesmo diante da tradição, da beleza territorial e do potencial para demais atividades produtivas. Em seu relato, diz que o artesanato é um produto de luxo por

ser exclusivo e com grande carga de identidade local. Entretanto, como já vimos em relatos dos artesãos, a população local sabe sim da riqueza que produz, todavia, como valorizar da maneira como deve quando seus direitos básicos não são assegurados? A falta de condições básicas para seu desenvolvimento dificulda a potencialidade que os indivíduos possuem.

No primeiro capítulo, citamos a cesta de bens observada no Vale dos Vinhedos. A região das Lagoas tem um potencial que vai além do artesanato, mas que como já comentado no decorrer do trabalho, possui o turismo como principal atividade de renda, além do polo gastronômico pela piscicultura, que apesar da queda, ainda é destaque na região. A representante do estado comenta sobre isso:

Existe em sonhos, em diálogos (...) Sempre que há uma oportunidade a gente fala, mas não há um projeto efetivamente elaborado pra que isso aconteça desde que o selo existe. Porque esse projeto naturalmente só faria sentido muito depois do registro de indicação geográfica, porque a gente teria um forte argumento. (...) Precisa se definir uma sede pro INBORDAL, tem isso também. Eu acho que o que menos estimula a execução de um projeto nesse sentido de rota do filé é a falta da sede. A sede a gente tem o terreno já cedido pela BRASKEM, a gente tem o projeto, a gente só não tem o recurso pra fazer.

A indicação geográfica, que ao nosso ver, deveria ser apenas um atestado de vivência territorial, passa a ser visto como o único instrumento de desenvolvimento para a região. Para alguns representantes estatais, deve-se esperar o que quer que o dispositivo trará para que se possa investir no potencial turístico da região. A consultora do SEBRAE, que mais está próxima do INBORDAL ao comentar sobre a situação que o Pontal da Barra vem sofrendo a partir da entrada de terceiros que acabam descaracterizando o bairro, afirma:

Pessoas de fora estabelecem lojas e as pessoas daqui viram vendedores dessas lojas; pessoas que não tem nenhuma afeição a nada, vende qualquer coisa. Aqui vende até bilro do Ceará, vende renascença num sei daonde, (...) aqui vende-se de tudo. Aí tira a tipicidade daquele tempo que era só filé. Até acredito que você não teria só filé aqui, mas você poderia ter lojas melhores, com melhor apresentação e com uma melhor postura de mercado. Até pra tornar isso aqui numa coisa mais nobre, um pedacinho mais nobre, entendeu? Digamos assim, uma Trancosinho. (...) Uma coisa mais bucólica, uma coisa mais interessante, que fosse bem tratada do ponto de vista, assim, né... de restaurantes... não precisa ser aquela coisa só chique não, mas que seja algo que tivesse essa pegada. Uma pequena Olindazinha a beira mar, entendeu? (...) Uma pegada meio Paraty, uma pegada meio Búzios.

Mas aponta com pesar que essa cesta de bens que poderia ser vista a partir de uma transformação do Pontal da Barra, uma Trancosinho, sofre com a ausência do Estado:

Falta de percepção dos gestores públicos. (...) o desenvolvimento é territorial (...) é território. Se os gestores entendem isso, é o território? Então eu vou trabalhar todo o território. Todos vão ganhar. (...) Você tá com a faca e o queijo na mão e não está enxergando nada. É cego. Os gestores são cegos em relação a potencialidade da Indicação Geográfica em relação ao território.

E no processo de indicação geográfica, o Estado, de acordo com a consultora, apesar da cooperação técnica, não pode ser considerado um ator participante:

É um ator passivo. Ele nunca foi um ator ativo. Nunca. (...) Temos uma lei de patrimonialização. (...) O último item, (...) tem lá dizendo práticas para (...), as práticas e recomendações para que, como é que se diz, cada um dos entes possa melhorar e preservar o bem que foi patrimonializado. (...) É como se fosse um plano de ação (...). Elas estão fazendo [as artesãs do INBORDAL]. (...) O Estado é um defunto frio.

As artesãs, todavia, quando perguntadas sobre o Estado, apresentam como maior preocupação a falta de valorização por parte dele. É notável também a falta de políticas públicas de divulgação e destaque da cultura local, ao que muitos conterrâneos sequer conhecem movimentos ou expressões culturais:

Eu acho que eles poderiam valorizar mais o artesanato, não só o filé, mas o artesanato em geral do município. Porque as vezes a gente... a gente... nós como artesãos viajamos, vamos pra outro lugar, então a gente vê o artesanato do outro. E às vezes a gente nem pensa 'nossa, na nossa cidade ou no nosso município, tem aquele artesanato? Mas eu nem sabia!'. Às vezes a gente mesmo não sabe que tem, não sabe que a pessoa trabalha de um jeito diferente. Eu não sabia que tinha filé da palha de bananeira. (Artesã)

Eu acho que os meios de comunicação, que cuidam do turismo é o principal. Ele é o meio de comunicação entre a gente e o mundo. Agora só o que acontece é que o mundo vem e eles mesmos fazem a propaganda. O mundo. Porque os órgãos daqui não fazem não propaganda. [...] Tinha que ter panfleto tudo com a gente, revista com o povo do Pontal, com as criança, tudo né? Mas não tem. (Artesã)

O professor Bruno Cavalcanti se debruça sobre o assunto:

Por exemplo, como é que a gente poderia justificar a existência desses mestres da cultura popular, que nada ou quase nada recebem em termos financeiros, econômicos daquilo que praticam, e no entanto, insistem em fazer. Um mestre guerreiro, de reisado, que não desiste ou que não desistiu durante toda sua vida, levou até a morte, essa brincadeira? Você poderia responder que é porque gosta de brincar. Seria uma resposta insuficiente. Porque eu creio que o que eles perseguem é um reconhecimento, eles perseguem mais um retorno simbólico do que material, do que é econômico. E isso poderia se pensar também para o filé, eu creio que essa queixa, ou essa dificuldade ou essa vergonha, esse constrangimento pelo que se faz, não é apenas uma questão de má remuneração, de um retorno econômico insatisfatório. Eu acho que é também uma insatisfação com a pouca visibilidade, o pouco reconhecimento desse ofício como uma arte. (...) ... se as pessoas não tem visibilidade e reconhecimento, retorno pelo que elas fazem, elas esmorecem, elas são desestimuladas, e aí sobrevém, tão somente a causa econômica pra persistir. E evidentemente a conclusão vai ser que eu não quero que meu filho, minha filha viva essa situação. Eu faço isso porque não sei fazer mais nada. No entanto, se ela tivesse sendo convidada para que... sendo reconhecida, sendo estampada numa capa de jornal, ela talvez tivesse um orgulho que não permitisse esse pessimismo, por razões, digamos, aparentemente somente econômica. (...) É preciso divulgar mais pra comunidade essa riqueza, essa variedade de coisa. Essa queixa em relação aos locais, que não valorizam tanto quanto os turistas é normal. Porque na verdade, o turismo cria um mercado ampliado de compradores que você não

pode vislumbrar no mercado local. O filé não é um gênero de primeira necessidade, como alimento.

Vemos nessa fala a ideia de que se deve, portanto, esperar pelo retorno financeiro ao que, como vimos em Heidegger, é necessária a construção de um habitar, para a devida formação da essência. A partir do acesso e garantia de liberdade substantivas citadas por Sen, os indivíduos terão condições de construir o território, criando um espaço público inclusivo. Nessas condições, o sentimento de valorização e orgulho de manifestações culturais poderão se fortalecer a partir da participação mais ativa dos membros da coletividade e não necessariamente estarem suscetíveis apenas ao aspecto econômico.

Outros atores também são importantes na comunidade produtiva do bordado filé. Uma das associadas ao INBORDAL nos traz uma boa experiência com uma escola de música do município de Marechal Deodoro. Na busca por um local para dar um curso na cidade, o dono da escola de música Manoel Alves cedeu o lugar de aulas para o Instituto. Alegou que ajudar uma instituição que faria algo para o desenvolvimento das pessoas locais o deixaria feliz, pois as pessoas de Marechal Deodoro não deveriam esperar ajuda de outras pessoas, mas delas mesmas, o que reforça nossa ideia de fortalecimento da construção territorial pelos membros locais.

Como visto, o SEBRAE tem grande influência e ainda atua no INBORDAL. Questionada sobre a manutenção do instituto sem o auxílio desse órgão, as associadas afirmam:

O INBORDAL já está andando com os próprios pés. Mas o SEBRAE ia fazer falta. (Artesã)

Hoje em dia, ele nos deixa caminhar sozinhos. Quando nós, diretoria, vemos que o grupo tá um pouquinho, assim, soltando farpas, aí a gente chega ao SEBRAE: Olhe, tem condições de nos dar uma oficina? (...) que são as dinâmicas de agregação do grupo, pro grupo se unir mais. (Artesã)

Mas o Estado e os antropólogos que acompanham a região dizem que não:

Eu acho que se abandonar por completo, SEBRAE e iniciativas assim [se referindo a Marta Melo que auxilia na busca por editais], a chance de degrading é grande. É como se precisasse caminhar junto ainda um tempo e ter sempre uma motivação, um projeto, até que elas próprias possam correr atrás desses projetos, isso não é uma coisa fácil, pra uma pessoa que às vezes não tem nem a formação, não sabe como que acessa aquilo, que tem um monte de documentação que vem, do lado jurídico, certidões negativas [...]. Acho que se o SEBRAE tirasse os dois pés hoje, acho que o negócio não conseguia andar sozinho, sabe? (Antropóloga)

Provavelmente não, porque ainda se aguarda os resultados prometidos por todas as iniciativas. (...) A indicação geográfica ainda não deu o retorno que pode dar, porque nós não temos outras formas de apoio que ajudem a solidificar esse segmento. (...) Eles continuam sendo frágeis nas relações

comerciais, nas relações políticas, na capacidade de demandar e serem atendidos pelo poder público. E isso sobrecarrega a tarefa do SEBRAE. Porque a sorte deles é que o SEBRAE é um órgão criado para os pequenos produtores. Se não fosse isso, eles estariam a regalia de si mesmos. (Antropóloga)

Tenho dúvidas. Penso nisso constantemente. Mas não vejo ainda como a gente sair. (Servidora do Estado)

Diante desses relatos, vemos certa fragilidade na estrutura do Instituto sem um ator externo, no caso o SEBRAE. Além disso, face uma comunidade com dificuldades de associativismo e cujo comportamento fomenta o individualismo, presenciamos determinado obstáculo na apropriação da ideia de indicação geográfica que defendemos aqui, um instrumento resultante de uma vivência que só protege ainda mais o habitar, por parte das artesãs.

4.4 A goma

Ao fim do processo de produção do filé, é necessário colocar uma goma, que dá consistência a peça. De forma análoga, entendemos que essa goma poderia ser vista como ações que fortalecem a rede entre os atores locais. Já vimos que a autonomia dos indivíduos não é suficientemente forte para que a saída do SEBRAE seja algo que todos sintam como possível na manutenção do trabalho realizado desde 2009.

Existe uma outra relação nessa rede que já discutimos e que preocupa na finalização do que seria esse bordado: as relações dissimétricas entre os atores locais diante dos polos de produção da rede, bordado e pontos de comercialização. Já foi exposto o conflito entre as artesãs de Marechal Deodoro e Pontal da Barra, e a característica da terceirização da produção, como exemplo o município de Coqueiro Seco que é famoso na produção da rede.

Seria esperado que não ocorresse esse tipo de distorção nessa cadeia produtiva e que a indicação geográfica não desse continuação a essa característica que claramente afeta a região e agrava desigualdades. A continuidade da terceirização na região também reforça as relações dissimétricas e perpetuação de uma cadeia produtiva na qual o ponto de comercialização sai como grande (e único) beneficiado. Todavia, de acordo com Bruno Cavalcanti, a organização da cadeia tende a ser mais benéfica com a indicação de procedência reconhecida:

A organização interna da cadeia produtiva ela não vai ocorrer de maneira espontânea. Ela precisa ser induzida por uma racionalidade econômica que o processo de IG traz em si. Eu creio que a grande contribuição da IG não é

apenas de assegurar juridicamente a qualidade do produto produzido nesse território demarcado, mas é também de tornar acessível pra essas pessoas, pra essas comunidades uma lógica, uma racionalidade dos negócios, que eles já estão em contato, só que de uma maneira perversa, ao existir esse fluxo, né, é um problema que existe não apenas dessa produção, mas em artesanato. O setor artesanal sofre, padece muito dessa distinção em relação a produção reconhecida como artística. O artista é alguém que estabelece um preço, mais ou menos desvinculado, digamos assim, das regras de comércio propriamente.

Entretanto, como a indicação geográfica vai mudar esse quadro se ela ainda não é assimilada pelas artesãs? Acreditamos que apesar da ajuda que esse signo distintivo possa proporcionar, como fala o antropólogo, o exercício de busca por relações mais simétricas deve ser praticado antes assegurar qualquer selo de origem ou instrumento externo à realidade local. Esse exercício é importante, pois a história local é marcada pela hostilidade em associar-se. Questionada sobre a rivalidade existente entre as artesãs de Marechal Deodoro e Pontal da Barra, Rachel Rocha responde:

Acho que a própria IG pode ser a grande reguladora disso. Porque na verdade o filé, ele não é o filé do Pontal, ele é o filé da região das lagoas Mundaú e Manguaba, então isso engloba inclusive Marechal Deodoro. Agora, é aquela coisa, né? Como Marechal, ela tá mais fora de um circuito, as pessoas quando vem pra Alagoas, vem pra Maceió, né? Eventualmente elas vão a Marechal por causa do patrimônio barroco, ou podem ir pra Penedo pela mesma razão [...] mas o forte do turismo maceioense, é aquele turismo sol e mar, né? Então naturalmente que as pessoas vão se concentrar a ir pro Pontal e o Pontal vai se notabilizando de fato como esse local de venda. Quem vende mais, termina por força do mercado impondo, de certa forma. Eu imagino o preço de rede que essas mulheres compram, deve ser bem mais barato também. Então assim, eu penso que a própria IG pode regular isso, no sentido de estabelecer os preços mínimos da própria produção pra que as bordadeiras de Marechal, que são excelentes, não se sintam assim, exploradas ou subpagas, porque o comerciante ele quer sempre ter um pouco da vantagem, um percentual a mais. E ele vai justificar isso de diversas formas. (...) Mas eu acho que isso é um desafio para a própria IG, né? Porque se um bordado pertence a região lagunar como um todo, né, e se o Pontal depende dessas mulheres né, do Coqueiro seco, de lá de Marechal Deodoro, eles vão ter que se regular também para que as pessoas não saiam insatisfeitas né. (Antropóloga)

Em um mesmo relato, vemos a indicação geográfica sendo um instrumento que pode solucionar problemas e que já possui desafios à frente. Entretanto, vemos que não cabe à essa modalidade de propriedade industrial o poder de dar fim a esse tipo de adversidade, tão intrínseco à história local. A terceirização e a presença de atravessadores, por exemplo, são aspectos que, por fazerem parte da realidade local até o momento, não acabarão diante da presença de um instrumento externo. A mudança desejada só poderá se iniciar quando os agentes locais, aqueles que possuem o poder de habitar, ou seja, de construir aquele território, assimilarem a relevância de dar fim, ou de minimizar, as relações assimétricas que prejudica o desenvolvimento desejado no território.

Numa região aonde as rendas das mulheres são desiguais entre os municípios que fazem parte da área da indicação geográfica em questão, a terceirização ainda é característica e continuará a ser, ao que é aspecto inconsciente que a região desenvolveu. Entretanto, espera-se que as relações comerciais possam garantir rendas mais justas para toda a cadeia produtiva.

O INBORDAL compra rede. (...) Infelizmente só temos uma associada de Coqueiro Seco (...), a única que tá no nosso grupo. Pra você ver: a gente quer tanto as rendeiras dentro do INBORDAL, que a gente não paga, a gente não cobra taxa de adesão, nem mensalidade pra essas artesãs, pra elas se incentivarem a entrar. Mas mesmo assim, como elas não são organizadas em associação, nem em grupo produtivo, elas não tem esse interesse. Por que? Porque de qualquer jeito, ela vai ter que se deslocar de Coqueiro Seco pra ir pras reuniões ordinária e extraordinária que é a obrigação que ela teria. Ela não teria a mesma obrigação que nós temos [financeira] em termos de pagamento de mensalidade (...) Elas tem um tratamento diferenciado, mas mesmo assim, há uma certa rejeição (Artesã)

É pesaroso observar que esse ciclo vicioso da terceirização permanece nesse cenário e não é uma proteção comercial, que ainda não é sentida pelos indivíduos da comunidade, que modificará essa estrutura alicerçada na cadeia produtiva local. Essa terceirização e a necessidade de produção mais rápida pela característica semi-industrial apontada por Lobo (1988), reafirma o fim da pluralidade e mudança da divisão de trabalho como entendíamos, como traz Hannah Arendt (2014):

A divisão do trabalho, mas que um aumento da mecanização, substituiu a rigorosa especialização antes exigida para todo tipo de artesanato. O artesanato é necessário somente para o projeto e a fabricação de modelos, antes de estes ingressarem na produção em massa, que também depende de ferramentas e máquinas. Mas a produção em massa seria, além disso, completamente impossível sem a substituição dos artesãos e da especialização por trabalhadores e pela divisão do trabalho. (ARENDT, 2014, p. 154-155)

A região que já contava com essa terceirização tende a ter as relações dissimétricas agravadas pela feição mais industrial que a região tomou a partir desse empreendedorismo que não segue a realidade local, sendo uma comunidade que ainda sofre com a falta de garantias básicas de liberdade para ser um artesão, *homo faber*; que diante da necessidade constantemente relatada de ‘ter que vender rápido e barato para colocar o pão na mesa’, faz do indivíduo trabalhador dessa divisão do trabalho que Arendt nos apresenta.

Alguns envolvidos no projeto, como a professora Rachel Rocha, acreditam que a indicação geográfica poderá pôr fim às relações dissimétricas, em especial às observadas na terceirização que é característica da cadeia produtiva em questão:

Acho que é muito cedo pra gente avaliar isso. Mas, uma coisa de certa forma tá vinculada a outra, porque o produtor, ele, se tá dentro daquele circuito, ali, ele vai se beneficiar diretamente de todo ganho, de todo avanço, de todo

percentual de reajuste que aquele produto tenha. Agora, isso não evita as distorções que você tá vendo: Marechal Deodoro acha que tá vendendo muito barato esse produto, que o Pontal ganha demais. Então, são essas distorções eu acho que ainda se encontram dentro da IG e que elas são equacionáveis pela própria IG, porque isso é um trabalho que tem que ser feito internamente uma vez que todas têm que ter o mesmo status, de bordadeiras com a mesma qualidade, que o propósito da IG é esse. Acho que é uma coisa a ser regulada pela própria IG. Agora, todo benefício que o produto tem, ele deverá repercutir, necessariamente, na vida do produtor, porque todos esses empenhos, seja de patrimonializar, seja de dar uma proteção comercial, eles visam a melhoria de vida das comunidades produtoras. Então não vai fazer sentido nenhum se a vida dessas pessoas não melhorarem economicamente. E é economicamente que tem que melhorar. Porque as pessoas não enxergam um benefício muito além disso se esse não vier primeiro. (Antropóloga da UFAL)

Entretanto, nos questionamos: como se ter o mesmo status diante dessa terceirização marcante da cadeia? Uma cadeia mais justa não vem depois de um melhoramento econômico se as condições sociais permanecem as mesmas. Esse discurso é o mesmo que observamos na década de 60 quando Pedrosa traz que “somente um país que formou riquezas pode sanear suas áreas e dar saúde a seu povo” (PEDROSA, 1960 – Livro sem paginação), sendo o oposto do que defendemos baseado em Amartya Sen no capítulo anterior. As mazelas sociais não podem ser resolvidas por um instrumento de comércio que está sendo posto sem uma preocupação social e cultural e com a ausência do estado, como já expomos em relatos das artesãs, de intelectuais e de consultores do SEBRAE que participaram do processo. Bruno Cavalcanti diz que:

Eu creio que existe muita coisa a ser feita pra que esse setor, esse segmento cresça. A indicação geográfica foi um passo importante, porque nessa região da lagoa, essa economia, ela tem um peso social grande que poderia ser melhor. São municípios paupérrimos, sem indústria, sem mercado de trabalho, com uma população vivendo praticamente do serviço público, da empregabilidade pública ela é muito reduzida; e de economias agrícolas e da piscicultura que andam de mal a pior. Seja porque existe ausência de terras para pequenas agriculturas pelo predomínio da cana nos tabuleiros, com os desmatamentos todos, seja porque as águas estão poluídas, a capacidade de crescimento econômico do setor pesqueiro é basicamente zero. Ele cai a cada ano. É um mercado de incerteza muito grande e não há sinais de educação ambiental que a gente possa inverter esse quadro.

O segmento não vai crescer a partir da indicação geográfica diante dessa realidade que o professor traz e que perdura desde 1917 quando vimos a mesma preocupação de Octávio Brandão em sua obra Canais e Lagoas. Entretanto, o professor continua:

Como o filé independente, de uma maneira indireta, do ecossistema, o filé propriamente, de outro lado ele está ligado a zonas de pesca. Se você retirar os pescadores, você pode levar suas famílias junto. A tendência atual é que as pessoas mudem de ofício e a economia do filé suprima a economia da piscicultura. Tem um lado bom e um lado horrível nisso, porque isso sinaliza para a poluição, sinaliza pra decadência do peixe, do camarão, da ostra, do sururu. Então todos nós perdemos com isso. Por isso que eu acho que a indicação geográfica, ela é uma coisa muito boa, não apenas para os agentes

diretamente envolvidos, os produtores do bordado, mas para a comunidade inteira, para nós todos. Porque a permanência daquelas populações ali significa a ocupação de parte do território por casas, famílias e comunidades alheias a essa especulação urbana no modelo do mercado imobiliário.

Todavia, como se manter se as questões básicas não são asseguradas? O bordado filé não pode, nem tem condições, de ser o porto seguro de uma comunidade vítima da violência social, ambiental e econômica presente na região. E como já dissemos no primeiro tópico, há uma especulação imobiliária forte no litoral sul do estado que abrange também aquela área. A duplicação da AL-101 que liga Maceió à Marechal Deodoro e a expansão da malha urbana para a região já trazem investimentos e já podem ser vistos diversos condomínios de classe média que não condizem com a realidade da população local, além do desmatamento para construção deles, como foi o caso do Condomínio Laguna. A permanência daquela comunidade ali pode se acabar diante da morte da lagoa e da presença agressiva desses condomínios. Causos como o do bairro Pinheiro já afetam bairros lacustres como Bebedouro e Mutange que estão dentro da Região das Lagoas, o que ameaça ainda mais a cultura do filé.

Como vimos, existe um potencial econômico na região não apenas pelo artesanato em si, mas pelo turismo; pela gastronomia; pela história, ao que Marechal Deodoro é uma cidade com grande acervo arquitetônico e musical; ambiental. O professor Bruno Cavalcanti aponta que isso poderia ser bem trabalhado através da IG:

A valorização do produto, a sinalização da existência nessa área, reforça formas tradicionais de ocupação. Essa área toda poderia ser, como já é, né, um polo gastronômico, um polo de lazer, com suas praias límpidas, a manutenção das suas lagoas (...) Você pode pensar num turismo sustentável. (...) Marechal Deodoro pode continuar sendo uma cidade bucólica, com suas atrações ligadas ao seu patrimônio arquitetônico, artístico e ecológico. (...) Você podia pensar em políticas públicas de despoluir lagoa (...) O problema todo é que os agentes públicos são mais comprometidos com esse segmento que destrói do que esses que querem manter o que já foi construído. O modelo de ocupação dessa área já se estabeleceu em 4 séculos.

Constatamos uma contradição: afirmam que a população não tem autonomia, que é necessário que se tenha alguma intervenção externa e que os agentes públicos não tomam consciência desse potencial, mas investem esperança unicamente em um instrumento comercial que pode tornar mais grave as relações dissimétricas que já existiam e não tendem a diminuir sem a participação de todos os atores territoriais e a garantia das liberdades substantivas apresentadas no capítulo anterior.

É importante, todavia, apresentar que o INBORDAL vem fazendo seu papel como propagador do resgate do chamado ‘filé de 1ª’. De acordo com a consultora do SEBRAE, é notável como ele vem atuando em algumas partes da região como o Pontal da Barra e entre

algumas artesãs de Marechal Deodoro, por exemplo, na melhoria de alguns aspectos que podem tomar outras proporções se a rede for devidamente participativa.

O importante é que a gente consolida a imagem da instituição, Instituto Bordado Filé como realmente elas vêm se consolidando através dos editais, que têm como missão a preservação, a preservação do bom filé. E isso elas têm feito através de oficinas e através de editais. A ideia delas e o projeto delas é ter uma sede própria, e nessa sede elas terem cursos, por exemplo, cursos periódicos, então, vamos dar um curso intensivo de um mês custa tanto, porque o INBORDAL precisa sobreviver disso: de qualificar. Pegar pessoas que sabem fazer filé, mas aprenderam de qualquer jeito e na realidade, passar pelo filtro de como se faz o bom filé. É tanto que tudo que elas fazem hoje, é imitado, o que é uma coisa boa, elas não gostam. No início não gostavam, eu digo: “não, só se imita coisa boa”. (...) Por exemplo, se elas fazem uma coleção, no outro dia o Pontal inteiro tá replicando. (...) Eu digo: “Que bom, porque vocês estão sendo a referência. (...) Olhe fulana, fiz igualzinho ao INBORDAL. Cobram menos, mas olhe fiz igualzinho. (...) Mas isso é bom e elas não percebem. “Ficam imitando a gente”. Eu digo: “Mas o papel de vocês, é o papel exatamente de regular, porque dentro do instituto tem um conselho regulador que é o INMETRO do filé. Que é quem diz se aquele filé é realmente o filé autêntico alagoano. E quem disse que era o filé autêntico alagoano? Fui eu? Não... Foram vocês. Porque a universidade passou um ano pesquisando. (...) O que mais elas apontaram que o filé tinha era: uma malha pequena (...) e colorido. (...) Foram vocês que definiram (...). Nós fizemos um fórum de validação no Museu Théo Brandão, aonde foi aberta a sociedade das filezeiras, às comunidades das filezeiras, elas apontaram se era aquilo ou não. Algumas coisas foram revistas, e sempre a discussão era sobre a malha. “Ah, mas é tão ruim trabalhar a malha pequena” “Sim, mas vocês definiram que o verdadeiro filé alagoano, a malha é pequena, então vai de quanto a quanto?” (Consultora do SEBRAE)

O resgate histórico de pontos e do ‘filé de 1ª’ é de extrema relevância na cultura local, entretanto, ao vermos esse ‘copiar’, nos questionamos se essa cadeia de produção passa a inserir a cultura globalizante da uniformidade, pondo em risco a individualidade que enriquece a pluralidade da sociedade de artesãs em questão. Sabendo que o INBORDAL trabalha com pedidos para grandes clientes e coleções que são lançadas duas vezes por ano, a riqueza do bordado e peculiaridades através da individualidade e criatividade de cada artesã pode estar em jogo? O INBORDAL pode estar, no fim das contas, alimentando o individualismo que padroniza e enfraquece a pluralidade da cultura em questão?

É notório lembrar a identidade de passividade da comunidade em questão. Essa passividade assegura a fragilidade do próprio habitar, ao que como vimos em Heidegger, o habitar é construir. O *animal laborans* habita, mas a construção é limitada, ao que sua energia é gasta no trabalho para comer. O *homo faber* é capaz de ter seu domínio público, logo, construir esse espaço público e assim habitar de uma maneira inclusiva, ao que o indivíduo possui a liberdade, como diz Heidegger. A partir da fragilidade do indivíduo diante dessa passividade, a identidade territorial, ou mesmo a autoestima que o professor Bruno Cavalcanti disse não ter nada a ser feito para acordar na sociedade alagoana, permite assim uma

comunidade que não se põe no mundo, não se vê ator, logo não habita na potencialidade que poderia. Assim, não haveria um artesão que faz um produto que merece ser protegido, mas um produto que faz o artesão comer. Logo, a indicação geográfica não protege o produtor, ela perpetua a exploração do produto sobre o *animal laborans*. “(...) este último é precisamente o caso do trabalho, atividade na qual o homem não está junto ao mundo nem convive com os outros, mas está sozinho com seu corpo ante a pura necessidade de manter-se vivo.” (ARENDT, 2014, p. 265)

A razão que mais se repetiu nos relatos é a de que o padrão construído, apesar de relevante na salvaguarda do bordado, não condiz com a realidade local, ao que não estamos tratando de artesãos com liberdade para fazer uma rede de malha fina, mas artesãos compelidas a fazer redes com maiores malhas pela necessidade de comer:

O importante é que em cada caso o processo é repetido por motivos externos a ele mesmo, distintamente da repetição compulsória inerente ao trabalho, no qual o homem tem de comer para trabalhar e trabalhar para comer. [...] O *homo faber* é realmente amo e senhor, não apenas porque é o senhor ou se estabeleceu como senhor de toda a natureza, mas porque é senhor de si mesmo e de seus atos. Isso não se aplica ao *animal laborans*, sujeito às necessidades de sua própria vida, nem ao homem de ação, que depende de seus semelhantes. A sós, com a sua imagem do futuro produto, o *homo faber* é livre para produzir, e também a sós, diante da obra de suas mãos, é livre para destruir. (ARENDT, 2014, p. 178-179)

No projeto de salvaguarda, o INBORDAL tem atuado através de um projeto, o Ponto de Cultura, dando aulas de filé em escolas públicas. A primeira escola onde o projeto tem sido posto em prática é a escola Silvestre Péricles, no bairro das rendeiras (o Pontal da Barra) em Maceió:

A gente veio pra escola, que é onde começa tudo. Então assim, no começo mesmo, você vinha praqui, você não podia nem conversar de tão alto que elas gritavam. Hoje em dia você vê elas concentradas, mais silenciosas (...) Não é você tá só fazendo o filé, é você interagir com a fita métrica, é você saber que tem que contar pra fazer o filé, é você saber... é você pensar num papel quadriculado, então você já está pensando em matemática. Isso dá uma interação junto a essa turma, a partir de 6 anos (...) de raciocínio diferenciado. Então, pra mim, o filé não é só um bordado (...) **A falta de interesse do poder público em empoderar essas pessoas com sabedoria, com aulas atrativas (...). Eu acho a educação precária demais (...)** Quando teve esses projetos dos pontos de cultura, que é o primeiro no Brasil que grupos culturais e artesanais estão dentro das escolas, que não é contratado pela rede pública, fazendo esse trabalho. Nós somos os pioneiros e você vê uma mudança numa sala dessa? É tão animador que você vê a postura, a mudança nas crianças com uma ação mínima dessa. Aí você tem mais certeza que tudo começa aqui. É dentro da sala de aula. (Artesã)



Figura 10. Aula de filé pelo projeto Ponto de Cultura. Foto da autora.

O contato de jovens com o bordado e a importância que ele pode ter na vida pode ser visto com a artesã Mariane de apenas 19 anos. Ela começou a fazer o bordado para auxiliar a mãe nas encomendas, mas acabou se debruçando no bordado de uma maneira que não esperava e fala sobre a resistência dos jovens ao artesanato, como disse o professor Bruno Cavalcanti sobre a busca de um trabalho mais ‘digno’ que fez afastar as novas gerações dessa arte:

Logo quando eu comecei a fazer, eu ajudava minha mãe, mas eu não gostava. Eu não gostava de fazer, eu preferia tá fazendo qualquer outra coisa e não gostava. Mas a partir do momento que eu vi que podia tirar dali, além do meu sustento, mas de poder viajar, não, eu vou tentar fazer, vou dar o meu melhor pra fazer [...]. Eu tinha o meu sonho de fazer faculdade. Só que eu não queria que meus pais pagassem. Tentei fazer uma pública, tentei entrar na UFAL, não consegui. [...] Hoje em dia as pessoas preferem estar em festa, as pessoas preferem estar em outro canto do que ficar sentado fazendo filé. E até porque eu acho que tem uma rejeição mesmo. Às vezes as pessoas não gostam que saibam que ela faz a renda. Prefere que não saibam. [...] Eu nunca tive vergonha de fazer, mas eu não gostava de fazer na rua. Não gostava. (...) Você ganha o dinheiro. É o seu dinheiro. É o seu trabalho. Quando você compra uma coisa com o seu esforço... (...) Sempre quis fazer pedagogia. Vai ser maravilhoso porque eu vou saber que eu investi o meu dinheiro, o meu suor, naquilo, uma coisa que vai me dar um futuro, que vai me fazer bem. Eu pretendo lecionar, mas eu pretendo também não deixar o filé. Quero continuar fazendo as duas coisas. (...) Pra mim ele tem uma importância muito grande, porque é dele que eu tô pagando minha faculdade. Porque assim, foi uma escolha minha, da minha mãe e meu pai não pagarem, eu pagar com o meu trabalho. Então pra mim é muito importante. (...) No grupo lá eu sou a mais nova. Dona Petrucia é a mais velha, a associada mais velha.

Então isso também tem assim... uma troca de geração, uma troca de conhecimento, então pra mim é ótimo. (Artesã)

A manutenção das novas gerações na arte do filé ainda enfrenta empecilhos, entretanto, Mariane é prova viva de que há caminho a ser percorrido para assegurar aos jovens a garantia de uma vida digna bordada no filé. O professor Bruno Cavalcanti ainda traz um ponto que seria interessante na inclusão de jovens na cadeia produtiva para a diminuição da figura do atravessador:

O comércio via internet, por exemplo, creio que nem exista. Esse e-commerce poderia ser uma saída grande para você envolver as novas gerações, os filhos das filezeiras que não querem aprender a fazer o filé, mas gostam de internet, então eles podiam entrar nessa cadeia produtiva desse modo, sendo os agentes de um comércio online, que fizesse com que diretamente do produtor esse bem produzido pudesse chegar a Europa, a São Paulo... Porque eles sofrem um grande... Eles são super majorados no preço local e o preço global que esse produto pode atingir. Uma toalha de filé nos Jardins em São Paulo é um absurdo em relação ao valor que tem aqui.

Entretanto, observamos um certo perigo nessa fala, assim como na fala da representante do estado de que as artesãs estão curiosas em relações a grandes grifes. Ainda percebemos exploração na mão de obra por parte de grandes marcas quando fecham parcerias com as artesãs de filé. Podemos citar, como exemplo, a Cantão, que diante de nossas observações e entrevistas, pagam por peça cerca de R\$ 30,00 à artesã, mas que o produto em sua cadeia final chega a custar R\$ 400,00. Uma das maiores designers de moda de Alagoas, Martha Medeiros, grande expoente dos bordados locais, com loja nos Jardins como afirma o professor em seu relato acima, chega a cobrar valores exorbitantes em suas peças com pequenas faixas de bordados.

A forma como o INBORDAL trabalha, aceitando encomendas de lojas como a Cantão, redes hoteleiras e afins, apresenta incongruências que mostram ainda certa fragilidade no cuidado com o bordado e o resgate histórico e cultural que se promete com a patrimonialização, e de que se espera a partir da proteção da indicação de procedência:

Muitas delas não querem se associar por tamanho de malha. [...] Aí fica aquela coisa: 'O INBORDAL só quer aquelas associadas', mas não é. A gente também tem que fazer valer o que tá no estatuto do INBORDAL. (...) No INBORDAL, a gente só pode usar até 1 e 3 por conta do estatuto. A não ser que o cliente chegue e diga assim: "não, eu quero numa maiorzinha". Mas aí é o cliente que tá lhe pedindo. Então também a gente não pode rejeitar uma encomenda só por conta disso. [...] Mas como é uma associação o que vale também é a opinião de todas. [...] E como a gente tem o conselho regulador, as peças que chegam com malha 1 e 5, dependendo do trabalho, ela pode até ficar, mas se for pra uma encomenda, ela não pode. (Artesã)

Vemos no relato dessa artesã associada ao INBORDAL um certo conflito entre a associação que protege e resgata o filé e a visão de empresa que se tem do grupo. Por outro

lado, uma flexibilização é apontada como positiva e que vem fortalecendo o sentimento de cooperativismo entre as associadas:

A gente fez uma flexibilização dentro do grupo. (...) Fazer filé é bom, mas nem toda hora tem encomenda. Quando uma artesã consegue algo fixo, isso foi uma coisa que eu sempre trabalhei com as artesãs dentro do INBORDAL, conscientizando elas disso pra ajudar as companheiras. Essa artesã precisa de uma ajuda, porque ela conseguiu algo fixo, ela tá com a carteira assinada. É um salário mínimo, mas é uma coisa certa dentro de casa (...), então vamos ajudar essa companheira? (...) Houve muita mudança entre as artesãs do INBORDAL (...) E só de você ver essa pessoa se desenvolver, é muito bonito. (...) Elas foram se fortalecendo. (...) O objetivo do INBORDAL, ele vai se moldando às necessidades do tempo. Hoje em dia, eu vejo o INBORDAL mais como um salvaguarda do bordado filé, do que uma associação para vender filé. Isso aqui não tem preço. (Artesã)

Esse relato demonstra o início de uma união que deve ser fortalecida para o bom uso da indicação geográfica, mas não dependente dela. Além do Ponto de Cultura, observa-se um empoderamento não apenas econômico, mas de autonomia entre algumas artesãs que fazem parte do instituto:

Tem artesã do INBORDAL (...) que ela se sente... eu digo assim, ela hoje tem uma consciência que se ela tivesse, talvez, se tivesse começado, a vida dela seria totalmente diferente. Não tinha casado tão cedo, não tinha tido filho tão cedo. (...) Mulheres que antes, elas dependiam unicamente do dinheiro do marido, elas começaram a ter o seu dinheiro. Fora isso, começaram a querer a aprender mais. Incentivo até pra voltar a estudar. (...) A Zefinha começou a ter aula a noite. (...) Ela tá aprendendo a ler e a escrever. Ela era analfabeta, ela não escrevia o próprio nome. Hoje em dia ela escreve e ela faz questão de escrever o nome dela. (Artesã)

Algumas artesãs também observam melhorias diante do resgate dos pontos e melhorias no processo de produção do filé dado com tradicional. O processo de indicação de procedência e patrimonialização fizeram com que o produto ficasse em evidência em comparação aos industrializados que estavam chamando a atenção nos locais de venda de artesanato, além da queda na qualidade pela competição com o filé proveniente de outros estados. Há de se observar também as atividades que buscam a melhoria no fazer do bordado, especialmente em relação à saúde das artesãs:

Estamos com um projeto, aí vem de novo, junto ao SEBRAE, que tá sendo pra ser dado, que é um curso de postura laboral, eu tô tentando junto ao SESI, que ele venha aqui pra fazer um estudo exatamente da postura(...) O INBORDAL desenvolveu um suporte para escorar o filé que nós queremos produzir exatamente para auxiliar a artesã na sua postura. A gente vai fazer testes com ele (...) Foi pensado por uma design do SEBRAE, pra nos ajudar, porque ela viu a postura que nós tínhamos para fazer o filé. (Servidora do Estado)

Algumas atividades desenvolvidas pelo instituto não agradam algumas artesãs. Um dos projetos do qual o INBORDAL e outras associações participam é o de venda e aula de filé em alguns hotéis em Maceió. As artesãs vão ao hotel mostrar suas peças e ensinar alguns

pontos básicos a turistas interessados. Todavia, uma reclamação nos mostra a vulnerabilidade que essa ação pode dar margem:

Agora elas tão levando as pessoas pra vender nos hotéis. Tão retirando de vir aqui, do turista vir aqui, ver o que a gente faz, aumentar o lucro aqui pra ir pra lá, pagar o que? Ao dono do hotel pra ficar lá. (...) Eu gostaria que o Pontal continuasse sendo o Pontal. Que as pessoas que vendem coisa diferente saíssem daqui, não vivesse aqui, sabe? Que não fosse vendido coisa da China [...]. Vá vender lá no comércio. Aqui devia vender arte! [...] Que seja coisa de artesanato e não industrial. (Artesã)

E vemos essa preocupação em versos de Dona Luci, uma artesã e poetisa da zona lagunar:

A lagoa Mundaú é uma joia que nós temos aqui, muito apreciada por todos.
Tanto é que eu fiz até um versinho
Pontal da Barra, um bairro de tradição,
Com seus coqueiros, seu povo sem ambição
E as rendeiras com seu filé falado
Brilham como as estrelas nesse mundo encantado
É o progresso o culpado disso tudo
Os homens falam e o povo fica mudo
Adeus, pôr do sol e a lagoa Mundaú
As noites de lua cheia e o gostoso sururu
E os pescadores? São os donos dessa terra
São os doutores da riqueza que a lagoa encerra
Faz um apelo para toda humanidade
Que pare os ponteiros do relógio da saudade
Adeus, amor
Que eu vou partir
É isso, minha gente, que o progresso quer destruir

Uma das artesãs nos traz um dos objetivos do INBORDAL, quanto representante da Região das Lagoas, quando questionada durante uma das aulas no Ponto de Cultura:

Dando consciência pra artesãs (...) do que é ser mulher, do que é ter informação. (...) Quanto mais ela aprender, quanto mais ela for informada, mais possibilidades ela tem. Não só como artesã de filé, mas como pessoa. (...) É primeiro você ter consciência de si próprio. Você ter consciência da sua posição, da sua possibilidade, da sua capacidade. É você ver uma criança dessa e você perguntar “Alguém já lhe disse que você é linda?” e ela diz “Não”. (...) Porque as pessoas quando vê uma criança dessa e ela vai falar, ela diz assim: “Cala boca. Fique quieta. Não faça. Não mexa. Como ela vai se expressar?” (Artesã)

E por isso, ainda é necessária a construção de uma região mais inclusiva, mais participativa, em que se tenha o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, que se tornem atores:

Porque hoje a gente vê o que? O povo tá limitado a ligar o celular, o computador e ver o que os outros dizem. E num diz nada. E num pensa. Você num tem roda de conversa, na minha época a gente tinha. Pra discutir as coisas. Por que vocês num se juntam e discutem o que ouviu? Cês ouviram isso? Vamos discutir? [...] As pessoas estão sozinhas. Ainda tem mais essa, porque na minha época tinha grupo, hoje a pessoa tá só. [...] Ninguém se junta pra discutir e ver onde está errado. (Artesã)

Essa dificuldade de se associar e essa realidade do ‘estar sozinho’ ratifica o individualismo e a não existência do espaço público que garante a construção do habitar. Essa solidão não é exercício da individualidade. Pelo contrário. Não há individualidade ao que o indivíduo não se constrói para buscar sua própria autonomia e lugar no mundo. Se ver como ser ativo de seu próprio território.

É necessário sermos íntimos, sermos nós mesmos para nós mesmos e para os outros, praticar a individualidade para habitar um lugar, construímo-lo. Ao impor essa visão empreendedora que faz uma associação se ver como empresa, a visão íntima de si não é de participante de um grupo, ao que o instituto em questão representa (ou deveria representar) uma região vivida, vívida e vivenciada, mas de um funcionário, que não possui um poder efetivo de ser ativo, ao que, antes mesmo dessa imposição externa, o indivíduo já apresentava passividade. A forma de construção de uma possível identidade a partir dessa imposição não condiz com a realidade, pois ao não serem atores ativos nem se verem ou se sentirem como tal, a ação de habitar ainda não é presente. Em Heidegger:

Na verdade, em seu habitar, o homem se mostra digno de muitos méritos. O homem cuida do crescimento das coisas da terra e colhe o que ali cresce. Cuidar e colher (*colere, cultura*) é um modo de construir. O homem constrói não apenas o que se desdobra a partir de si mesmo num crescimento. Ele também constrói no sentido de *aedificare*, edificando o que não pode surgir e manter-se mediante um crescimento. Construídas e edificadas são, nesse sentido, não somente as construções, mas todos os trabalhos feitos a mão e instaurados pelo homem. No entanto, os méritos dessas múltiplas construções nunca conseguem preencher a essência do habitar. Ao contrário: elas chegam mesmo a vedar para o habitar a essência, tão logo sejam perseguidas e conquistadas somente com vistas a elas mesmas. (...) No sentido do cuidado construtor com o crescimento, da edificação de construções e obras e da confecção de instrumentos, construir é, precisamente, uma consequência do habitar e não a sua razão de ser ou mesmo a sua fundamentação. Essa deve acontecer num outro sentido de construir. Construir, na acepção habitual, assumida, na maior parte das vezes, como exclusiva e por isso a única conhecida, traz sem dúvida para o habitar muitos méritos. O homem, no entanto, só consegue habitar após ter construído num outro modo e quando constrói e continua a construir na compenetração de um sentido. (HEIDEGGER, 1997, p. 168-169)

O homem só consegue habitar na medida em que ele consegue **ser** sua essência. “O homem só habita à medida que constrói (...) porque já constrói no sentido de tomar poeticamente uma medida” (HEIDEGGER, 1997, p. 178). Dona Dilma resume o que precisamos para habitar:

Primeiro você tem que SER. Pra depois você dar e receber. Mas se você não for... [...] Eu sempre quis SER! Ser gente, ser lugar, ser Brasil, ser negro... [...]. O ter passa. O ser fica, é a raiz. É a essência. O ser. Não vem de cristo, nem de deus, vem do mundo. Vem da essência. Vem do nada, né? O nada

que a gente foi. Nós somos o que? Uma gota do esperma, uma gota de nada, e terminou o que? O que somos hoje.

Dona Dilma nos traz a relevância de sermos. Vemos esse ser o exercício de habitar e, conseqüentemente, construir o território. Ser a partir da nossa realidade, da nossa vivência. Isso que significa a territorialização: o construir a partir de nós, da nossa vivência, o território que queremos e fazemos parte. A construção do espaço público citado por Arendt será inclusiva a partir do momento em que os atores locais tem a liberdade de ser como dito por Dona Dilma. Um instrumento visto como de desenvolvimento territorial não oferece esse ‘construir’ sem a verdadeira assimilação por parte dos verdadeiros atores. É imprescindível que o que veio do ‘nada’ se perceba ser hoje.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UM ARREIMATE

As indicações geográficas apresentam potencial relevante na proteção de produtos originados de comunidades produtivas face ao mercado agressivo que presenciamos na massificação do comércio. É uma forma de agregar valor a um produto que tem qualidade, tem história e tem significado cultural e social. O instrumento pode estreitar os laços entre produtores e consumidores, fornecendo a garantia de uma origem justa e de valorização ao território, à vivência que dá origem ao produto.

O dispositivo, como elencado, está atrelado ao território, e assim, às relações ali presentes. É esperado que cada indivíduo tenha suas vontades e desejos próprios. Isso pode gerar conflitos entre os atores, porém, em um território em que há liberdade de atuar, de se ter autonomia sobre seu destino, aonde o espaço público seja de fato público, é possível encontrar certo equilíbrio nas relações territoriais. É notável saber que ao estarmos tratando de seres humanos inacabados, em constante ação e construção, em estarmos tratando de seres que habitam, conflitos e problemas sempre ocorrerão. Mas garantida a liberdade, há garantia de poder de participação.

Um instrumento externo de propriedade intelectual não traz em sua aplicação à uma comunidade um desenvolvimento, ao que entendemos que este só será possível a partir da garantia de direitos básicos, da garantia de um viver justo e condizente à beleza e riqueza do produto e do potencial de seus produtores. Um signo distintivo como o que debatemos no presente trabalho reivindica um trabalho anterior: uma construção coletiva do que possa vir a ser a indicação geográfica, ou melhor, para questionar-se: para quê uma indicação geográfica?

Dessa forma, para o reconhecimento desse selo, de um instrumento que valorize o produto como vivência e resultado de um território, é necessário que o contexto geográfico no qual o produto está inserido seja observado. A história local, a forma como o indivíduo se vê parte do território, o sentimento de pertencimento ao local são requisitos fundamentais na análise de reconhecimento do dispositivo em questão. É saber que apesar da origem mercadológica da indicação geográfica, os produtores não são apenas indivíduos trabalhadores, mas indivíduos que vivem em um território demarcado, que possuem um saber fazer que vem do habitar, do construir constantemente, da territorialização. E o produto é um dos resultados desse construir.

Não abominamos a ideia de indicação geográfica no Brasil ou mesmo a serventia que possa ter para pequenos produtores brasileiros. Acreditamos que possa sim ser um instrumento que auxilie comunidades produtivas na inserção de seu produto em um mercado que, atualmente, vem se preocupando com a origem social e ambiental do que se consome. Todavia, observamos que a forma como está sendo inserida esse instrumento de propriedade industrial não condiz com a realidade, o que pode fragilizar territórios já debilitados face às desigualdades existentes em nossa sociedade.

O problema não é a busca de reconhecimento do selo de origem, mas a esperança de que ele seja o único caminho de desenvolvimento disponível para determinadas comunidades. Como defendemos, estamos tratando de um instrumento de propriedade industrial, enquanto que um produto não está apenas no escopo mercadológico, mas de decorrência de séculos de tradição, de história, de cultura, de vidas. O produto é feito por pessoas e para pessoas. E por isso, não pode se esgotar numa ideia de desenvolvimento econômico sem abarcar os atores territoriais de forma inclusiva e ativa, ao que são eles a essência do território.

No contexto em que analisamos as indicações geográficas, no estado de Alagoas, nos deparamos com uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, pela dependência da cana-de-açúcar e pelos resquícios sociais da escravatura. Desde já, isso é um obstáculo para o desenvolvimento territorial que se esperava através do reconhecimento. A falta de associativismo na Região das Lagoas ainda agrava a construção do plural, necessária para o processo em questão. Face a esse individualismo, a autonomia de se ver agente ativo fica em risco. Quando o indivíduo se sente parte do mundo, como agente constitutivo do mundo, é que ele pode construí-lo. Ao se ver agente ele nasce dele, no mundo e para o mundo.

Como diz Dona Dilma, “primeiro você tem que ser”. Nesse ser, a individualidade é respeitada perante a pluralidade. Ao ser, dá-se ao ser a liberdade de ser em si mesmo, autônomo.

O território protegido deve ser refúgio do indivíduo artesão, que proverá liberdade para que ele possa habitar, ou seja, construir. Em uma região onde seus habitantes são impedidos de ser em sua total potencialidade, ou seja, tolhidos das condições de ser em sua essência pela não garantia dos direitos básicos, não será um signo distintivo de origem mercadológica que garantirá a liberdade que defendemos no presente trabalho. Na fragilidade da garantia de direitos básicos, o habitar que trouxemos de Heidegger fica vulnerável.

Nossa sociedade ainda apresenta desafios significativos para um cenário territorial propício para o uso devido das indicações geográficas: não como um mero instrumento de mercado, mas como uma forma de valorização do nosso território. Observamos no estudo de caso que já se presencia um empoderamento feminino, que já se firmaram parcerias com a iniciativa privada que fortalece a atividade e fomenta a comunicação entre os produtores. A existência dos Pontos de Cultura, projeto nas escolas sobre o filé, auxilia no resgate de pontos e já pode ser um dos passos iniciais no processo de reterritorializar, ou seja, de retomar uma das atividades que fomenta o pertencimento territorial. Dessa maneira, vemos o potencial dessa medida protetiva de comércio em não se limitar ao âmbito econômico, mas social. A busca pelo uso da indicação geográfica pode ser objeto de uma política pública que vise o desenvolvimento e que pode auxiliar para tanto. Mas apenas seu uso não o garante.

Logo, o processo de reconhecimento da indicação geográfica deve estar mais arraigado na participação ativa da comunidade local, assegurando o retrato da realidade vivenciada ali, e não colocada de uma maneira vertical a partir de órgãos que desconhecem o território na maneira como ele vive. Se tratamos de proteger um resultado territorializado, é necessário ver se seus agentes são territorializantes. Sem essa participação ativa, o indivíduo é visto como paciente e na falta de assimilação do que está sendo posto no território, no caso as indicações geográficas, o instrumento não passará de um selo em um produto, que não reflete o potencial das vontades e desejos de quem o habita.

Vemos as indicações geográficas com grandes potencialidades de auxiliar o país na valorização dos produtos e produtores nacionais. E esperamos que essa breve pesquisa seja uma fagulha que mostre aos interessados e envolvidos nesse dispositivo, que existe, realmente, um território a ser visto e entendido antes de qualquer ação, de qualquer decisão. Que a partir de uma participação ativa de todos os atores territoriais, não protegemos apenas um produto, mas nossa própria história. E é nessa perspectiva que a indicação geográfica será uma goma que dará consistência à peça, ao território.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Francisco Ribeiro de. 2008. “Indicações de Proveniência, Denominações de Origem e Indicações Geográficas.” **Direito Industrial**. Vol. Pags: 9–36.
- AMADO, Jorge. **Tereza Batista Cansada de Guerra**. Martins. 1972. São Paulo. E-book.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ARFINI, Filippo; ALBISU, Luis Miguel; GIACOMINI, Corrado. Current Situation and Potential Development of Geographical Indications in Europe. In: Elizabeth Barham and Bertil Sylvander. **Labels of Origin for Food: Local Development, Global Recognition**. ISBN: 978-1-84593-352-4. London, UK. 2011.
- BARBON, Júlia; TUROLLO, Reynaldo. **Brasil ultrapassa Rússia e agora tem 3ª maior população carcerária do mundo**. Folha de São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-agora-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml> Acesso em 22 mar 2019
- BON, Nicolas. **Midi 1907, l’histoire d’une revolte vigneronne**. Disponível em: <https://vin-terre-net.com/autour-du-vin/216-1907-histoire-revolte-midi-vignerons-marcelin-albert-ferroul?18c730a3bda349aafdf7b941503575bb=76f8c32e1ac84340717d2c2dcb6674ea> Acesso em 14 mar 2019
- BRANCO, José. ... Enquanto a taba dorme. In: Paulo Pedrosa (Org.) **Dragagem – Aspiração máxima dos quatro municípios lacustres do Estado de Alagoas**. Maceió: Tipografia Santo Antônio, 1962 [livro sem paginação].
- BRANDÃO, Octávio. **Canais e Lagoas**. 3ed. Coleção Nordestina, v.8. Maceió: Edufal, 1999.
- CALLIARI, Maria Alice et al. Proteção Às Indicações Geográficas: A Experiência Brasileira. 2007. XII Seminario Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica.
- CEI, Leonardo; DEFRANCESCO, Edi; STEFANI, Gianluca. From Geographical Indications to Rural Development: A Review of the Economic Effects of European Union Policy.” **Sustainability** 10: 3745. 2018. <http://www.mdpi.com/2071-1050/10/10/3745>.
- CERQUEIRA, Gilberto Carlos; NIEDERLE, Paulo Andre; WILKINSON, John. Governança e Institucionalização das Indicações Geográficas no Brasil. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Volume 55. Nº 1. Piracicaba, São Paulo.
- CHESNAIS, Eric de la. La tension monte d'un cran chez les viticulteurs du Languedoc-Roussillon. **Le Figaro**. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/conjoncture/2016/08/04/20002-20160804ARTFIG00202-la-tension-monte-d-un-cran-chez-les-viticulteurs-du-languedoc-roussillon.php> Acesso em 13 mar. 2019
- CHEVER, Tanguy. Geographical Indications in the European Union: Economic aspects. In: World Intellectual Property Organization and Hungarian Intellectual Property Office. **Worldwide Symposium on Geographical Indications**. Budapest, 2015.
- Comissão Europeia. **Livro Verde: Aproveitar Ao Máximo o Saber-Fazer Tradicional Da Europa**. 2014.
- COOMBE, Rosemary J; IVES, Sarah; HUIZENGA, Daniel Huizenga. “Geographical Indications: The Promise, Perils and Politics of Protecting Place-Based Products.” In **The**

Sage Handbook of Intellectual Property, 207–23. 2014.

COSTA, Fábio. **A sexta feira 13 que abalou Alagoas**. 2010. Disponível em: <http://textofinal.blogspot.com/2010/05/sexta-feira-13-que-abalou-alagoas-em.html> Acesso em 04 abr 2019

COSTA, Márcio Jorge Porangaba (Coord). **Projeto de levantamento ecológico cultural da região das lagoas Mundaú e Manguaba (PLEC)**. 2 ed. Alagoas: Secretaria de Planejamento, 1980.

CUNHA, Joana. Paraíba impede laticínio da família de Ariano Suassuna de renovar registro. **Folha de São Paulo**, 15 de fev. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1590146-paraiba-impede-laticinio-da-familia-de-ariano-suassuna-de-renovar-registro.shtml?cmpid=%22facefolha%22> Acesso em 20 de fev. 2015.

Ser Tão Velho Cerrado. Direção: André D'Elia. Produção: André D'Elia, Henrique Grisse. O2 Filmes. 2018. Documentário.

DONNER, Mechthild; FORT, Fatiha; VELLEMA, Sietze. From Geographical Indications to Collective Place Branding in France and Morocco. In: **Ius Gentium: Comparative Perspectives on Law and Justice**. Volume 58. The importance of Place: Geographical Indications as a Tool for Local and Regional Development. Editors: William Van Caenegem and Jen Cleary. Springer, 2017.

DUTRA, Daniel Marcos Resende. **Ações públicas e privadas na implantação e desenvolvimento da indicação geográfica do café em Minas Gerais: evolução e perspectivas das iniciativas na visão de seus gestores**. Lavras: UFLA, 2009.

EISE, Jessica; WHITE, Natalie. Coffee Farmers Struggle to Adapt to Colombia's Changing Climate. **Daily Coffee News by Roast Magazine**. Disponível em: <https://dailycoffeenews.com/2018/08/22/coffee-farmers-struggle-to-adapt-to-colombias-changing-climate/> Acesso em 14 mar 2019

European Commission. 2012. **Workshops on Geographical Indications**. Agriculture and Rural Development.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Linking People, Places and Products**. 2nd ed. 2010.

FRADER, Laura Levine. **Peasants and Protest: Agricultural Workers, Politics, and Unions in the Aude, 1850-1914**. Berkeley: University of California Press, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROMM, Erich. **The art of being**. Open Road Media. 2013. E-book

G1. Inauguradas esculturas de Graciliano e Aurélio Buarque na orla de Maceió. 2015. Acesso em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/11/inauguradas-esculturas-de-graciliano-e-aurelio-buarque-na-orla-de-maceio.html> Acesso em 10 abr 2016

G1. Braskem é multada em R\$ 1,8 mi por vazamento de cloro em AL. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/06/braskem-e-multada-em-r-18-mi-por-vazamento-de-cloro-em-al.html> Acesso em 9 de abr 2019

GANGJEE, Dev. **Relocating the Law of Geographical Indications**. Cambridge Intellectual Property and Information Law. 2012

Gazetaweb. Condomínio em Maceió é multado em R\$ 60 mil por despejar esgoto em riacho. 2018. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/10/condominio-em-maceio-e-multado-em-r-60-mil-por-despejar-esgoto-em-riacho_63025.php Acesso em 10 abr 2019

GEE, Alastair. America's homeless population rises for the first time since the Great Recession. **The Guardian**. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2017/dec/05/america-homeless-population-2017-official-count-crisis> Acesso em 27 abr 2019

Chef's Table. Episódio 1, Temporada 1. Direção por David Gelb. Netflix. Estados Unidos. Digital. 55 min. Documentário. 2015

GIOVANNUCCI, Daniele et al. 2009. **Guide to Geographical Indications: Linking Products and Their Origins**. Geneva: International Trade Centre. http://www.intracen.org/publications/Free-publications/Geographical_Indications.pdf.

GUSTAVO, Derek. O que se sabe sobre as rachaduras no bairro do Pinheiro, em Maceió. **G1 AL**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/01/17/o-que-se-sabe-sobre-as-rachaduras-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml> Acesso em 9 abr 2019

HAESBAERT, Rogério. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. 2ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

História de Alagoas. Descoberta de sal-gema em Alagoas foi por acaso. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso.html> Acesso em 9 abr 2019

IBGE. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015> Acesso em 10 abr 2019

IVO, Lêdo. **Ninho de Cobras**. Maceió: CEPAL, 2016. E-book.

JATOBÁ, Bruna. **Indicações Geográficas Brasileiras: O aperfeiçoamento da legislação nacional a partir da experiência europeia**. Trabalho de Conclusão do curso de Direito. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015.

JOSLING, Tim. The War on Terroir: Geographical Indications as a Transatlantic Trade Conflic. In: **Journal of Agricultural Economics**, Vol. 57, No. 3, 2006, 337–363.

LEBELLE, Aurélie; PELLOLI, Matthieu. Fraude sur le rosé français : «L'impact pour nous est catastrophique». **Le parisien**. Disponível em: <http://www.leparisien.fr/economie/fraude-sur-le-rose-francais-l-impact-pour-nous-est-catastrophique-09-07-2018-7812843.php> Acesso em 13 mar 2019

LEBELLE, Aurélie; PELLOLI, Matthieu. Dix millions de bouteilles de rosé espagnol maquillées en vin français. **Le parisien**. Disponível em: <http://www.leparisien.fr/economie/dix-millions-de-bouteilles-de-rose-espagnol-maquillees-en-vin-francais-08-07-2018-7812468.php> Acesso em 13 mar 2019

LEYNSE, Wendy L.H. Journeys through 'Ingestible Topography': Socializing the 'Situated Eater' in France. In: **European Studies: An Interdisciplinary Series in European Culture**,

History and Politics. Rodopi B.V., Amsterdam, New York, 2006.

LICHFIELD, John. French cheese under threat from mass production and ‘bacteriological correctness’. **Independent**. 2015. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/french-cheese-under-threat-from-mass-production-and-bacteriological-correctness-a6762111.html> Acesso em 14 mar 2019

LIMA, Jorge de. **Calunga**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

LOBO, Fernando. A razão do filé no Pontal da Barra. In: **Boletim Alagoano de Folclore**. Anos XXXIV-XL. Nº 12 [edição dos 40 anos da C.A.F - 1948-1988], Maceió, 1988.

MANTROV, Vadim. **Law on Indications of Geographical Origin**. Springer. 2008.

MARIE-VIVIEN, Delphine; BÉRARD, Laurence; BOUTONNET, Jean Pierre; CASABIANCA, François. Are French Geographical Indications Losing Their Soul? Analyzing Recent Developments in the Governance of the Link to the Origin in France. **World Development** 98: 25–34. 2017.

MEDEIROS, Pedrosa de. Dragagem das lagoas. Paulo Pedrosa (Org.) **Dragagem – Aspiração máxima dos quatro municípios lacustres do Estado de Alagoas**. Maceió: Tipografia Santo Antônio, 1962 [livro sem paginação].

MELO, Luís Gustavo. A Reinvenção do Moderno. **Graciliano**. Ano VIII. N. 25. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

MELO, Morena Dias. Entre o Mar e o Mangue. **Graciliano**. Ano VIII. N. 25. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

MONACO, Emily. The end to a French cheese tradition? **BBC**. 2018. Disponível em: <http://www.bbc.com/travel/story/20180618-the-end-to-a-french-cheese-tradition> Acesso em 14 mar 2019

MOYSES, Adriana. França revela mega fraude de rosé espanhol vendido como vinho francês. **Rfi**. Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180709-franca-revela-mega-fraude-de-rose-espanhol-vendido-como-vinho-frances> Acesso em 13 mar 2019

NIEDERLE, Paulo André; VITROLLES, Delphine. Indicações Geográficas e Qualificação No Setor Vitivinícola Brasileiro. In: **Estudos Sociais e Agrícolas**. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 5-55. 2009.

PECH, Rémy. La révolte des vigneron du Midi en 1907: un mouvement social atypique et exemplaire. In: **Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours**. La Découverte. Paris. 2014.

PEDROSA, J. F. de Maya. Solidariedade confortada. In: Paulo Pedrosa (Org.) **Dragagem – Aspiração máxima dos quatro municípios lacustres do Estado de Alagoas**. Maceió: Tipografia Santo Antônio, 1962 [livro sem paginação].

PIMENTEL, Evelylyn. Reportagem de 1985 fez alerta sobre situação no Pinheiro. **Tribuna Independente**. 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/01/12/reportagem-de-1985-fez-alerta-sobre-situacao-no-pinheiro/> Acesso em 9 de abr 2019

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Série Temas, vol. 29. Geografia e política. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RAMOS, Graciliano. **Angústia**. 71ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RAPOSEIRAS, Isabela. **Quando a barista chorou**. Coffee Lab. Disponível em: <http://coffeelab.com.br/quando-a-barista-chorou/> Acesso em 02 de jun. de 2015.

ROCHA, Cyro. E o sururu?. In: Paulo Pedrosa (Org.) **Dragagem – Aspiração máxima dos quatro municípios lacustres do Estado de Alagoas**. Maceió: Tipografia Santo Antônio, 1962 [livro sem paginação].

ROVAMO Oskari. “MONOPOLISING NAMES? The Protection of Geographical Indications in the European Community.” **Helsinki University**. 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Plantas usuais dos brasileiros**. Belo Horizonte: Código Comunicação, 2009. Disponível em: <http://www.ceplamt.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Plantas-usuais-dos-brasileiros.pdf> Acesso em 14 mar 2019

SANTILLI, Juliana. Geographical Indications for Agrobiodiversity Products: case studies in France, Mexico and Brazil. In: Santilli, Juliana. **Agrobiodiversity and the Law: Regulating Genetic Resources, Food Security and Cultural Diversity**. Earthscan, London. 2012.

SANTOS, Nivaldo dos; OLIVEIRA, Ramon De Souza. **A Indicação Geográfica Como Estratégia de Internacionalização Do Café Do Cerrado Mineiro**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c31e46a74fb556fd> Acesso em 24 abr 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHAKESPEARE, William. **As you like it**. 1623. Disponível em: <http://shakespeare.mit.edu/asyoulikeit/full.html> Acesso em 14 mar 19

SILVA, Danielle. Responsáveis por empresa são indiciados por crime ambiental. **Alagoas 24h**. 2011. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/655530/responsaveis-por-empresa-sao-indiciados-por-crime-ambiental/> Acesso em 10 abr 2019

Slow food. **Good, Clean and Fair: The slow manifesto for quality**. Disponível: https://n4v5s9s7.stackpathcdn.com/wp-content/uploads/2015/07/Manifesto_Quality_ENG.pdf Acesso em 13 mar 2019.

SOUSA, Raimunda Aurea Dias. Indicações Geográficas (IG) No Contexto Da Modernização Da Agricultura No Vale Do São Francisco. **Terra Plural** 11(2): 244–53. 2017.

SPAUTZ, Dagmara. Laudo comprova que agrotóxico causou morte de abelhas em SC. **NSC Total**. 2019. Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/colunistas/dagmara-spautz/laudo-comprova-que-agrotoxico-causou-morte-de-abelhas-em-sc> Acesso em 14 mar 2019

SPERB, Paula. 'Epidemia de câncer'? Alto índice de agricultores gaúchos doentes põe agrotóxicos em xeque. **BBC Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37041324> Acesso em 14 mar 2019

SPERB, Paula. Agrotóxicos, depressão e dívidas criam ‘bomba-relógio’ de suicídios no RS. **BBC Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37491144> Acesso em 14 mar 2019

O tempo. Braskem de Maceió enfrenta o segundo vazamento em dois dias. 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/braskem-de-maceio-C3%B3-enfrenta-o-segundo-vazamento-em-dois-dias-1.349140> Acesso em 9 abr 2019

THIEDIG, Frank; SYLVANDER, Bertil. **Welcome to the Club? - An Economical**

Approach to Geographical Indications in the European Union. 2000. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.465.3444&rep=rep1&type=pdf>

TNH1. Vídeo: relatório mostra que outros bairros de Maceió também estariam afundando. 2019. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/video-relatorio-mostra-que-outros-bairros-de-maceio-tambem-estariam-afundando/> Acesso em 9 abr 2019

UFAL. Projeto: IG Indicação de Procedência do Filé Região das Lagoas. Maceió, 2012.

United Nations Industrial Development Organization **Adding Value to Traditional Products of Regional Origin.** Vienna. 2010.

———. **Market Access for Origin-Linked Products & Geographical Indications: An Integrated Approach.**

WILDE, Oscar. The Soul of Man under Socialism. 1891. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/1017> Acesso em: 14 mar 2019

WILSON, Thomas M. Food, drink and Identity in Europe: Consumption and the construction of local, national and cosmopolitan culture. In: **European Studies: An Interdisciplinary Series in European Culture, History and Politics.** Rodopi B.V., Amsterdam, New York, 2006.

SOMM: Into the bottle. Direção de Jason Wise. Produção de Jason Wise, Jackson Myers e Christina Tucker. Estados Unidos. 2015. 90 min. Color. Documentário.

World Economic Forum. **The Global Gender Gap Report.** 2018. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf Acesso em 27 abr 2019

World Intellectual Property Organization. 2002. Geographical Indications: An Introduction. **WIPO Publication (952E): 43.** 2002.